

**Eliane de Lourdes Calsavara Lima**

**Tornem-se estimáveis por vossa sabedoria e vossos  
costumes: a proposta de educação para as  
mulheres no jornal *O Mentor Das Brasileiras* (São  
João del-Rei, Minas Gerais, 1829-1832)**

**Belo Horizonte  
Faculdade de Educação da UFMG  
Dezembro de 2007**

**Eliane de Lourdes Calsavara Lima**

**Tornem-se estimáveis por vossa sabedoria e vossos costumes: a proposta de educação para as mulheres no jornal *O Mentor Das Brasileiras* (São João del-Rei, Minas Gerais, 1829-1832)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Profa. Dra. Cynthia Greive Veiga

**Belo Horizonte  
Faculdade de Educação da UFMG  
Dezembro de 2007**

*À Maria Luiza e Rodrigo*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, sobretudo, a Deus por mais esta vitória conquistada. Por me ajudar a superar as dificuldades e barreiras que foram se apresentando durante o percurso.

À minha orientadora e professora Cynthia Greive Veiga, pelo empenho, pela confiança e pelo grande incentivo na conquista deste meu objetivo. Obrigada por me fazer acreditar na concretização deste sonho.

Aos amigos do GEPHE, especialmente, aos companheiros de curso Magda, Marcos, Marileide, Kelly, Paola e Rita pela grande amizade que se estabeleceu entre nós. À amiga Christianni Moraes, por ter possibilitado os meus primeiros contatos com a pesquisa e também por ter me apresentado o jornal *O Mentor das Brasileiras*.

À minha família, que soube compreender os meus momentos de ausência e isolamento.

Aos professores Thaís Nívia de Lima e Fonseca e Wlamir Silva pela aceitação do convite para comporem a banca examinadora e estabelecerem comigo o diálogo necessário ao trabalho científico.

Às professoras Maria Cristina Soares de Gouvêa e Carla Chamon por se mostrarem disponíveis para a leitura desta pesquisa como membros suplentes da banca examinadora.

Agradeço, ainda, a Capes, agência financiadora da minha pesquisa, pelo apoio concedido.

Por último, mas nem por isso menos importantes, agradeço ao meu esposo Rodrigo, por se fazer companheiro nesta caminhada e à minha filha, Maria Luiza, fonte de energia, de vida, de inspiração, de amor...

Eliane de Lourdes Calsavara

Tornem-se estimáveis por vossa sabedoria e vossos costumes: a proposta de educação para as mulheres no jornal *O Mentor das Brasileiras* (São João del-Rei, Minas Gerais, 1829-1832)

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

---

Cynthia Greive Veiga, orientadora (FaE/UFMG)

---

Wlamir José Silva (UFSJ)

---

Thais Nívia de Lima e Fonseca (FaE/UFMG)

---

Oto Neri Borges

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação:  
Conhecimento e Inclusão Social - UFMG

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2007

Av. Antônio Carlos, 6627 - Belo Horizonte, Minas Gerais, 31270-901 - Brasil

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo discutir a proposta de educação política presente no periódico *O Mentor das Brasileiras*, que esteve em circulação entre os anos de 1829 e 1832, na Vila de São João del-Rei, província de Minas Gerais. Os autores deste periódico se propuseram a educar as mulheres por meio de diferentes conteúdos relacionados à sua moral e aos seus costumes. Porém, o que de mais importante verificamos neste jornal é o fato de os responsáveis por sua edição trazerem consideráveis matérias com ensinamentos políticos para a formação do “bello sexo”.

O objeto de pesquisa proposto integra o processo político de construção da nação e afirmação do Estado no período pós-independência brasileira, no qual as elites políticas do momento buscavam a “civilização” dos povos. Para a afirmação do Brasil enquanto sociedade civilizada, tendo como modelo cultural os países da Europa, estas elites “criaram” um projeto de civilização que pudesse dar conta de mudar os hábitos e os costumes dos brasileiros. Através da educação, buscaram “civilizar” o povo. Ressalta-se que a imprensa, na primeira metade do século XIX, tornou-se importante veículo de formação de opinião e, através dela, a elite política delegou-se a si mesma a função de educar e “civilizar” o povo brasileiro.

Desta forma, tendo como principal fonte de análise, o periódico *O Mentor das Brasileiras*, demonstramos, nesta pesquisa, a intenção dos seus redatores em formar a opinião pública das mulheres nos assuntos políticos que estavam em evidência no Brasil. Sobretudo, problematizamos a noção de *opinião pública esclarecida*, explicitada neste periódico, visto que, os seus autores, no papel de homens letrados, buscaram o esclarecimento das suas leitoras com fins a uma socialização política das mulheres, para que estas colaborassem no projeto de civilização para o país, educando os seus filhos, principalmente, no amor à Pátria.

## ABSTRACT

This research aims to discuss the purpose of political education in the newspaper named *O Mentor das Brasileiras*, which was written between 1829 and 1832, in Vila de São João del-Rei, province of Minas Gerais. The authors wanted to educate women using different contents related to their (women's) moral and customs. However, the most important thing we verified in this newspaper is the fact that the authors bring considerable articles with political lessons for the formation of "bello sexo".

The research's object integrates the political process of the nation's construction and the State's establishment in the Brazilian post-independency period in which the political elites of the moment tried to "civilize" the people. For Brazil's establishment as a civilized society – with Europe as a cultural model – these elites "created" a project of civilization that could change the habits of the Brazilian people. Using education, they tried to "civilize" the people. It is important to say that the press in the first half of the 19<sup>th</sup> century became an important way to form opinion and, through it, the political elite delegated itself the role of educating and "civilizing" the Brazilian people.

Thus, using *O Mentor das Brasileiras* as the main analysis document, we demonstrated in this research the intention of the newspaper authors of forming the public opinion of the women in the political affairs which were being discussed in Brazil. Overall, we worked on the idea of *enlightened public opinion*, that was clearly expressed in the newspaper, since the authors in the role of enlightened men tried to enlighten their female readers, aiming at a political socialization of women, because these women could help the civilization project of the country, educating their children, mainly, to love the Motherland.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPITULO I: A EDUCAÇÃO DAS MULHERES EM FINS DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO SÉCULO XIX: ENTRE A FORMAÇÃO E A INSTRUÇÃO</b> .....	27
1.1 “SER MULHER” NA SOCIEDADE DE MINAS GERAIS, NO SÉCULO XIX.....	31
1.2 A INSTRUÇÃO DAS MULHERES.....	36
1.3 A EDUCAÇÃO MORAL.....	41
1.4 A EDUCAÇÃO DOS COSTUMES.....	45
<b>CAPITULO II: O PROCESSO DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA NOS PERIÓDICOS DO SÉCULO XIX</b> .....	61
2.1 A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA IMPRENSA DO SÉCULO XIX.....	66
2.2 APRESENTAÇÃO DO JORNAL O MENTOR DAS BRASILEIRAS.....	70
2.3 OPINIÃO PÚBLICA E OPINIÃO PÚBLICA ESCLARECIDA NO MENTOR DAS BRASILEIRAS.....	77
<b>CAPÍTULO III: O PAPEL DA MULHER NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO</b> .....	86
3.1 CONSTRUÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO.....	87
3.2 SOCIEDADE DEFENSORA DA LIBERDADE E INDEPENDÊNCIA NACIONAL EM SÃO JOÃO DEL-REI.....	103
3.3 ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES.....	108
<b>CONCLUSÃO</b> .....	116
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	123



NÚMERO 2.

1829.

PREÇO 80 REIS.

# O MENTOR DAS BRASILEIRAS.

*Rendez-vous estimables par votre sa-  
gesse, et vos mœurs.*

Syst. Soc.

SEGUNDA FEIRA 7 DE DEZEMBRO.



*Dos defeitos ordinários de educação das Senhoras.*

**L**embrados de que promettemos em nosso N. 1. fazer algumas proficuas reflexões sobre o estado actual de educação moral do bello sexo, nos propomos agora analysar sem acrimonia, e meços com espirito de offensa, ou guiados por alguma prevençao e systema de educação que muitos Pais de familia ou por indolencia, ou por erro tem dado a suas filhas, ás quaes destituidas dos solidos principios para bem regular suas inclinações, e portar-se no grande theatro do mundo onde escrupulosamente são observadas pelos espectadores, se achão muitas vezes nas tristes circumstancias de fazerem huma má figura, e as vezes com prejuizo de sua reputação.

Não entraremos a fundo em todos os defeitos ordinarios que as mais das vezes acompanhao a actual educação das nossas Jovens Brasileiras; porque isso seria huma tarefa tanto difficil, como perigosa nas presentes circumstancias, notaremos sim as faltas mais salientes, e que mais de perto concorrem para constituir huma Senhora menos perfeita no seo estado moral.

O primeiro, e principal defeito que de ordinario se nota em muitas familias he o criarem as filhas n' huma perpetua peiosidade, que no nosso sentir he o manancial de outros nao pequenos defeitos.

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objeto discutir a intenção de “formação política” apresentada pelo impresso *O Mentor das Brasileiras*, que esteve em circulação na Vila de São João del-Rei, província de Minas Gerais, nos anos de 1829 a 1832. Este jornal se destaca, principalmente, pela afirmação dos seus redatores sobre a necessidade de as mulheres terem acesso a “lições de política”.

O objeto de investigação proposto compõe o processo político de afirmação do Estado-Nação brasileiro nas décadas iniciais do pós-independência, mas principalmente do momento conflituoso da abdicação de D. Pedro I (1831) e do estabelecimento do período regencial, também em 1831. Envolve, portanto tensões no campo político, pois está relacionado à consolidação da autonomia política brasileira.

Tendo-se em vista um país recém-independente, no qual as elites políticas do momento buscavam a afirmação do Estado e a construção de uma nação “civilizada” e ordeira, este jornal pode ser tomado como um modelo de proposta educacional para o sexo feminino. Nele, os redatores tinham o objetivo de formar a opinião das mulheres nos assuntos políticos em evidência no momento. Sobretudo, intencionavam o esclarecimento de suas leitoras, para que elas se tornassem vigilantes e atentas a tudo aquilo que pudesse concorrer contra a ordem e a manutenção do sistema monárquico constitucional. *União e Olho Vivo* são dois apelos dos autores do jornal *O Mentor das Brasileiras* a todas as brasileiras, como podemos observar neste texto retirado do seu número 9, do dia 10 de abril de 1830:

Brasileiras corajosas, a Pátria vos convida, a honra vos chama, é preciso obedecer a estes dois importantes objetos; vigiai, sim vigiai continuamente para que os absolutistas não tornem a cabalar contra os nossos sagrados direitos; ajudai-nos a lançar fora das nossas barreiras aos perversos recolonizadores que nos pretendiam sujeitar às caprichosas leis do velho

mundo; e gravai em vossos corações estes dois interessantes preceitos = União e Olho vivo = e assim vireis a ser dignas filhas da Pátria agradecida.<sup>1</sup>

Com relação ao esclarecimento das leitoras, entendemos que os autores, no papel de homens letrados e detentores do conhecimento, pretendiam levar as luzes ao “bello sexo”, transmitindo-lhes vários ensinamentos sobre política. Portanto, foi nossa intenção, também, investigar as estratégias utilizadas pelos editores deste jornal para a produção da opinião política do seu público alvo, as leitoras.

O nosso problema de pesquisa pautou-se, portanto, nas evidências explicitadas no jornal *O Mentor das Brasileiras* sobre a necessidade de “educar” as mulheres. No entanto, os seus redatores apontam para uma perspectiva de educação diferente das concepções de educação mais comuns na época, ou seja, aquelas que enfatizavam apenas a formação das mulheres para o lar. Mais do que pesquisar um jornal escrito para as mulheres, estamos diante do desafio de trazer para a discussão em história da educação e mais, especificamente, para a história da educação das mulheres, um periódico que se apresenta com uma característica peculiar: a formação política da mulher daquele tempo, aquela que deveria ser conhecedora dos assuntos políticos do momento, assim como de seus deveres para com a Pátria.

De acordo com os editores do periódico, elas não seriam educadas apenas para serem donas de casa. Mais do que isso: as mulheres deveriam ser instruídas em assuntos políticos para influenciarem no sistema de governo, pois, como os autores próprios afirmam: “quando a Nação periga, elas também saem dos toucadores para defendê-la [...]”.<sup>2</sup>

A educação das mulheres é tratada nesse jornal como algo necessário ao progresso da Pátria, pois a elas caberiam a responsabilidade de educar os filhos e orientar os maridos nos princípios políticos defendidos naquele momento: uma monarquia constitucional. Seria uma

---

<sup>1</sup> O Mentor das Brasileiras, n.º19, 10 de abril de 1830, p.146. Ressalta-se que todas as referências retiradas do jornal *O Mentor das Brasileiras*, estão com a ortografia atualizada, de forma a possibilitar o melhor entendimento dos textos pelos leitores.

<sup>2</sup> O Mentor das Brasileiras: n.º 7, 11 de janeiro de 1830, p. 49.

educação de sentido propriamente cívico. Como se observa no fragmento a seguir, retirado do número 25, do dia 21 de maio de 1830:

São estas as doutrinas que as nossas queridas Patrícias devem ensinar a seus filhos, fazendo-lhe explicações do que é verdadeira Pátria, e encaminhando seus espíritos para a glória: é necessário ornar o espírito do Bello Sexo, com aquilo que pode fazer realçar os seus encantos; as mulheres tem como rigoroso dever serem valorosas, e estimular os maridos, filhos e irmãos, para que despedacem o governo absoluto (...) e sustentem com as armas a verdadeira Independência, e a Constituição, bradando mil vezes viva a Pátria, e a Liberdade.<sup>3</sup>

Apesar de o jornal trazer notícias relativas ao privado mundo feminino como modas e coisas do lar, é notório o destaque dado à “educação política” na perspectiva de que seus conhecimentos não poderiam se restringir apenas às prendas e economia domésticas. Percebemos um forte apelo ao patriotismo feminino, uma tentativa de imprimir nas mulheres sentimentos de amor e deveres para com a Pátria. Enfim, a intenção dos editores era de conquistar o apoio das leitoras para que o ideal de civilização pudesse obter sucesso.

Embora defendemos a idéia de que o *Mentor* possua uma singularidade não comum para o momento, ou seja, a abordagem de ensinamentos políticos para as mulheres, entendemos que não há ainda, para este período, uma tentativa de promover uma educação feminina tendo em vista a ruptura das mulheres com o espaço doméstico. As mulheres continuariam ainda em seus lares, mas não na ignorância costumeira. Segundo os textos do jornal, uma mulher instruída significava marido e filhos bem orientados e cientes de seus deveres para com a Pátria.

Para tratarmos sobre esta temática, tornou-se fundamental investigar qual o conteúdo de educação que os redatores pressupunham ser necessário às mulheres, para que estas pudessem cumprir seus papéis de mãe e esposa do cidadão. Percebemos, assim, que a “moral” perpassava toda a temática estudada, pois a mulher deveria ser instruída em valores e virtudes

---

<sup>3</sup> O *Mentor das Brasileiras*, n.º25, 21 de maio de 1830, p.198.

morais para que também pudessem educar os filhos nos mesmos princípios. Era sobre o seu caráter que os autores do jornal *O Mentor das Brasileiras* deveriam fundamentar uma ação educadora. Sendo assim, denunciavam o estado de ignorância em que se encontravam as mulheres e propunham reformas na sua educação.

John Luccock, um viajante inglês que passou pelo Brasil no início século XIX, observou a precariedade da educação feminina nesta época e relatou algumas das conseqüências que esse descaso poderia implicar. O viajante relata que a ignorância que se notava entre as mulheres brasileiras teria conseqüências nefastas sobre o conjunto da sociedade, comprometendo o seu futuro - pois como obter cidadãos corretos e honrados se estes não possuírem mães corretas e virtuosas? Assim, se pergunta: “O que podemos esperar das mulheres deste país transformadas em mães? Que primeiras noções de educação podem ensinar pessoas que não sabem nada? Que esforços farão para cultivar uma moral sólida aqueles que não se guiam por esses valores?”<sup>4</sup>

Educar as mulheres para o bem de toda sociedade era um assunto que começava a vir à tona, principalmente no momento de construção do Estado-Nação, no qual uma identidade nacional e um sentimento de patriotismo pelo país precisavam ser imputados nas pessoas. Este discurso esteve também presente em outros estados da Europa e em algumas obras do século XVIII. Mesmo anterior a este período, alguns autores vinham ressaltando a importância de se educar as mulheres para o benefício da Pátria. O autor português, Luiz Carlos Moniz Barreto, por exemplo, em seu tratado de 1787, denominado *Tratado da Educação Fysica e Moral das crianças de ambos os sexos*, havia indicado para a necessidade de se ensinar às mulheres *todas* as ciências, pois além de serem as delícias de seus maridos, seriam também a glória da sua Pátria.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> LUCCOCK, John apud QUINTANEIRO, Tânia. Retratos de mulher: o cotidiano no Brasil sob o olhar de viajantes do século XIX. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

<sup>5</sup> BARRETO, Luiz Carlos Moniz. Tratado de Educação Fysica e Moral das crianças de ambos os sexos. Lisboa, 1787.

Embora o mesmo discurso esteja presente em séculos anteriores, somente a partir do século XIX que essas idéias começaram a ser mais divulgadas no Brasil, talvez pelo surgimento e crescimento da imprensa. Tornou-se constante neste século a idéia de que a mulher seria a responsável pela educação dos filhos e pelos cuidados com a casa e com o marido. Mais do que isso, a possibilidade de obter delas uma parcela de contribuição para a civilização do país é uma característica que marca este período.

O recorte temporal desta pesquisa está compreendido entre as décadas de 20 e 30 do século XIX. O recorte se justifica por abranger o período de circulação do jornal *O Mentor das Brasileiras*, nossa principal fonte de investigação que, como dissemos, foi publicado de 1829 a 1832.

Destaca-se também o fato de este período ser um momento de grande agitação política no Brasil: a independência política, em 1822; o temor diante da possibilidade de fragmentação do Brasil; Outorgação da Carta Constitucional, em 1824; A abdicação de D. Pedro I, em 1831; o período regencial (1831-1840); a propagação de várias associações e sociedades voltadas para a defesa da Liberdade e Independência como, por exemplo, a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional (Rio de Janeiro, 1831). Integra também este período a efervescência de debates políticos viabilizados pelo rápido crescimento da imprensa.

São João del-Rei, por sua vez, torna-se o cenário desta pesquisa pois trata-se do espaço no qual se publicava o jornal *O Mentor das Brasileiras*.

Vila de grande destaque na província mineira, no século XIX, São João del-Rei exerceu papel fundamental como importante centro comercial de Minas Gerais. Mantinha relações de abastecimento com a Corte e outras regiões mineiras. Alcir Lenharo (1979), em *As Tropas da Moderação*, demonstra a intensa ligação mercantil do sul de Minas com o Rio de Janeiro. O autor afirma que São João del-Rei, juntamente com Barbacena, constituíam-se

os dois pólos do comércio atacadista e centralizavam o fluxo das mercadorias de diferentes regiões, até mesmo de outras províncias, como Goiás e Mato Grosso.<sup>6</sup>

São João del-Rei, segundo o autor, escoava a maior parte das exportações de Minas Gerais. Isso se devia ao fato de possuir uma situação geográfica privilegiada, a qual era servida por diferentes canais de escoamento – Estrada do Comércio, Estrada da Polícia, Caminho Novo.<sup>7</sup> As tropas desciam de São João del-Rei, carregadas de gêneros de subsistência (queijos, gado vacum e suíno, toucinhos, carnes salgadas), numa longa viagem até a Corte. E, ainda, podia-se observar uma dinâmica de negócios que se realizava às margens das estradas. Vendas, ranchos e pastagens eram constituídos de modo a satisfazer as possíveis necessidades dos viajantes<sup>8</sup>.

Maria Augusta do Amaral Campos (1994) salienta que o setor ligado ao abastecimento, em São João del-Rei, se organizava, na primeira metade do século XIX, enquanto grupo que ocuparia um espaço político na sociedade. Grupo este que, posteriormente, buscaria a construção de uma sociedade ordeira e estável como forma de se alcançar a civilização.<sup>9</sup>

Situando a Vila de São João del-Rei no contexto maior de Minas Gerais, cabe destacar a grande proeminência política desta província, no século XIX. Minas Gerais, segundo Wlamir Silva (2006), foi uma província muito importante na constituição do Estado brasileiro na primeira metade do século XIX. De acordo com este autor, “Minas foi um dos esteios do Centro-Sul - com o Rio de Janeiro e São Paulo - base política do projeto pedrino de Independência (...)”.<sup>10</sup> O pesquisador indica que os motivos que justificam a evidência mineira

<sup>6</sup> LENHARO, Alcir. *As tropas da Moderação (O abastecimento da corte na formação política do Brasil – 1808-1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 90.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 76.

<sup>9</sup> CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A Marcha da Civilização: as vilas oitocentistas de São João del-Rei e São José do Rio das Mortes – 1810/1844*. Dissertação (Mestrado) Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 49. Ver também: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: ACESS, 1994.

<sup>10</sup> SILVA, Wlamir. *A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842)*, In: NEVES,

residem na peculiaridade de sua sociedade e, por extensão, na ação de suas elites políticas.

Wlamir Silva caracteriza a elite mineira como uma elite de “toucineiros”, ou seja, grupos ligados ao setor de abastecimento. Elite que, segundo ele, possuía ligações com a propriedade e a escravidão e que fez opção pelo liberalismo moderado. Desta elite faziam parte os seguintes grupos: magistrados, fazendeiros, comerciantes, padres e professores. O autor salienta a heterogeneidade e as imbricações de funções desta elite, ou seja, comerciantes, proprietários de terras e escravos, magistrados proprietários, padres proprietários, proprietários comerciantes, padres advogados e padres professores. Ressalta-se ainda que estes grupos possuíam uma formação bastante heterogênea, reunindo magistrados formados na Universidade de Coimbra, eclesiásticos e autodidatas.<sup>11</sup>

A província mineira se destacava por sua economia de abastecimento interno, na qual havia a articulação de mercados local, provincial e interprovincial, inclusive com a Corte. O maior plantel escravista do Império, a existência de diversos tipos e tamanhos de propriedade, a diversidade de ofícios, e a estreita relação entre lavoura e comércio, expressa, na figura do proprietário-tropeiro<sup>12</sup>, fazem parte do quadro que caracteriza a sociedade mineira no século XIX, segundo o autor.

Dessa maneira, chamamos a atenção para o fato da edição e circulação do jornal *O Mentor das Brasileiras* numa sociedade dinâmica como São João del-Rei e sua proposição de educação política das mulheres.

Na primeira metade do século XIX, a imprensa constituía-se em um dos canais através dos quais a elite política brasileira se utilizava para a formação da opinião do seu público leitor. Através dela, inspirada nas idéias liberais em profusão por todo o ocidente, essa elite delegou-se a si mesma a função de educar e “civilizar” o povo brasileiro. A imprensa se

---

Lúcia Maria Bastos P; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs.). História e Imprensa: Representações Culturais e Práticas de Poder. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p.39.

<sup>11</sup> SILVA, 2006, p.40

<sup>12</sup> LENHARO, 1979 apud SILVA, 2003, p.40.



estabelece como um importante veículo de transmissão de assuntos políticos nessa época.

Além da imprensa, entendida aqui como espaço de discussão e circulação de idéias, temos também para o início do século XIX a proliferação de várias associações leigas, maçônicas, filantrópicas e patrióticas, inclusive a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, instalada, inicialmente, no Rio de Janeiro, em 1831 e, posteriormente, estendida para outras províncias e vilas do Império. Esta sociedade tinha por finalidade sustentar a Independência e a defender a Liberdade Nacional.

Na Vila de São João del-Rei, especificamente, destaca-se juntamente com a produção do jornal *O Mentor das Brasileiras*, a instalação de uma filial dessa Sociedade no ano de 1831. E, sobretudo, chamou-nos a atenção o fato de essa organização aceitar como sócias honorárias as mulheres moradoras da Vila. Ressalta-se que o convite feito às mulheres para a participação nesta Sociedade revela a intenção dos membros da Defensora Sanjoanense, em cumplicidade com os autores do jornal *O Mentor das Brasileiras*<sup>13</sup>, em incentivar uma socialização política deste público feminino.

Não podemos afirmar, mas, provavelmente, o convite às senhoras para se integrarem à ‘Defensora’, seria o resultado da ação empreendida pelos autores do jornal *O Mentor das Brasileiras* em levar o conhecimento ao “bello sexo” e fortalecê-lo com as idéias liberais de defesa à Constituição, imprimindo nestas mulheres sentimentos de amor e deveres para com a Pátria.

Desta forma, neste trabalho serão discutidas algumas considerações no que se refere à Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, instalada na Vila de São João del-Rei.

As principais referências bibliográficas utilizadas nesta pesquisa construíram-se em torno de quatro campos, são eles: história da educação das mulheres no período colonial e

---

<sup>13</sup> Há que se considerar a hipótese de que entre os membros da S.D.L.I.N. de São João del-Rei poderiam estar presentes também os responsáveis pela edição do jornal *O Mentor das Brasileiras*.

início do século XIX; história das mulheres; imprensa e opinião pública; e, por fim, história política do Brasil à época da independência e da construção da Nação. Torna-se necessário fazer um breve comentário sobre a interlocução desenvolvida com estes autores.

Em se tratando de abordar a educação das mulheres no período colonial do Brasil, os estudos de Leila Algranti (1993) e Maria Beatriz Nizza da Silva (1977) se apresentaram como principais referências utilizadas. Leila Algranti (1993), em *Honradas e Devotas*, discute as possibilidades de educação para as mulheres de elite, nos ambientes de clausura, ou seja, nos conventos e recolhimentos.<sup>14</sup> Embora a autora admita que a principal finalidade destas instituições fosse os cuidados com a honra e a virtude das reclusas, ela não negligencia o fato de estes serem os únicos espaços institucionais nos quais as mulheres poderiam receber algum tipo de instrução.

Maria Beatriz Nizza da Silva (1977), por sua vez, faz um estudo comparativo entre a educação feminina e a educação masculina em duas instituições de ensino coordenadas pelo Bispo de Pernambuco, D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, em 1798. Trata-se do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória do Lugar da Boavista de Pernambuco e do Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça da Cidade de Olinda de Pernambuco. Tendo como fonte os dois Estatutos destas instituições, produzidos em 1798, por Azeredo Coutinho, a autora observa que o conteúdo de ensino direcionado às alunas do Recolhimento estavam mais voltados para a sua formação moral e não tanto para sua instrução entendida aqui como acesso aos conhecimentos relacionados à leitura, escrita e cálculo.<sup>15</sup>

Com relação às proposições sobre a educação das mulheres no início do século XIX, consideramos como principais referências os estudos de Diva do Couto Gontijo Muniz (2003)

---

<sup>14</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: mulheres da colônia – condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edumb, 1993.

<sup>15</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Educação feminina e educação masculina no Brasil colonial. *Revista de História da Usp*. São Paulo, v.109, n°55, 1977, p.149-164.

e Maria Cristina Soares de Gouvêa (2004).

Maria Cristina Soares de Gouvêa (2004), em seu artigo *Meninas na sala de aula: dilemas da escolarização feminina no século XIX*, busca analisar o processo de institucionalização da escola elementar ao longo do oitocentos na província de Minas Gerais, particularmente, a inserção da população infantil feminina nas escolas.<sup>16</sup> A autora utiliza como fontes os mapas trimestrais de frequência das escolas públicas elementares, os relatórios dos delegados de ensino e a legislação educacional do período.

No que se refere à educação das mulheres de elite, a pesquisadora demonstra que o ideário da sua educação buscava dar sentido aos projetos de produção de um feminino que pudesse ser capaz de contribuir para o ordenamento da família nos moldes de uma sociedade “civilizada” e ordeira.<sup>17</sup>

Diva do Couto Gontijo Muniz (2003) em *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835-1892)*, faz um estudo sobre a educação de meninas e mulheres nas escolas mineiras do século XIX e escolas primárias de instrução pública. A autora busca demonstrar a presença de meninas nas escolas públicas, particulares, laicas e religiosas e suas diferentes experiências de escolarização.<sup>18</sup> A autora aborda ainda entre outros pontos a questão da singularidade da sociedade mineira, no que se refere aos aspectos de sua formação, diversificação de atividades e o caráter urbano de sua população e, por estes motivos, cenário de políticas de ordenamento social por parte do Estado e da Igreja.

No que se refere ao entendimento da história das mulheres, utilizamos como principal referência a coletânea organizada por Mary Del Priori (2004). Desta obra *História das Mulheres no Brasil*, discutimos, principalmente, os textos dos seguintes autores: Emanuel

---

<sup>16</sup> GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Meninas nas salas de aula: dilemas da escolarização feminina no século XIX. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). *A Infância e sua Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

<sup>17</sup> *Ibidem*

<sup>18</sup> MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Um toque de Gênero: História e Educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003

Araújo, Luciano Figueiredo, Maria Ângela D’Incao, Joana Maria Pedro.

Emanuel Araújo (2004), em *A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia*, faz uma análise voltada para a sexualidade feminina no Brasil, na época colonial. Conforme observa o autor, havia por parte das instituições civis e eclesiásticas a intenção de abafar a sexualidade das mulheres, tendo-se em vista que a mesma poderia colocar em risco a segurança do grupo social e a própria ordem da sociedade em que viviam. O autor dá destaque a idealização da mulher enquanto figura “perigosa” por natureza.<sup>19</sup>

Luciano Figueiredo (2004), em *Mulheres em Minas Gerais*, observou a participação feminina na sociedade mineira colonial, no comércio ativo das regiões mineradoras e em outras atividades como criação de gado, aves, plantação de gêneros de subsistência, entre outras.<sup>20</sup> Neste trabalho, o autor aborda ainda a política familiar empreendida pelo Estado e pela Igreja no sentido de acabar com as uniões ilegítimas de caráter informal entre os mineiros e incentivar a formação de famílias legítimas.

Maria Ângela D’Incao (2004) em seu estudo, *Mulher e família burguesa*, discute que concomitante às transformações ocorridas no século XIX na sociedade brasileira - a consolidação do capitalismo; o incremento de uma vida urbana; a ascensão da burguesia - surgiram novos valores e novos modos de se pensar a família e suas vivências.<sup>21</sup> A autora acrescenta que este período, marcado pela valorização da maternidade e da intimidade, houve também o nascimento de uma nova mulher, aquela que seria dedicada ao lar e aos filhos.

Joana Pedro (2004), por sua vez, em *Mulheres do Sul*, observa que, anteriormente ao século XIX, as mulheres do Rio Grande do Sul, pertencentes à elite, poderiam ser vistas em

---

<sup>19</sup> ARAUJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres no Brasil. 7 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

<sup>20</sup> FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais, In: DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres no Brasil. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

<sup>21</sup> D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa, In: DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres no Brasil. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

atividades produtivas que garantiriam, inclusive, a sobrevivência familiar. À medida que a elite se tornava urbana, isso na primeira metade do século XIX, uma nova condição de mulher passava a ser exigida. A autora aponta para o “isolamento feminino” no exercício das atividades domésticas, fator que distinguiria a mulher de elite das demais mulheres.<sup>22</sup>

Em relação aos estudos relacionados à imprensa e opinião pública, destacamos os trabalhos de Marco Morel e Mariana Barros (2003) e Wlamir Silva (2006). Marco Morel e Mariana Barros (2003) contribuem para pensarmos o papel da imprensa nos períodos de grande agitação política no Brasil, à época da independência. Os autores apontam também para o momento que marca o surgimento da opinião pública no Brasil.

Wlamir Silva (2006), por sua vez, discute as questões relativas ao liberalismo moderado em Minas Gerais no século XIX, explícito nos impressos que circularam na província.

Por fim, para a discussão do momento político vivenciado pelo Brasil nas primeiras décadas do século XIX, concentramos a maior parte de nossas reflexões naqueles autores que abordam, principalmente, a temática do processo de construção do Estado-Nação, entre eles: Marcello Basile (1990), José Murilo de Carvalho (1981 e 1999), Ilmar Rohloff de Mattos (1994), Richard Graham (2001) e Kátia de Queiroz Mattoso (1992).

No âmbito das proposições conceituais de análise, utilizadas no desenvolvimento desta pesquisa, problematizamos os conceitos de *opinião pública esclarecida*, *imaginário social* e *relações de gênero*.

Buscamos em Milton Meira do Nascimento (1989), em sua obra *Opinião Pública e Revolução*, os principais pressupostos teóricos acerca do conceito de *opinião pública esclarecida*. Este pesquisador, em seu estudo sobre a formação da opinião pública na França, na época da Revolução, faz uma análise sobre um grupo de homens letrados que se diziam

---

<sup>22</sup> PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul In: DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres no Brasil. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

propagadores da verdade. Estes intelectuais integravam o *Cercle Social* e compunham o jornal *Le Bouche de Fer*, com o objetivo de levar o conhecimento até o povo oprimido, para torná-lo esclarecido. A intenção desses homens era formar a opinião pública esclarecida do povo, para que ele pudesse exercer um poder de vigilância sobre aqueles que detinham o poder. Esta seria, segundo Meira do Nascimento, uma estratégia de amplificação da voz popular.<sup>23</sup>

Outra discussão conceitual importante presente nesta pesquisa está relacionada à noção de *imaginário social*, proposta por Bronislaw Baczko (1985). Para a afirmação discursiva da defesa da independência política e da monarquia constitucional, entendemos que foi necessária a produção de um sistema de símbolos e representações em torno das palavras *Pátria e Nação*. Procurou-se desenvolver nas pessoas sentimentos ligados ao patriotismo e ao nacionalismo que as levassem a uma ação comum de defesa do sistema constitucional. Sendo assim, o imaginário, conforme Baczko:

constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira. (...) suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum.<sup>24</sup>

O autor define o imaginário social como “uma das forças reguladoras da vida coletiva”.<sup>25</sup> É através dos imaginários sociais que uma coletividade

designa a sua identidade, elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de bom comportamento, designadamente através da instalação de modelos formadores, tais como o chefe, o bom súdito, o guerreiro corajoso, etc. Assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma

---

<sup>23</sup> NASCIMENTO, Milton Meira do. *Opinião pública e revolução: Aspectos do discurso político na França Revolucionária*. São Paulo: Edusp, 1989.

<sup>24</sup> BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. Enciclopédia Einaudi: Antropos Homem. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1985, p.311.

<sup>25</sup> BACZKO, 1985, p.309.

ordem em que cada elemento encontra o seu lugar, a sua identidade e a sua razão de ser.<sup>26</sup>

O imaginário político que possibilitaria às pessoas uma ação comum deveria alcançar inclusive as mulheres. Por isso, entendemos que, concomitantemente à produção de uma nação, os editores do jornal pretenderam produzir, através dos discursos, uma nova mulher. Considerando o que temos analisados no jornal *O Mentor das Brasileiras*, nosso entendimento é de que essa nova mulher seria aquela possuidora de sentimentos patrióticos e de deveres para com o seu país, com a função de criar os seus filhos cientes de seus compromissos com a Pátria.

Portanto, as considerações desenvolvidas por Baczko contribuíram para pensarmos sobre o imaginário político construído coletivamente pelos atores sociais à época da independência e da construção da nação. Sobretudo, tais considerações nos possibilitaram a compreensão das representações produzidas socialmente sobre as mulheres pelos redatores do jornal *O Mentor das Brasileiras*.

No que se refere às relações de gênero, salientamos que estas se fizeram presentes em todo o momento da pesquisa, uma vez que estamos investigando um jornal, provavelmente escrito por homens, destinado às mulheres. Estes homens intitulavam-se “os mentores”, os quais se apresentavam como portadores da missão de “informar” e “civilizar” as mulheres. Nesta perspectiva, entendemos que os redatores, ou os “mentores” ficam, em tese, numa posição superior às suas leitoras, pois quem se propõe a educar é porque possui o conhecimento e, as mulheres, por sua vez, permanecem na condição de aprendizes, estabelecendo, assim, uma relação de poder entre ambos.

Destaca-se que somente o fato de esses homens se proporem a educar as mulheres já deixa implícita a idéia de poder de “um” sobre o “outro”.

Ressaltamos, ainda, que as relações de poder estão presentes em todas as relações

---

<sup>26</sup> BACZKO 1985, p.309.

que se estabelecem entre as pessoas, não somente entre homens e mulheres, mas também entre homens e mulheres de classes e etnias diferentes. Assim, as considerações de Joan Scott (1990), historiadora norte-americana, auxiliam na compreensão deste objeto.

Para esta historiadora, gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos (...) e é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.<sup>27</sup>

Quando a autora fala de gênero, ela se refere ao discurso da diferença entre os sexos, que não está contido apenas no âmbito das idéias, mas também está ligado às instituições, estruturas, práticas cotidianas, aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais, pois considera que o discurso é um instrumento de ordenação do mundo.<sup>28</sup> O discurso legitima as diferenças e estabelece as relações de poder entre os sexos.

Em relação aos documentos pesquisados, tem-se que para a elaboração desta pesquisa foram utilizadas as seguintes fontes: o jornal *O Mentor das Brasileiras*; O jornal *O Astro de Minas*, o Livro de Correspondências e Ofícios e o Livro dos Estatutos da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, da Vila de São João del-Rei; a Constituição de 1824; Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, o Tratado de Educação Física e Moral das Crianças de Ambos os sexos, do autor Luiz Carlos Moniz Barreto, datado de 1787, Arquivo da Câmara Municipal de São João del Rei (ACMSJDR): Cartas e Editais da Câmara (CAED 68), e a Bíblia Sagrada (Epístolas de S. Paulo).

O nosso contato com *O Mentor das Brasileiras*, considerado como nossa principal fonte de análise, se deu por meio de microfilme, uma vez que o original de seus números encontram-se sob a custódia da Biblioteca Nacional da cidade do Rio de Janeiro e o mesmo não pode ser utilizado para consultas e pesquisas.

---

<sup>27</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul./dez. 1990, P.14.

<sup>28</sup> SCOTT, 1990.



Foram publicados no total 129 números, desde novembro de 1829 a junho de 1832. Seus números saíam semanalmente. Dentre os 12 periódicos publicados na Vila de São João del-Rei, na primeira metade do século XIX, o *Mentor das Brasileiras* foi o segundo que ficou maior tempo em circulação, somente perdendo para o *Astro de Minas*, outro importante jornal da Vila, que circulou por 12 anos.

Esta dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro, que tem como título, *A educação das mulheres em fins do século XVIII e início do século XIX: entre a formação e a instrução*, problematizamos a educação das mulheres tendo em vista as diferenças estabelecidas entre os saberes referentes à sua formação e os saberes relacionados à instrução (ler, escrever e contar). Abordaremos a educação da moral e dos costumes das mulheres, proposta pelos redatores do jornal, tendo-se em vista que uma mulher educada em princípios e valores morais seria perfeitamente adequada ao papel de mãe e esposa dos cidadãos, imaginado pelas elites políticas do momento.

No segundo capítulo, *O processo de produção e circulação da opinião pública nos periódicos do século XIX*, trataremos algumas questões relativas à imprensa, seu papel pedagógico e a formação da opinião. Dentro da temática opinião pública, buscamos compreender as tentativas dos redatores do *Mentor das Brasileiras* em incorporar as mulheres no processo de produção e circulação de uma opinião pública, como um convite a participarem dos assuntos públicos do país. Numa perspectiva mais ampla de formação de opinião, discutiremos o conceito de *opinião pública esclarecida* contida nas propostas educacionais dos editores do jornal.

Por último, no terceiro capítulo, *O papel da mulher no processo de construção do Estado-Nação*, problematizaremos a questão da formação política das mulheres como componente do movimento de afirmação de uma identidade nacional brasileira. Enfatizaremos, inclusive, a participação das mulheres na Sociedade Defensora da Liberdade e

Independência Nacional, em São João del-Rei. Por fim, buscaremos demonstrar algumas estratégias de transmissão do conhecimento político às mulheres utilizadas pelos editores do jornal *O Mentor das Brasileiras*.

## CAPÍTULO I

### **A EDUCAÇÃO DAS MULHERES EM FINS DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX: ENTRE A FORMAÇÃO E A INSTRUÇÃO**

A instrução e o acesso aos conhecimentos mais sistematizados por parte das mulheres não eram práticas comuns para os séculos anteriores ao XIX. Em estudos sobre o período colonial, Leila Algranti (1993) indica que valorizava-se a educação dos homens em detrimento da educação das mulheres. Desta forma, aquelas famílias que quisessem que seus meninos obtivessem uma instrução mais completa os enviavam para a metrópole. Sendo assim, como observa a autora, não é de admirar que a educação feminina recebesse pouca ou nenhuma atenção, se comparado ao empenho para a escolarização dos homens.<sup>29</sup>

A autora salienta que a educação feminina no século XVIII estava longe de ser uma prática corriqueira, mesmo entre os membros da elite colonial. Ainda, segundo ela, as meninas, na segunda metade do século XVIII, filhas das famílias mais abastadas, poderiam aprender as primeiras letras em casa, sob a forma de uma instrução doméstica, juntamente com os demais irmãos. Também seriam introduzidas nos estudos sobre a religião para participarem do culto católico.

Ainda, de acordo com esta pesquisadora, o ingresso nos recolhimentos ou conventos era uma saída para aquelas mulheres que quisessem avançar nos estudos. Na ausência da difusão de um ensino institucionalizado, os conventos e os recolhimentos seriam, além da educação doméstica, uma importante opção educacional para as mulheres da colônia até o século XIX. Estas instituições serviriam a vários fins no que tange à vida das mulheres.

<sup>29</sup> ALGRANTI, 1993.

Porém, a autora ressalta que a preocupação primeira era com a honra e a virtude da mulher, apesar de não poder negligenciar que estes eram os únicos espaços institucionais onde as mulheres poderiam receber algum tipo de instrução.<sup>30</sup>

Essas instituições, segundo Algranti, se fizeram presentes no Brasil e, especificamente, na região sudeste da colônia somente a partir do século XVIII. Até aí, a educação feminina se dava por meio daquilo que se podia aprender em casa.

Temos para Minas Gerais, no século XVIII, dois recolhimentos: o de Nossa Senhora da Conceição do Monte Alegre de Macaúbas, com data de fundação de 1715, e a Casa da Oração do Vale das Lágrimas, datado de 1750, mais conhecido como Recolhimento de São João da Chapada. Eram espaços de devoção e de vida contemplativa, não sendo subordinados a qualquer ordem ou congregação.<sup>31</sup> Estes recolhimentos recebiam tanto mulheres oriundas das famílias de elite como também algumas mulheres pobres.

O Recolhimento da Chapada existiu até 1817, enquanto que o de Macaúbas persistiu até meados do século XIX, sendo que em 1847 foi regulamentado por Dom Viçoso como estabelecimento de ensino. Vale destacar que no período de 1714 a 1846, o Recolhimento de Macaúbas esteve mais direcionado para a preservação da honra das jovens e senhoras do que com a formação escolar voltada para o acesso aos conhecimentos mais sistematizados.

Neste Recolhimento, as mulheres recebiam uma educação baseada em uma formação moral e de firmeza do caráter. O acesso das educandas à instrução se restringia a alguns conhecimentos e habilidades mínimas como, por exemplo, algumas noções de primeiras letras, doutrina cristã e trabalhos de agulha.

Outro recolhimento muito importante na história do Brasil colonial é o Recolhimento de Nossa Senhora da Glória do Lugar da Boavista de Pernambuco, coordenado por D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Bispo de Pernambuco, em 1798. Este recolhimento

---

<sup>30</sup> *Ibidem.*

<sup>31</sup> MUNIZ, 2003.

recebia tanto mulheres da elite como também as da população pobre<sup>32</sup>.

Maria Beatriz Nizza da Silva (1977) salienta que as propostas do Bispo tinham como objetivo o aprimoramento e a maior rentabilidade das duas funções primordiais da mulher, ou seja, guardiã da economia doméstica e mentora dos filhos. Conforme a autora, Azeredo Coutinho condenava a educação tradicional das moças em casa, por apresentar, segundo ele, ausência de ocupações, permitindo que as meninas ficassem em total ociosidade.<sup>33</sup>

Quanto ao conteúdo do ensino ministrado nesta instituição, a autora salienta que as meninas eram formadas nos princípios da religião, aprendiam a ler, escrever, contar, coser e bordar. Somente as mulheres que quisessem continuar a viver como religiosas é que aprenderiam além desses saberes, latim e música.<sup>34</sup>

Diva do Couto Gontijo Muniz (2003), no que diz respeito a situação da educação das mulheres de elite até meados do século XIX, em Minas Gerais, observa que o enclausuramento das meninas em recolhimentos era uma opção educacional que as famílias deste estrato social possuía para as suas filhas. Uma outra opção seria o confinamento em internatos, onde essas mulheres receberiam uma formação religiosa, moral e escolar com a finalidade de prepará-las para o bom desempenho das tarefas que lhes seriam atribuídas como esposas distintas e virtuosas.<sup>35</sup>

A autora, porém, atenta para o fato de que, conforme tradição, não se atribuía à formação escolar das meninas a mesma importância dada à dos meninos. Além desse fator, a pesquisadora salienta que a “escassez de oportunidades” de escolarização feminina também pode ser explicada a partir de outros indicadores, tais como:

---

<sup>32</sup> Aceitava-se neste Recolhimento educandas pobres, ‘no caso de haver rendas bastantes’, porém, obedecendo-se os seguintes requisitos: filhas de pais brancos, provenientes de legítimo matrimônio; possuírem sete anos de idade, não padecendo de enfermidade grande ou mal contagioso; naturais do mesmo bispado e órfãs ao menos de pais e serem verdadeiramente pobres. Obstáculos eram criados quanto à educação de crianças de cor e filhas de casamentos ilegítimos. Ver: SILVA, 1997, p.150.

<sup>33</sup> SILVA, 1977.

<sup>34</sup> *Ibidem*.

<sup>35</sup> MUNIZ, 2004.

desinteresse inicial das autoridades pela escolarização do segmento feminino da sociedade, a cultura familiar de confinamento das mulheres, o isolamento, a precariedade do sistema viário de Minas e a extrema mobilidade espacial de sua população.<sup>36</sup>

Segundo os estudos de Maria Cristina Gouvêa (2004), a educação das mulheres das elites, em Minas Gerais, no período colonial e também na primeira metade do século XIX, se caracterizava, basicamente, por uma formação voltada para a administração do lar, ou seja, nas funções restritas ao mundo doméstico. A aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo era considerada dispensável para as meninas. Quando os pais consideravam a aprendizagem de tais saberes necessários, contratavam professoras para ensinar suas filhas no interior dos espaços domésticos ou as enviavam para os poucos colégios particulares que existiam no período.<sup>37</sup>

Deste modo, entendemos que a educação das mulheres em fins do século XVIII e início do século XIX esteve mais voltada para a formação do caráter e da moral, sendo que o acesso aos conhecimentos referentes à instrução como saber ler, escrever e contar viria como forma de melhorar o desempenho de sua função na sociedade, enquanto esposa e mãe. A escolarização era reservada aos meninos o que marca, assim, as diferenças de gênero.

Ainda assim, como veremos na província de Minas Gerais ao longo do século XIX, houve importantes iniciativas para o desenvolvimento da instrução pública feminina.

Neste capítulo discutiremos como os autores do jornal *O Mentor das Brasileiras* compreendiam o ordenamento das mulheres sanjoanenses, prescrevendo-lhes normas de comportamento e transmitindo-lhes ensinamentos relativos aos valores morais e também aos costumes. Pelas matérias publicadas no jornal, os redatores propunham uma educação política que se baseava, também, na formação da moral e dos costumes das mulheres da Vila de São

---

<sup>36</sup> *Ibidem*, p.161

<sup>37</sup> GOUVÊA, 2004.

João del-Rei. Práticas e hábitos como aleitamento pelas amas, a ociosidade, a vaidade e a leitura de determinadas novelas e romances foram condenados pelos autores durante o tempo de publicação do jornal. Antes, porém, discutiremos alguns aspectos importantes relacionados ao “ser mulher” na sociedade brasileira, particularmente, na sociedade de Minas Gerais, e também abordaremos a temática do acesso das mulheres aos saberes referentes à instrução.

### 1.1 “SER MULHER” NA SOCIEDADE DE MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX

Alguns aspectos importantes referentes ao “ser mulher” na sociedade brasileira no século XIX, particularmente na sociedade de Minas Gerais, devem ser discutidos nesta pesquisa.

Conforme Diva Muniz (2003), Minas Gerais possui traços peculiares por ter se constituído em condições inteiramente novas em comparação com outras regiões da colônia. Enquanto essas outras regiões se organizaram segundo a exploração da terra, através da lavoura, em Minas Gerais a organização se deu mediante a exploração mineral. A mineração foi “o eixo em torno do qual gravitou tudo mais”.<sup>38</sup> Segundo a pesquisadora:

(...) a mineração imprimiu traços específicos à formação social constituída nas Minas: vida urbana característica; diversificação das atividades econômicas; intensa mobilidade espacial; marcante presença do Estado; maior flexibilidade social; economia mais fortemente integrada; estabelecimento da interdependência regional e conseqüente estruturação de significativo mercado interno; ordem social mais igualitária e relações familiares menos vincadas pelo patriarcalismo.<sup>39</sup>

Conforme a autora, a mineração respondeu por um quadro variado de atividades, o

---

<sup>38</sup> MUNIZ, 2003, p.61.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p.61-62.

que possibilitou a Minas Gerais se distinguir de outras regiões. Essa diversificação “incluía o desenvolvimento de uma agricultura mercantil de subsistência, atividades artesanais e manufatureiras, prestação de serviços e um ativo comércio (...)”<sup>40</sup>

A peculiar sociedade de Minas Gerais, segundo Luciano Figueiredo (2004), preocupava as autoridades locais. O caráter urbano, a grande população, a diversificação de atividades, a presença de “desclassificados sociais”, homens livres, mestiços e escravos espalhados pelos grandes centros eram as principais causas dessa preocupação. Sobretudo, a atuação das mulheres nas atividades de comércio causou, segundo ele, “dores de cabeça” constantes às autoridades locais.<sup>41</sup>

Ambos os autores, Luciano Figueiredo (2004) e Diva Muniz (2003), salientam em seus estudos o desenvolvimento de uma política familiar empreendida pelo Estado e pela Igreja, que visava um ordenamento dessas zonas mineradoras. Segundo Figueiredo (2004), disseminou-se nas minas relações familiares de tipo consensual, de compromisso informal entre as partes.<sup>42</sup> A falta de uniões legítimas provocava um certo incômodo, sendo preciso, por parte das autoridades, uma política familiar na região. Em Minas Gerais, especificamente, Luciano Figueiredo salienta que com o desenvolvimento da mineração, medidas foram tomadas pela Coroa para garantir a disciplina social. Segundo ele, a exploração aurífera exigia a organização e a atuação do Estado sob novas bases. Assim, “cabia disciplinar não apenas os papéis sociais, mas também os afetos e o uso do corpo.”<sup>43</sup>

Diva Muniz (2003), por sua vez, observa que a freqüente mobilidade dos grupos populacionais em busca de riquezas dificultava a constituição de casamentos legítimos por parte dos mineiros. A mobilidade se dava pois a atividade de exploração do ouro exigia deslocamentos constantes em busca de novas áreas auríferas. Esta mobilidade populacional,

---

<sup>40</sup> *Ibidem*, p.64.

<sup>41</sup> FIGUEIREDO, 2004.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p.165

<sup>43</sup> *Ibidem*, p.167.



segundo a autora, representava um dos obstáculos à efetivação das uniões legítimas entre os mineiros e possibilitaria, por consequência, práticas de relações ilícitas.<sup>44</sup>

A autora acrescenta que a Coroa, desde os primeiros descobrimentos auríferos, já buscava estabelecer dispositivos de controle sobre a população das Minas, visando a ordem colonial. O estímulo à constituição de famílias legítimas e também à criação de espaços formais de instrução foram, segundo a autora, estratégias básicas na disciplinarização dessa sociedade tão singular como a mineira.

Pode-se observar que, paralela à esta política familiar, esteve presente também uma política de definição e ordenamento do papel feminino nesta sociedade conturbada por valores tão misturados. Dados sobre Minas Gerais, no século XIX, coletados por Maria do Carmo Salazar Martins (1990) informam uma sociedade mineira miscigenada, na qual os brancos eram a minoria na província, atingindo uma porcentagem de 29,2% em relação à população total, enquanto que os pardos representavam 34,4% e os pretos 36,4%.<sup>45</sup>

A mulher de elite precisava se distinguir das demais mulheres dessa sociedade caracterizada por tanta diversidade étnico-racial que, segundo Maria Cristina Gouvêa (2004), proporcionava “múltiplas possibilidades de experiências femininas.”<sup>46</sup> Precisaria, no entanto, passar por um aprendizado para preencher sua função social de mãe e esposa.

Maria Ângela D’Incao (2004), em sua discussão sobre mulher e família burguesa na sociedade brasileira, observou que o processo de modernização e o incremento de uma vida urbana com novas alternativas de convivência fizeram com que se alterassem também as relações da família, as quais propiciaram o surgimento de uma “nova mulher”. Segundo ela, à medida que se definiam os espaços públicos, a mulher passava a submeter-se à avaliação e

---

<sup>44</sup> MUNIZ, 2003.

<sup>45</sup> MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-1835. V Seminário sobre a economia mineira. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1990, p.18.

<sup>46</sup> GOUVÊA, 2004, p.193

opinião dos outros. Assim, segundo a autora, “a mulher de elite passou a marcar presença em cafés, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social”, ou seja, “tiveram que aprender a comportar-se em público, a conviver de maneira educada”.<sup>47</sup>

Diferentes pesquisas tanto para o século XVIII como para o século XIX revelam a participação feminina em várias atividades econômicas, principalmente em Minas Gerais. Segundo Luciano Figueiredo (2004), temos para Minas Gerais, no que se refere à população pobre, mulheres em atividades como tecelagem, panificação, alfaiataria, costureiras, doceiras, fiandeiras e rendeiras.<sup>48</sup> Este pesquisador encontrou para a sociedade mineira, no final do século XVIII e início do século XIX, mulheres na criação de gado e aves, na plantação de gêneros alimentícios para o abastecimento local, na produção de queijos, aguardente e pão.<sup>49</sup> O autor destaca, também, a participação das mulheres no comércio, sendo mais conhecidas como “negras de tabuleiro”.<sup>50</sup>

De acordo com Maria Cristina Gouvêa (2004), ao se analisar o Brasil no século XIX e, particularmente, a província mineira, verifica-se que a mulher ocupou espaços sociais variados, não somente restrito ao universo doméstico. Uma grande parcela da população feminina integrava-se à vida social e econômica de forma ampliada, o que coloca em questão, segundo a autora, a tese da “onipresença” do patriarcalismo em Minas Gerais, defendida por muitos autores.<sup>51</sup>

Ângela Magalhães Martins (1990), ao estudar a estrutura ocupacional de São João del-Rei e Campanha, para os anos de 1833 a 1835, indica a presença, em São João del-Rei, de mulheres livres em atividades de fiação e tecelagem, atividades agrícolas e atividades domésticas. Ainda, segundo a autora, algumas mulheres trabalhavam na pecuária, mineração,

---

<sup>47</sup> D’INCAO, 2004, p.285.

<sup>48</sup> FIGUEIREDO, 2004, p.142.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p.143.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p.145.

<sup>51</sup> GOUVÊA, 2004, p.193.

comércio e artesanato.<sup>52</sup>

Joana Pedro (2004), em seus estudos sobre as mulheres do sul, observou que a partir do momento em que uma nova sociedade se configurava no Rio Grande do Sul em meados do século XIX, uma nova condição de mulher passava a ser exigida. A autora constata que anteriormente a este período, as mulheres pertencentes à elite, a qual estava ainda ligada a pequenas propriedades, poderiam ser vistas assumindo a direção dos empreendimentos e mantendo a sobrevivência familiar. Em meados do século XIX, observa-se que, com formação de uma nova elite, agora urbana, ocorreu o “isolamento feminino nas atividades de esposa, mãe e dona de casa”.

A autora vê a ausência das mulheres do mundo do trabalho como uma forma de “distinção social.” As famílias mais abastadas se distinguiam das demais pela dedicação de suas mulheres às atividades domésticas.<sup>53</sup> A autora acredita que se pretendia difundir um ideal de mulher “do lar”, que se distinguiria das outras mulheres das demais classes. Esta distinção se faria no momento em que ela deixasse o ambiente público e se dedicasse à família e aos serviços domésticos.

Enfim, de acordo com estes estudos, entendemos que as mulheres brasileiras, particularmente as de Minas Gerais, dadas as singulares características desta província, precisavam passar por um aprendizado, que lhes daria condições de desempenharem as funções que lhes eram atribuídas segundo o seu gênero. No modelo de família imaginado pelas elites da época, as mulheres dessas camadas deveriam se preocupar em cuidar dos filhos, zelar pela administração da casa e pela figura pública do marido.

Contudo, para além deste apelo de educação feminina comum em outras províncias, destaca-se a importância política da província mineira e sua configuração estratégica no

---

<sup>52</sup> MARTINS, Ângela Magalhães. Século XIX: Estrutura ocupacional de São João del-Rei e Campanha. V Seminário sobre a economia mineira. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1990, P.39-40.

<sup>53</sup> PEDRO, 2004, p.285.

cenário das questões e tensões da época. Ao que tudo indica, estes elementos interferiram na proposição de uma formação política das mulheres mineiras de São João del Rei.

## 1.2 A INSTRUÇÃO DAS MULHERES

Existia, para as famílias de elite, segundo Maria Cristina Gouvêa (2004), a oposição entre a educação na qual as meninas deveriam dominar os saberes relativos ao espaço doméstico e aquela formação na qual elas receberiam os ensinamentos ligados à instrução como leitura, escrita e cálculo. Sendo assim, a autora aponta dois modelos de educação feminina que se confrontavam no século XIX: a instrução baseada na formação escolar e a formação privada com base na forma doméstica de educação.<sup>54</sup>

Maria Cristina S. Gouvêa indica que os projetos que visavam à escolarização da mulher de elite, neste período, tinham por fim a produção de um feminino capaz de ordenar a família conforme o modelo de uma sociedade civilizada e ordeira.<sup>55</sup> Principalmente na primeira metade do século XIX, os discursos educacionais tinham como principal fundamentação o papel da mulher “na formação das novas gerações”.<sup>56</sup>

Segundo esta pesquisadora, a afirmação da necessidade de educação para as mulheres embora emergisse na primeira metade do século XIX, iria ganhar maior força e legitimidade na segunda metade do mesmo. Isso porque, de acordo com a autora, foi necessário para as mulheres de elite serem não apenas educadas, mas também instruídas dentro do padrão feminino europeu de mulher civilizada, no qual, a cultura letrada se tornava

---

<sup>54</sup> GOUVÊA, 2004.

<sup>55</sup> *Ibidem*.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p.198.

um símbolo de civilidade.<sup>57</sup>

O século XIX, conforme Gouvêa, é o período em que a escolarização da população livre afirma-se no discurso das elites como uma das “estratégias de ordenamento social.”<sup>58</sup> Assim, podemos perceber que, através da legislação do ensino na época imperial, houve um movimento em torno de projetos que favoreciam a educação das mulheres. A começar pela Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, que estabelecia a obrigatoriedade e gratuidade das escolas. Assim, a lei mandava “criar escolas de primeiras letras, em todas as cidades e vilas e lugares mais populosos do Império.”<sup>59</sup> Em seu artigo 11, pela primeira vez, a educação feminina é contemplada, demonstrando que a legislação dava os seus primeiros passos em favor da escolarização feminina.

Art. 11º. Haverão escolas de meninas nas cidades e villas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento.<sup>60</sup>

Apesar de estabelecida esta lei referente ao ensino, ao que tudo indica, até o ano de 1828, não havia sido criada qualquer escola pública para meninas na Vila de São João del-Rei. Na documentação da Câmara, no ato de vereança de 6 de fevereiro de 1828, registrou-se o seguinte pedido feito pelos vereadores ao Presidente da Província: “é da mais absoluta necessidade, que haja pelo menos nesta Vila uma escola pública de meninas, cuja educação tem sido inteiramente desprezada entre nós”<sup>61</sup>.

Após a solicitação feita ao Presidente da Província pelos vereadores em 1828, no ano de 1829 tem-se o seguinte anúncio publicado no *Astro de Minas*, jornal de grande circulação da Vila de São João del-Rei.

---

<sup>57</sup> *Ibidem*

<sup>58</sup> *Ibidem*, p.189.

<sup>59</sup> Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, Art. 1.º.

<sup>60</sup> *Ibidem*, Art. 11.

<sup>61</sup> Arquivo da Câmara Municipal de São João del Rei (ACMSJDR): Cartas e Editais da Câmara (CAED 68)

José Alcebiades Carneiro Professor publico de Gramática Latina, e D. Policena Tertuliana de Oliveira, mestra publica de meninas fazem saber ao publico que se acham com suas aulas abertas na Rua Direita, n. 392, prontos a receberem com agrado os alunos e alunas que comparecerem.<sup>62</sup>

No dia 23 de dezembro de 1829, como possível resultado deste anúncio, lemos no número 4 do jornal *O Mentor das Brasileiras*, a notícia do primeiro exame público para meninas, ocorrido no dia 19 do mesmo mês e ano.

No dia 19 do corrente mês teve lugar pela primeira vez o exame público de meninas desta Vila na conformidade da resolução do Exmo. Conselho do Governo de 14 de Abril de 1828. Esta cena tão interessante deixou o público bem satisfeito pelo progresso, que observaram na instrução primária de nossas Jovens Mineiras; viam-se mesmo o prazer pintado no semblante dos espectadores, que não eram em pequeno número; e a atenção que prestavam a esta cena encantadora era a decisiva prova do interesse que tomavam pela instrução do belo sexo.<sup>63</sup>

Por estas palavras, nos é possível fazer algumas considerações a respeito da situação das mulheres, no que diz respeito à sua escolarização. Primeiramente, podemos evidenciar o quanto era nova para as pessoas a idéia de instruir as mulheres. Como o autor do artigo relata, era surpreendente para aquelas pessoas presenciarem as meninas da Vila demonstrando em público os primeiros resultados de seu aprendizado, pois a cena era encantadora aos olhos dos espectadores. Como salienta Cynthia Veiga (2004), uma importante “descoberta” dos séculos XVIII-XIX é a de que as mulheres não somente eram educáveis, mas também deveriam ser educadas.<sup>64</sup>

No entanto, a efetivação da lei, segundo alguns autores, esbarrava na resistência das famílias em enviarem suas filhas à escola. Tânia Quintaneiro (1995), ao estudar os relatos e

---

<sup>62</sup> *O Astro de Minas*, n.º217, 07 de abril de 1829, p.04

<sup>63</sup> *O Mentor das Brasileiras*: n° 4, 23 de dezembro de 1829, p. 27-28.

<sup>64</sup> VEIGA, Cynthia Greive. *Infância e Modernidade: ações, saberes e sujeitos*, In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). *A Infância e sua Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

registros dos viajeros que passaram pelo Brasil no século XIX, se refere ao fato de que educar as mulheres poderia representar um certo perigo. Com estas fontes a autora salienta que a instrução feminina poderia colocar em risco todo o sistema de controle exercido pelos pais e maridos sobre as filhas e esposas, as quais poderiam fazer “mau uso da arte.” Por isso, a frequência à escola, representava, muitas das vezes, um luxo considerado dispensável.<sup>65</sup> A autora diz que a educação das mulheres de elite não passava de ‘conhecimentos superficiais’, ocupavam-se muito pouco com os afazeres domésticos, os quais eram confiados aos escravos. Os trabalhos que lhes restavam, ou seja, a ostentação da riqueza e administração dos escravos não necessitavam de um aprendizado, segundo os viajantes estudados por ela.

Por sua vez, em relação ao funcionamento das escolas públicas, Maria Cristina S. de Gouvêa (2004), ao analisar os relatórios de delegados de ensino da província mineira e também os mapas de frequência dos alunos, traz à tona as dificuldades do funcionamento das escolas. Estas fontes sinalizam, segundo ela, para a baixa frequência dos alunos, principalmente das meninas, às aulas.<sup>66</sup>

Dentre os fatores, estudados por Gouvêa, apontados pelos delegados de ensino como sendo causa da baixa frequência da população feminina à escola estão: a falta de recursos para o envio das filhas às escolas, o trabalho doméstico remunerado ou não, os papéis sociais destinados à mulher adulta que não demandavam a instrução elementar, o suposto desinteresse ou ignorância dos pais ou responsáveis.<sup>67</sup>

Para os pais, a inserção das meninas, principalmente as da população pobre, nos espaços escolares significaria de um lado a subtração do tempo dedicado pelas mesmas às atividades domésticas muitas das vezes remuneradas e, de outro lado, significaria a circulação dessas meninas por espaços públicos freqüentados por meninos, professores, maridos de

---

<sup>65</sup> QUINTANEIRO, Tânia. Retratos de Mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajeros do século XIX. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

<sup>66</sup> GOUVÊA, 2004.

<sup>67</sup> *Ibidem*.

professoras.<sup>68</sup>

Neste sentido, para a efetivação dos projetos de educação das mulheres seria necessário enfrentar muitos desafios no que se relaciona aos costumes e hábitos dos brasileiros. Desta forma, discursos sobre a realidade da educação das mulheres e a necessidade de sua formação para o bem de toda a sociedade vieram com maior força nesta época.

Os autores do jornal *O Mentor das Brasileiras*, em conformidade com os discursos do momento, insistiam em uma mudança nos hábitos a respeito da educação feminina. Em vários artigos, buscavam justificar a necessidade de educá-las e incentivavam os pais a enviarem suas filhas para as escolas públicas, como se observa no texto a seguir do número 15, de 12 de março de 1830:

Costuma-se dizer que as meninas sendo instruídas nas escolas públicas podem bem facilmente perder a pureza dos costumes pela comunicação com suas iguais, de quem se não pode assegurar sempre a boa morigeração (...) tudo depende do bom ou mal natural das meninas, e do cuidado que se toma de sua educação, que de ordinário é dos mesmos pais, que dão ou consentem que os seus domésticos lhes dêem (...) o mal não se aprende nas escolas, mas é levado de fora para elas.<sup>69</sup>

Em um artigo do jornal *Aurora*, publicado no Rio de Janeiro, seu redator, o político e jornalista Evaristo da Veiga (1799-1837), faz uma reivindicação em favor do bello sexo, e esta matéria é reeditada pelos autores do jornal *O Mentor das Brasileiras*, em seu número 2. Assim, se referem:

Meditem os nossos concidadãos um pouco sobre a grande desigualdade de condição moral entre os dois sexos no Brasil, na útil influência, que podem exercer as mães e esposas sobre o espírito dos cidadãos, e se convencerão facilmente da urgente necessidade de uma mudança na nossa legislação e costumes, em favor do bello sexo.<sup>70</sup>

---

<sup>68</sup> *Ibidem*

<sup>69</sup> *O Mentor das Brasileiras*, nº15, 12 de março de 1830, p.114.



Como sinaliza o autor da matéria do jornal *Aurora*, havia a necessidade de uma mudança não somente na legislação, mas também nos costumes do povo brasileiro. Uma nova mentalidade sobre a educação feminina precisava vir à tona. Como já dissemos anteriormente, a educação feminina não era uma prática arraigada nos costumes dos brasileiros e, até mesmo, as iniciativas de reformas por parte das autoridades apresentavam dificuldades quanto à sua efetivação.

### 1.3 A EDUCAÇÃO MORAL

A epígrafe do jornal *O Mentor das Brasileiras* *Rendez-vous estimables par votre sagesse, et vos meurs*” se repete em todos os números e revela um dos propósitos dos autores: a mulher deveria se ocupar em instruir o espírito e não se restringir apenas ao cultivo da aparência. Com esta epígrafe, os redatores dão ênfase às matérias referentes à educação moral das mulheres, e questionam alguns hábitos que podem comprometer a honra e a virtude do *bello sexo*. De acordo com os textos publicados neste jornal, a beleza da mulher não teria tanta importância, mas o seu caráter e a sua moral mereciam preocupação apropriada. Para seus autores, a mulher somente seria perfeita em sua beleza se cultivasse o seu espírito com sãos ensinamentos e, para isso, deveria se afastar de tudo aquilo que concorresse contra a sua moral.

Em um pensamento publicado neste jornal, D. Beatriz Francisca de Assis Brandão, moradora e professora de primeiras letras de meninas na Vila de Ouro Preto, revela às jovens brasileiras sua opinião sobre o verdadeiro significado da beleza do sexo feminino.

---

<sup>70</sup> O Mentor das Brasileiras, n.02, 07 de dezembro de 1829, p.16.

quando se apelida bello o nosso sexo, não se alude esta beleza à regularidade das nossas feições, ou às graças da figura. Nós não devemos este epíteto senão à brandura, ingenuidade e modéstia, que são, ou devem ser o ornamento do nosso caráter.<sup>71</sup>

Em outro número, um artigo intitulado *Dos primeiros fundamentos da educação moral das meninas*, de autoria não indicada, diz que pouco adiantaria se os pais se preocupassem somente com a educação física de seus filhos e se esquecessem de sua educação moral.

(...) bem pouco aproveitaria, se eles [pais] cuidando unicamente na nossa educação física, se esquecessem inteiramente da nossa educação moral, isto é, se deixassem o nosso espírito entregue às disposições do acaso, sem o necessário alimento das boas doutrinas (...)<sup>72</sup>

Em outro artigo também sem autoria, extraído do Jornal *Aurora* e publicado na folha do *Mentor das Brasileiras*, percebemos o mesmo discurso por parte do seu autor, quando enfatiza a importância da educação moral da mulher.

É ainda entre nós muito desprezada a educação do sexo feminino e aqueles mesmos que possuem posses e posição social, estão nas circunstâncias de fazer dar às suas filhas uma educação polida, entendem por esta a cultura dos talentos, que são o simples ornato, e se contentam quando as mandam aprender a dançar, cantar, ou tocar qualquer instrumento músico. (...) o coração que vivifica tudo, a moral, de cujo conhecimento depende a felicidade ou a desventura de toda a existência ficam esquecidos, e uma menina adornada de quanto poder servir-lhe para brilhar na sociedade, pouco ou nada adquire do que carece, para precaver-se das seduções, para ser boa esposa e respeitável mãe de família.<sup>73</sup>

Fragmentos como estes revelam a constante preocupação com a educação moral das mulheres neste período. Segundo Cynthia Veiga (2004), é recorrente nesta época, em periódicos destinados às mulheres, a ênfase dada à sua educação moral. De acordo com a

---

<sup>71</sup> O Mentor das Brasileiras, nº15, 12 de março de 1830, p.118.

<sup>72</sup> O Mentor das Brasileiras, nº15, 12 de março de 1830, p.113

<sup>73</sup> O Mentor das Brasileiras, nº24, 14 de maio de 1830, p.187.

autora, existia a necessidade de desenvolver nas mulheres uma moralidade voltada para o âmbito doméstico. A mulher deveria aprender a ser uma boa dona-de-casa e uma boa esposa e mãe. Enfatizava-se a educação moral da mulher com o objetivo de que o privado fosse o educador do público, ou seja, uma educação voltada para as mães de família, pois se as mesmas fossem educadas nos princípios da educação no lar seriam a garantia de homens e mulheres honrados e civilizados na sociedade.<sup>74</sup>

Guacira Lopes Louro (2004), em estudos sobre a educação feminina em fins do século XIX, também demonstra que o discurso hegemônico, neste período, era de que deveriam enfatizar sobretudo a formação moral das mulheres, ou seja, a constituição do seu caráter, sendo preciso, portanto, doses pequenas ou menores de instrução. A sua função como mãe e esposa exigiria uma moral sólida e bons princípios. “Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro.”<sup>75</sup> Por isso, segundo a autora, a educação da mulher seria justificada para além dos seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua “função social de educadora dos filhos.”<sup>76</sup>

A moral das mulheres, conforme o discurso dos editores do jornal *O Mentor das Brasileiras*, teria influência direta no caráter dos filhos. As crianças, que em períodos anteriores recebiam os cuidados de escravas domésticas, tornavam-se uma das preocupações centrais das famílias das elites, sobretudo em relação a sua educação. Por isso, na medida em que os pais de famílias abastadas geralmente se preocupavam com questões referentes ao provimento do lar ou à esfera pública, a educação dos filhos deveria ser de encargo das esposas.

Essas questões relacionadas ao lugar a ser ocupado pelas mulheres na formação dos filhos vinham à tona desde fins do XVIII, conforme evidencia os documentos analisados por

---

<sup>74</sup> VEIGA, 2004.

<sup>75</sup> LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula, In: DEL PRIORI, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 446-447.

<sup>76</sup> *Ibidem*, p. 447.

Maria Beatriz Nizza da Silva (1977), já referenciados neste trabalho. A partir dessas fontes, a autora ressalta uma preocupação extrema, por parte do bispo D. Azeredo Coutinho, com a formação dada às meninas pelas famílias. Assim, o bispo se expressava:

Para remediar os grandes danos, que causa o descuido dos pais de famílias, é muito importante, que se comece a educação das filhas desde a sua infância. Esta primeira idade, que de ordinário se entrega ao cuidado de mulheres indiscretas, e talvez mal criadas é todavia aquela em que se fazem as impressões mais profundas, e que duram toda a vida<sup>77</sup>.

Para o D. Azeredo Coutinho, a primeira educação era aquela que iria marcar toda a vida de uma criança. Essa educação deveria vir essencialmente da família.

Uma outra questão importante no que diz respeito à educação moral das mulheres, a qual podemos constatar nos discursos do jornal *O Mentor das Brasileiras*, é que ela esteve sempre próxima a uma educação voltada para os valores da doutrina cristã e da religião católica. Assim, os editores se referem em um artigo no número 18, de 19 de março de 1830:

Um dos principais deveres de quem se incumba da educação da tenra mocidade é a instrução religiosa; pois é a Religião que firma o coração humano nos nobres sentimentos (...) A educação religiosa, isto é, o conhecimento dos princípios fundamentais da Religião Católica Romana deve-se imbuir nos tenros anos das meninas; porque neste tempo ainda se não encontram muito obstáculo a vencer, e antes os ânimos se acham bem dispostos para receber a doutrina mais pura (...).<sup>78</sup>

A doutrina cristã, mais do que isso, a Religião Católica Romana, como podemos observar através das palavras transcritas acima, era o alicerce de toda a formação moral das crianças e nela os pais deveriam se apoiar para educarem com sucesso seus filhos e, principalmente, as filhas.

---

<sup>77</sup> SILVA, 1977, p.156.

<sup>78</sup> *O Mentor das Brasileiras*, nº18, 19 de março de 1830, p.121.

## 1.4 EDUCAÇÃO DOS COSTUMES

Os editores do jornal *O Mentor das Brasileiras* fizeram várias críticas aos costumes das famílias mineiras no trato com as mulheres e com as filhas por meio de temas como aleitamento, ociosidade, luxo ou vaidades excessivas e leituras “inadequadas” ao “bello sexo”. Comentando acerca de cada um deles temos com relação à prática de aleitamento uma tentativa, por parte dos redatores, em criar nas mães brasileiras, particularmente, as mineiras, o hábito de elas mesmas amamentarem seus filhos.

Era comum tanto na Europa quanto no Brasil, até o século XIX, as famílias entregarem seus filhos aos cuidados de amas, inclusive, para a amamentação. À medida que foram surgindo discursos em que se valorizavam os cuidados que as mulheres deveriam ter para com seus filhos, o aleitamento como responsabilidade da mãe, se apresentava como um dos principais elos de afeto entre os dois.

Cynthia Veiga (2004) observa que a prática do aleitamento materno, nas sociedades de maneira geral, constitui-se como um elemento presente no processo de aprendizagem das mulheres do século XIX. Em suas palavras, “o aleitamento materno, tomado como modelo a partir das classes altas, foi parte de um lento processo de aprendizagem do ser mãe como nova condição de adulto.”<sup>79</sup>

No caso do Brasil, especificamente, uma sociedade marcada pela escravidão, estes discursos eram sempre mais presentes. Pesava o fato de que as mães entregavam seus filhos aos cuidados de outra pessoa e, sobretudo, pesava o fato de esta outra pessoa ser escrava. Verificamos, assim, nesta sociedade, a problemática étnico-racial contida nestes discursos.

Minas Gerais, como já nos referimos anteriormente, de acordo com os dados

<sup>79</sup> VEIGA, 2004, p. 52.

coletados por Maria do Carmo Salazar Martins (1990), se caracterizava por ser uma sociedade bastante miscigenada, na qual os brancos eram a minoria na província.<sup>80</sup> Essa província, talvez em maior proporção que outras, se tornou o alvo de discursos de médicos higienistas e educadores incentivando a prática de amamentação dos filhos pelos seios das próprias mães.

Reportando-nos ao jornal *O Mentor das Brasileiras*, em vários números, seus editores denunciam a prática de amamentação pelas amas escravas, assim como podemos evidenciar no número 18, de 18 de março de 1830.

Todo mundo sabe, quanto é desacertada a criação e educação dos nossos meninos em seus primeiros dias, e anos. Se a infância de nossos Pais Portugueses era mal dirigida, a nossa ainda é pior, pela mistura dos escravos, os quais em todo o sentido depravam hábitos, e costumes, e o próprio idioma; pois que nos comunicam suas idéias e barbaridade desde os primeiros momentos em que se desenvolvem os sentidos e as potências d'alma. As nossas mães são sobejamente amorosas, e cheias de melindro para com seus filhinhos; mas ao mesmo tempo são descuidadas (...) elas muitas vezes nos criam á seus sobejos carinhos e ternura; porém outras vezes, nos entregam as amas que são pretas comumente escravas, e também Africanas. Daqui se pode colher, qual será a pratica dessas amas, e a influencia delas sobre as crianças (...).<sup>81</sup>

Neste trecho, fica clara a preocupação com esta prática, e, sobretudo, com a necessidade de bani-la dos costumes da sociedade do século XIX. O ato de dar os filhos aos cuidados das amas que são, por sua vez, escravas, parecia ameaçar a moral das famílias. O que se supunha era que estas mulheres poderiam com seus ensinamentos, cantigas e contos, influenciar negativamente os hábitos dessas crianças. O próprio ato das escravas amamentarem os filhos dos seus senhores e deixarem de amamentar seus próprios filhos representava um perigo para a criança, podendo vir a influenciar no seu comportamento futuro.

Cynthia Veiga (2004) salienta, ainda, que a partir do século XIX, associado ao

---

<sup>80</sup> MARTINS, 1990, p 18.

<sup>81</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n.º 18, 1830, p. 137. (grifos nossos)

desenvolvimento dos saberes médicos, a difusão da necessidade do aleitamento materno justifica-se pelo controle das relações de afeto na família ou então pelos discursos higienistas de possível contaminação do leite pelas mulheres negras, na perspectiva de controle da saúde pública, como concebido na época.<sup>82</sup>

A pesquisadora, em seu estudo, cita Antonio Gomes Ferreira (1987), autor que analisou dois tratados portugueses de puericultura do século XVIII, os quais afirmam que a amamentação era um assunto de higiene e de moral. O não aleitamento pelas mães poderia colocar em risco não somente a saúde das crianças, mas também as suas qualidades morais.

Outra crítica dos editores, com relação à educação transmitida às filhas pelas famílias, se refere à ociosidade das meninas. Os autores consideram que essa é a causa de todos os outros defeitos do sexo feminino. Segundo eles, “uma menina criada sempre em uma indolência total, entregue por assim dizer a si mesma é causa de que ela se ocupe em coisas pouco sérias (...)”<sup>83</sup>. Do mesmo modo que se referem à ociosidade, salientam também para o fato de os pais deixarem suas filhas dormirem em excesso, os quais consideravam que esta prática concorria para o bem da sua saúde de suas filhas. Para os redatores, ocorre o contrário: “o sono demasiado debilita as forças vitais, constitui a natureza débil, e mole, afrouxa o espírito e a deixa entregue a um total abatimento”<sup>84</sup>.

A ociosidade, apontada como um defeito causador de tantos outros males, é também destacada por D. Azeredo Coutinho, Bispo de Pernambuco, como um inconveniente na educação habitual das moças em fins do século XVIII. O bispo, no Estatuto do Recolhimento que coordenava em Pernambuco, salienta que a ociosidade “produz nas meninas uma pernicioso sensibilidade para todos os divertimentos e espetáculos, um gosto pelas novelas, e sobretudo uma curiosidade muito grande”<sup>85</sup>. E diz ainda que a ociosidade faz com que a moça

---

<sup>82</sup> VEIGA, 2004, p.53.

<sup>83</sup> O Mentor das Brasileiras, n.º2, 7 de dezembro de 1829, p.10.

<sup>84</sup> O Mentor das Brasileiras, n.º2, 7 de dezembro de 1829, p.10.

<sup>85</sup> SILVA, 1977, p.156.

durma mais tempo que o necessário, o que a torna mais mole, mais delicada e exposta às tentações da carne.

Azeredo Coutinho propunha para o Recolhimento de Nossa Senhora da Glória do Lugar de Boavista, um sistema de educação que pudesse instruir as meninas nos princípios da religião e preservá-las dos defeitos “naturais” do seu sexo, pois segundo ele:

elas nascem com uma propensão violenta de agradar, ao que logo se segue o desejo de serem vistas; os homens procuram pelas armas ou letras conduzir-se ao auge da autoridade e da glória, as mulheres procuram o mesmo pelos agrados do espírito e do corpo.<sup>86</sup>

A referência à natureza “frágil” das mulheres pode também ser encontrada no *Tratado da Educação Fysica e Moral das Crianças de Ambos os Sexos (1787)*, do autor português Luiz Carlos Moniz Barreto. Para este autor, a exclusão das mulheres do mundo das artes e das ciências tem suas explicações e justificativas na delicadeza de sua constituição e na fraqueza do seu temperamento. Porém, segundo ele, isso pode ser resolvido através de uma boa educação.

Ilustremos a constituição física e o juízo da mulheres, por meio de uma boa educação. Os exercícios a que desde a mais tenra idade a sujeitarem, começarão a vigorar as suas forças, livrarão os teus membros, os teus órgãos, as suas fibras, os seus músculos daquela delicadeza, daquelas convulsões, daquela sensibilidade, que são as causas infalíveis da sua fraqueza, e de todas as enfermidades, que as afligem.<sup>87</sup>

O autor do referido tratado segue os seus ensinamentos salientando que a causa dos vícios e a fonte das desordens encontram-se na má educação oferecida às mulheres. Da má educação é que se verifica o gosto pela moleza e pela ociosidade. Resulta também naquela delicadeza que as conduzem a um doloroso fim e, ainda, a má educação leva à corrupção dos

---

<sup>86</sup> SILVA, 1997, p.156.

<sup>87</sup> BARRETO, Luiz Carlos Moniz. *Tratado de Educação Fysica e Moral das crianças de ambos os sexos*. Lisboa, 1787, p.4-5.



costumes que atinge os homens e a toda a sociedade.

A figura da mulher frágil e, por isso, “perigosa” por natureza, foi analisada por Emanuel Araújo (2004) em seu artigo publicado em *História das Mulheres no Brasil*, organizado por Mary Del Priori. O autor, que trabalhou com o período colonial, aponta para o “adestramento” da sexualidade feminina feita desde as leis do Estado e da Igreja até a vigilância severa dos pais, irmãos e tutores. Abafar a sexualidade feminina era necessário pois, segundo ele, “ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas”.<sup>88</sup>

Este autor afirma que sempre era lembrado às mulheres o mito do Éden, ou seja, o contato de Eva com as forças do mal. Tanto as mulheres “mundanas” e feiticeiras quanto as mulheres “normais” “de família” carregavam consigo o peso do pecado original e por isso sua sexualidade deveria ser vigiada. Sua educação deveria se pautar exclusivamente por afazeres domésticos e pela obediência ao pai e, posteriormente, ao marido.

Outros dois costumes condenados pelos autores do *Mentor das Brasileiras* e que eram considerados inadequados para a mulher eram a vaidade e o luxo excessivos.

Interessante destacar que, no periódico encontramos dois momentos distintos no que se refere ao modo de conceber o luxo pelos seus redatores: Primeiramente, os editores assumem uma postura mais tolerante com relação a este objeto até que, passados alguns números, passam a atacá-lo de forma até mesmo cômica durante o restante da publicação do jornal. Interpretamos que na verdade a promessa de divulgar as últimas novidades sobre moda era uma estratégia utilizada pelos redatores para a conquista de leitoras.

Nas primeiras publicações, verifica-se um maior destaque por parte dos redatores em trazer, em suas folhas, as notícias das modas pois, segundo eles, cometeriam um crime aos olhos de suas leitoras se omitissem essa parte consagrada a “Deosa Caprichosa”. Mais ainda: no seu número 6, de 6 de janeiro de 1830, asseguram às jovens brasileiras que irão procurar

<sup>88</sup> ARAUJO, 2004, p.45.

correspondência com a Corte do Rio de Janeiro e, inclusive, com a França, pois, como eles próprios afirmaram “o traje à Francesa tem sido o mais seguido por se julgar o mais análogo a delicadeza do corpo feminino.”<sup>89</sup> Neste mesmo número, os redatores dão alguns detalhes das modas que estava se usando na Corte:

(...) somos informados, que na Corte os cortes de vestidos compridos, tem decididamente a vitória, apesar da resistência que o bom gosto das Senhoras Brasileiras fez a favor das cinturas ligadas debaixo do seio, moda certamente mais natural, e elegante (...) os vestidos já existem mais degolados, porém esta moda não está muito exagerada, as mangas são demasiadamente largas (...) a cor de rosa tem na Corte a maior aceitação (...)<sup>90</sup>

No entanto, os redatores não cumpriram a promessa feita no número 1 de sua folha e deixaram de trazer as notícias de modas que tanto esperava o “bello sexo.” Quem percebe essa ausência é uma provável leitora intitulada *A Sentinela do Mentor*. No número 19, do dia 19 de abril de 1830, ela reclama a falta de artigos sobre modas, cobrando dos redatores a promessa em trazer as última novidades da Corte. Segundo a reclamante, havia uma amiga no Rio de Janeiro que a mantinha informada sobre o assunto, mas, com o aparecimento do periódico, a leitora dispensou a correspondente. Deixemos a cargo da própria leitora o relato da sua decepção:

Bem certa estou, que V. M. prometeu no seu primeiro número alguns artigos sobre modas [ilegível], porém até agora não tem aparecido artigo algum a semelhante respeito (...) Eu tinha uma amiga no Rio de Janeiro uma amiga que continuamente me comunicara as modas existentes, com a aparição do Mentor mandei lhe dizer que lhe poupava aquele trabalho, porém fiquei enganada, e no entanto nem de cá e nem de lá (...)<sup>91</sup>

Em resposta à possível leitora, os redatores alegam que teriam se omitido sobre esse assunto por não estar sendo fácil obter tais notícias. Porém, realça que seu principal alvo é a

---

<sup>89</sup> O Mentor das Brasileiras, n.6, 6 de janeiro de 1830, p.47-48.

<sup>90</sup> O Mentor das Brasileiras, n.º6, 6 de janeiro de 1830, p. 48.

<sup>91</sup> O Mentor das Brasileiras, n.19, 19 de abril de 1830, p.149.

ilustração das jovens brasileiras com sãs doutrinas e, por isso, elas deveriam se esquecer um pouco dessas frivolidades femininas.

A partir disso, podemos perceber um segundo momento do jornal, no qual os redatores começam a assumir uma outra postura diante do assunto “luxo”. No número 22, deixam transparecer uma certa dúvida sobre as vantagens e desvantagens que o luxo poderia propiciar a uma determinada sociedade. Assim, se referem:

(...) tem sido uma questão muito agitada entre os escritores políticos se o luxo é pernicioso, ou se pode ser útil em um Estado; nós não analisaremos por ora quaisquer das duas opiniões, mas somente emitiremos nosso juízo, e é, que o luxo demasiado é sempre ruinoso mormente em um governo, onde se proteja a igualdade, qual o que rege o Brasil”.<sup>92</sup>

Contudo, continuam o artigo dizendo que não pretendiam que o luxo fosse banido completamente da sociedade, mas que tornava-se necessário regulá-lo. Realçavam que não desaprovavam o luxo, se este fosse compatível com a modéstia e as virtudes morais.

As considerações sobre o luxo moderado podem ser lidas em vários outros artigos do jornal, às vezes até em tom irônico, como se verifica neste fragmento retirado do número 11, de 8 de fevereiro de 1830:

Ainda é com pesar nosso que conhecemos algumas senhoras, possuídas de tanta vaidade e indiscrição, que passam a maior parte do dia nos tocadores já consertando um cabelinho, já arranjando com graça um pente sobre a cabeça, já polindo as faces e até com medicamentos, que as envelhecem antes do tempo, já enfim tomando no espelho todos os trejeitos que lhes dita a fantasia esquentada só para o fim de se fazerem agradáveis [...].<sup>93</sup>

Apesar de os ataques se referirem quase sempre às mulheres, os homens também foram alvos de críticas em alguns artigos. Isto fica constatado no seu número 1: “Os homens triunfam quando discorrem sobre a sujeição das Senhoras aos decretos da Moda, e entretanto

<sup>92</sup> O Mentor das Brasileiras, n.º22, 28 de abril de 1830, p.169.

<sup>93</sup> O Mentor das Brasileiras, n.º 11, 8 de fevereiro de 1830, p. 81-82.

talvez que ainda mais escravizados sejam pela volúvel Deosa”<sup>94</sup>. Verifica-se, nas palavras que se seguem, que já é esperado que as mulheres por “natureza” se sujeitem a moda, mas aos homens “mal se pode conceber que a fútil ocupação de aperfeiçoar os seus trajes, consumindo horas e horas, combine com os estudos, e trabalhos sérios ...”<sup>95</sup>

No entanto, tudo fica ainda mais cômico quando entra em cena um jornal publicado no Rio de Janeiro, denominado *O Simplicio*. No número 60, do dia 28 de janeiro de 1831, os redatores do *Mentor das Brasileiras* anunciam seu surgimento:

Publica-se agora no Rio de Janeiro em pequeno formato uma nova folha intitulada *O Simplicio*, que tem por fim censurar com graça os vícios do nosso século; este escritor nos parece ser de um gênio gracejador (...) <sup>96</sup>

A relação dos redatores do *Mentor das Brasileiras* com o jornal *O Simplicio* é clara. Em matérias compiladas deste jornal, eles ganhavam mais um aliado na luta contra o luxo, objeto tão combatido durante o tempo de publicação da folha em estudo. Ainda, no número 60, os redatores transcrevem um dos seus artigos:

O Luxo no vestuário das Senhoras tem chegado ao maior auge possível; louvado seja Deus para sempre! esta peste nutrida pela estupidez e tolice de cabecinhas oucas tem contaminado por toda parte do Império.<sup>97</sup>

Um acontecimento envolvendo as leitoras do *Mentor das Brasileiras* e o jornal *O Simplicio* merece algum destaque. Deixamos a cargo dos próprios redatores o relato de tal acontecimento, publicado no número 112 do *Mentor*:

Há poucos dias que veio a nossa mão um vestido de uma senhora cujas mangas (de mangação) pareceu-nos recheada de coisa que parecia papel; com efeito tivemos a curiosidade de revolver a tal presuntada, mas qual não

<sup>94</sup> O *Mentor da Brasileiras*, n.º1, (data ilegível) p.6.

<sup>95</sup> O *Mentor da Brasileiras*, n.º1, (data ilegível), p.7.

<sup>96</sup> O *Mentor das Brasileiras*, n.º60, 28 de janeiro de 1831, p.474.

<sup>97</sup> O *Mentor das Brasileiras*, n.º 60, 28 de janeiro de 1831, p. 473.

foi a nossa admiração, quando vimos que a senhorita os fabricara mesmo das folhas do Simplício?<sup>98</sup>

Este episódio causou a indignação dos redatores do *Mentor* e assim se referiram às autoras de tal ato e aos seus pais: “não, nada de palmatória, que é instrumento proibido, e faz doer muitos as delicadas mãozinhas, a culpa é mesmo dos pais, e maridos que toleram tantas bugigangas; assim o querem assim o tenham.”<sup>99</sup>

Este fato relatado no jornal, possivelmente ocorrera e demonstra, de certa forma, que as senhoras não estavam satisfeitas com o ataque organizado pelos dois jornais contra o luxo.

Porém, o que os redatores do *Mentor das Brasileiras* queriam realmente não era apenas fazer com que as mulheres deixassem de lado a superfluidade do luxo e da moda. Além de pregarem um luxo e uma vaidade moderados, entrava em questão um outro fator muito importante: a negação, por parte dos autores, dos estrangeirismos existentes no país, do hábito de imitar tudo que vinha “de fora”. Se nos primeiros números faziam-se presentes alguns artigos se referindo à moda que vinha da França, o que ocorre posteriormente contradiz totalmente essa situação. As mulheres são incentivadas a criarem elas próprias as suas modas e sofrem críticas quando isso não acontece, como salientam no número 19, de 10 de abril de 1830:

(...) nos parece uma espécie de pouco senso o querer-se sempre imitar no traje aos Estrangeiros, como se eles sejam os proprietários do bom gosto; por ventura as nossas patricias não são igualmente dotadas de bastante vivacidade de espírito para por si mesmas excogitarem o melhor gosto de trajar; de certo que sim pois então cuidemos, sendo preciso, nós mesmos na invenção das modas, e não vamos ser unicamente imitadores das Nações estrangeiras.<sup>100</sup>

O luxo, “esse cruel inimigo, que sorrateiramente tem vindo da Europa, para perdição

---

<sup>98</sup> O *Mentor das Brasileiras*, n.º112, (data ilegível) p.894

<sup>99</sup> O *Mentor das Brasileiras*, n.º112, (data ilegível) p.894

<sup>100</sup> O *Mentor das Brasileiras*, n.º19, 10 de abril de 1830, p.150.

de nossa Pátria<sup>101</sup> é, segundo estes escritores, a causa da ruína de muitos países, inclusive aqueles que vêm seus cofres se esvaziando em favor de outras nações quando muitos artigos de luxo são importados. Verifica-se em vários artigos um forte apelo ao nacionalismo e à valorização daquilo que é do Brasil, sobretudo neste período em que o país, mesmo independente politicamente de Portugal, lutava por uma real emancipação tanto econômica quanto culturalmente. Temos neste fragmento, retirado do jornal *O Simplicio*, transcrito no número 109, do dia 13 de janeiro de 1832 d'*O Mentor das Brasileiras*, um desabafo do redator que não se conforma com a prática de importar artigos de luxo das nações européias.

Que fatalidade! ... quanto mais a Pátria geme, e o ouro e prata fogem sobre as ondas do oceano nos cofres daqueles mesmos que em troca nos deixaram o farnesim e intriga européia, necessária produção de ingratos, mais os estrangeirados Cabides de pão de pita se entregam ao excesso das modas, e se deixam enfeitiçar dessas pueris estrangeirices, que apenas servem de empobrecer o Estado e arruinar as famílias incaucas<sup>102</sup>.

Segundo lamenta o redator, isso significa escassez de patriotismo e cega escravidão aos países europeus. Os redatores do *Mentor* nos revelam, através de seus números e, principalmente, através das transcrições do *Simplicio*, dois pontos fundamentais: o desejo de se livrarem do passado em que o Brasil era submetido a Portugal, e a tentativa de plantarem nos brasileiros um sentimento de valorização do que era próprio do país. Propósitos que se encaixavam perfeitamente nos ideais deste jornal e de muitos outros da mesma época: luta pela superação da escravidão e do despotismo português e uma auto-afirmação da identidade brasileira. Orientar às mulheres para estes ensinamentos significaria fazê-las participar deste movimento.

Também o costume de se realizar leituras de determinadas novelas e romances foi apresentado como uma falha na educação das moças. Em um artigo não assinado, publicado

---

<sup>101</sup> O *Mentor das Brasileiras*, n.º113, 10 de fevereiro de 1832, p.899.

<sup>102</sup> O *Mentor das Brasileiras*, n.109, 13 de janeiro de 1832, p.869.

no *Mentor das Brasileiras*, tem-se o seguinte discurso que mostra um dos principais defeitos que se atribuía à educação feminina, ou seja, permitir a leitura de impressos perigosos como as novelas e romances:

(...) há alguns Pais que desejando com ânsia a instrução de suas filhas caem em um defeito contrario, que é o consentirem a lição de novelas sem escolha, e sem que o espírito de suas filhas esteja previamente fortificado com os verdadeiros princípios de uma sã moral. Ora é sabido que o espírito das Senhoras ordinariamente se lisonjeia com vãs quimeras, e contos fabulosos de que se nutre sua fantasia, e que jamais se poderá tirar lições proficuas a uma boa educação, que é o gérmen das virtudes sociais<sup>103</sup>.

Em outro número do periódico, a professora de Ouro Preto, D. Beatriz Francisca de Assis Brandão é assinante de um artigo no qual aconselha às mães a darem bons livros às suas filhas e sugere a leitura de François Fenelon<sup>104</sup>: (1651-1715):

(...) Portanto, amadas patricias trabalhai para que as vossas filhas saibam conhecer o verdadeiro mérito: dai-lhes bons livros: fazei-as ler, e ate decorar aquele capítulo, em que Fenelon faz falar Telemaco sobre as qualidades de Antiope, e, se todas beberem esta sábia lição, será realmente bello o nosso sexo<sup>105</sup>.

A obra a qual se refere D. Beatriz diz respeito ao clássico *As Aventuras de Telêmaco*, datado de 1699. Livro bastante indicado para a leitura das jovens da época, *As Aventuras de Telêmaco* narram a história de Telêmaco, filho de Ulisses, que sai em busca de notícias do pai, que ainda não havia retornado para o lar, depois da guerra de Tróia. Em sua viagem, Telêmaco é acompanhado pela Deusa Minerva, transformada em “Mentor” e dela recebe suporte, orientação, inspiração e coragem para seguir em direção a seu objetivo. Este clássico da literatura mundial contém várias passagens nas quais o “Mentor” dá conselhos morais a

<sup>103</sup> O Mentor das Brasileiras: n.º 2, 7 de dezembro de 1829, p. 10-11.

<sup>104</sup> Escritor francês, nascido em 1651, em Périgord. Morre em 1715, aos 63 anos de idade. Autor de *De L'éducation des filles*, 1687.

<sup>105</sup> O Mentor das Brasileiras: n.º 15, 12 de março, 1830, p. 118.

Telêmaco, e em um dos seus capítulos está contido um trecho no qual são relatadas as qualidades de Antiope, mulher por quem Telêmaco havia se apaixonado. O fragmento abaixo, retirado da obra, esclarece porque a leitura havia sido sugerida pela professora de Ouro Preto aos pais, para que fizessem suas filhas lerem e até mesmo decorá-lo.

Antiope é meiga, singela e sesuda: não lhe desdenham as mãos o trabalho; tudo antevê de largo, e a tudo sabe calar-se; e, sendo concluinte no oblar, não é supita: está sempre ocupada; não se enleia, porque tudo faz a tempo: capricha da boa ordem da casa de seu pae; e d'isso seorna mais, que de sua mesma belleza. Ainda que em tudo s'esmere, e tenha a cargo o emendar, estreitar, poupar (cousas que fazem aborrecidas quasi todas as mulheres) dá-se a amar a toda família: é porque n'ella não se acha, como nas outras mulheres, paixão, contumácia, leveza, nem condição: com um mover d'olhos dá a perceber-se; e todos temem descontental-a: passa as ordens precisas, manda só o que pode executar-se: repreende com doçura; e, repreendendo, anima. Nela descansa o coração de seu pae, como à sombra, sobre tenra grama, repousa o viandante quebrantado da calma. Tem razão, Telemaco, Antiope é um tesouro digno de investigar-se nas mais longes terras. Seu espirito, como seu corpo, não se arreia de vãos ornatos: nem sua imaginação, bem que viva, é arrojada: so falla quando a necessidade o pede; e da boca lhe manam a doce persuasão, e as mais singelas graças, ao desprender os lábios. Se fala, todos emudecem; e ella cora: pouco vai, que não supprima o que ia dizer apenas nota que tam atentos a escutam. Quasi nunca a ouvimos falar. Lembras-te, o' Telemaco! De um dia, em que seu pai a chamou? Apareceu ela com os olhos baixos, coberta em um grande cendal; e só falou para moderar a cólera de Idomeneu, que queria mandar punir rigorosamente a um de seus escravos: de primeiro, tomou-se de sua aflição, depois quietou-o; e por fim, deu-lhe a intender quanto podia servir de desculpa aquelle infeliz: e, sem inteirar o rei de quanto sahira de si, inspira-lhe sentimentos de justiça e compaixão. (...) Assim Antiope, sem arrogar-se auctoridade, nem valer-se de suas prendas, meneará, um dia, o coração de seu esposo, como dedilha agora a lyra, quando d'ella quer tirar a mais suave harmonia (...)<sup>106</sup>

Percebe-se que este tipo de leitura sugerida pela professora de Ouro Preto corresponde à proposta de educação que era destinada às mulheres. Pretendia-se que as leitoras desta obra se mirassem no exemplo da personagem Antiope. Mais importante ainda era o fato de que através desse tipo de leitura, os autores do jornal *O Mentor das Brasileiras* pudessem transmitir ensinamentos morais e regras de comportamento que se esperavam das mulheres da “boa sociedade”. Para eles, a leitura das mulheres deveria ser dirigida e vigiada.

---

<sup>106</sup> FENELON, François. As Aventuras de Telêmaco. Paris: s/ed, 1837, p.346-347



Os próprios textos contidos neste periódico deixam explícita a intenção de levar até o público feminino uma leitura mais racional e útil. Lições de história, notícias sobre a política do momento são temas abundantes que persistem durante toda a publicação do jornal. Já temas como modas e outros objetos atribuídos ao sexo feminino ganham um espaço relativamente pequeno nesta folha, e, quando o ocupam, é somente para alvo de críticas e zombarias. As leituras ditas “perigosas”, segundo os redatores do periódico em estudo, incitam a mente de suas leitoras com fantasias que poderiam influenciar negativamente a sua moral.

Além de *As Aventuras de Telêmaco*, outras três leituras são indicadas pelos autores do jornal, conforme demonstra a transcrição abaixo, compilada do jornal *Popular*, da província de Pernambuco.

Tornamos a lembrar aos pais a boa lição de suas filhas, se estas não de empregar o tempo em leituras de novelas, pela maior parte despertadoras de paixões criminosas, leiam as sapientíssimas Epístolas de São Paulo; leiam a Imitação de Cristo de Kempis, (...) e a Escola dos Costumes pelo Abbade Blanchard.

Torna-se necessário fazer um breve comentário acerca destas obras, com exceção da “Escolas dos Costumes”, a qual não encontrei registro.

As *Epístolas de São Paulo*<sup>107</sup> tratam-se de cartas que o apóstolo de Jesus, Paulo, escrevia contendo ensinamentos que levavam ao esclarecimento de pontos da doutrina cristã.

Interessante destacar que em uma carta de São Paulo, escrita ao povo efésio, o discípulo se refere ao comportamento que se deve ter uma mulher em seu estado de casada.

Assim, o apóstolo se refere:

Mulheres, sejam submissas a seus maridos, como ao Senhor. De fato, o marido é a cabeça de sua esposa, assim como o Cristo, Salvador do Corpo, é a cabeça da Igreja. E assim como a Igreja está submissa a Cristo, assim

---

<sup>107</sup> Paulo de Tarso (nome original - Saulo) ou Apóstolo Paulo, ([Tarso](#) cerca de [3](#) – [Roma](#) c. [66](#), ) é considerado por muitos cristãos como o mais importante apóstolo de [Jesus](#). Paulo escreveu várias epístolas para as [comunidades](#) que visitara, pregando e ensinando as máximas [cristãs](#).

também as mulheres sejam submissas em tudo a seus maridos.<sup>108</sup>

A idéia de submissão contida nesta carta de São Paulo, transcrita acima, está intimamente ligada à manutenção do modelo social vigente e de família cristã. A mulher sendo submissa ao marido torna-se o sustentáculo do modelo de família que constitui o ideal de Nação apregoado pelos autores do *Mentor das Brasileiras*. Por outro lado, quando a mulher rejeita esta condição, ela passa a ser um agente ameaçador da família “tradicional” e, conseqüentemente, da estrutura social defendida pelo periódico.

Em outras cartas de São Paulo, podemos evidenciar outros conselhos direcionados às mulheres, desde o modo de se vestir, como observamos na carta abaixo, endereçada a seu amigo Timóteo. Paulo diz:

Quanto às mulheres, que elas tenham roupas decentes e se enfeitem com pudor e modéstia. Não usem trança, nem objetos de ouro, pérolas ou vestuário suntuoso; pelo contrário, enfeitem-se com boas obras, como convém a mulheres que dizem serem piedosas. Durante a instrução, a mulher deve ficar em silêncio, com toda a submissão (...) [A mulher] será salva pela sua maternidade, desde que permaneça com modéstia na fé, no amor e na santidade.<sup>109</sup>

Interessante observar que esta carta de Paulo reforça novamente a idéia de submissão feminina. Nesta carta, Paulo ressalta a importância da maternidade. A maternidade é valorizada e dá às mulheres a certeza da salvação. Sob a ótica da construção de uma sociedade, a maternidade é onde se inicia o processo de socialização do sujeito. A mãe é a responsável pelos primeiros ensinamentos ao filho, donde surgirão as lições que os mesmos colocarão em prática na vida social.

No tocante ao silêncio pedido por Paulo às mulheres na hora da instrução,

---

<sup>108</sup> Carta de São Paulo aos Efésios, capítulo 5, versículos 22-25 extraída da Bíblia Edição Pastoral. 51 ed. São Paulo: Paulus, 2004, p.1506.

<sup>109</sup> Carta de São Paulo a Timóteo. Capítulo 2, versículos 9-11;15, extraída da Bíblia Edição Pastoral. 51 ed. São Paulo: Paulus, 2004, p. 1531.

percebemos que a mulher é, no ponto de vista paulino, agente passiva no contexto social, ou seja, a mulher deverá acatar as leis, os ensinamentos, a tradição, a cultura da sociedade onde ela está inserida, e, a partir daí, ser agente propagador desses “ensinamentos”, entretanto ela nunca poderá ser agente ativo, uma vez que ela não pode alterar as leis e nem mudar os parâmetros culturais vigentes e que sustentam a sociedade, mas apenas conservá-los.

Entendemos, assim, o porquê de os autores do *Mentor das Brasileiras* indicarem as *Epístolas de São Paulo* como uma das leituras apropriadas ao “bello sexo”. Os ensinamentos de Paulo ajudariam na formação moral de suas leitoras.

*A Imitação de Cristo*, outra obra recomendada pelos autores do *Mentor das Brasileiras*, é de autoria do padre alemão Tomás de Kempis, datada de 1441, é uma das mais lidas no mundo cristão depois da Bíblia. Seu texto é um auxiliar à oração e às práticas devocionais pessoais. Alguns a consideram um dos maiores tratados de moral cristã.<sup>110</sup> Daí a sua importância como leitura para as jovens leitoras.

Como vimos em fins do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, começava-se a rascunhar propostas de educação das mulheres com melhor definição entre a formação moral e dos costumes e a instrução, propriamente dita, ou seja, ler, escrever e contar.

Contudo, ressalte-se que para além das orientações costumeiras de educação moral e educação dos costumes, o jornal *O Mentor das Brasileiras* se apresentou como um veículo formador da opinião das mulheres. Como veremos no capítulo a seguir, a formação da opinião pública se tornou uma função fundamental da imprensa nos governos constitucionais, que assume, desta forma, uma característica pedagógica.

---

<sup>110</sup> A imitação de Cristo, de Tomas Kempis, foi traduzida por Frei Tomás Borgmeier. Em 2005 esta obra, em sua 38ª edição, foi publicada pela Editora Vozes.

## CAPITULO II

### O PROCESSO DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA NOS PERIÓDICOS DO SÉCULO XIX

A implantação da imprensa no Brasil ocorreu, oficialmente, em 1808 com a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. O marco inicial da imprensa brasileira ocorre com a criação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, publicada na Impressão Régia, na cidade do Rio de Janeiro<sup>111</sup>. Inicialmente, este jornal foi redigido por Frei Tibúrcio da Rocha, mas o seu responsável direto era D. Rodrigo de Souza Coutinho. Com a morte de D. Rodrigo, em 1812, Manuel F. de Araújo assume a redação da *Gazeta* até meados de 1821. Após esta data, a redação passa ser de responsabilidade do Cônego Vieira Goulart.<sup>112</sup>

A *Gazeta do Rio de Janeiro* se caracterizava por trazer relatos de acontecimentos oficiais, tais como: despachos e reproduções de notícias dos jornais ingleses e holandeses, ordens e contra-ordens militares, decretos, editais, dentre outras notícias.<sup>113</sup> Pouco se enfatizava os fatos da vida local.<sup>114</sup>

Porém, de acordo com os estudos de Marco Morel e Mariana Barros (2003), desde o século XVIII circulavam no Brasil jornais que eram produzidos na Europa, como é o caso da *Gazeta de Lisboa*, que repercutia também pela América Portuguesa, inclusive no Rio de Janeiro, desde 1778.<sup>115</sup> É também o caso do *Correio Brasiliense* (1808-1822), redigido em

<sup>111</sup> BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. 4 ed. São Paulo: Atica, 1990.

<sup>112</sup> MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, Imagem e Poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, DP&A: 2003.

<sup>113</sup> BAHIA, 1990.

<sup>114</sup> *Ibidem*

<sup>115</sup> MOREL e BARROS, 2003.

Londres pelo brasileiro Hipólito José da Costa.<sup>116</sup>

Hipólito José da Costa, em seu jornal *Correio Brasiliense*, defendia a idéia de um império luso-brasileiro, apoiava a Monarquia e a dinastia Bragança. Repudiava as idéias de revolução e ruptura entre os dois reinos. Porém, a partir de 1822, frente à intransigência das Cortes portuguesas, Hipólito passa a se posicionar a favor da separação entre Brasil e Portugal.<sup>117</sup>

No geral, estes jornais produzidos na Europa tratavam de “divulgação de cultura e utilidades, eram noticiosos, literários e históricos”<sup>118</sup>. Segundo Morel e Barros (2003), essa imprensa, apesar de ser informativa, emitir opiniões e idéias, não provocava embates e divergências políticas no contexto absolutista, no qual circulavam.<sup>119</sup>

Considerando, no entanto, a data da instalação da imprensa régia no Brasil em 1808 como data oficial do surgimento da imprensa no país, e tendo a Gazeta do Rio de Janeiro como o primeiro jornal, surgem, a partir daí, em outras províncias do Império, vários jornais. Podemos dizer que, na primeira metade do século XIX, houve o rápido crescimento da imprensa, sobretudo, porque os redatores dos impressos encontraram neste período, marcado por grandes transformações políticas e culturais, um terreno fértil para a sua expansão.

Segundo Lúcia Neves e Humberto Machado (1999), essa época marcava o início de uma circulação variada de literatura política, em ambos os lados do Atlântico, sob a forma de jornais, folhetos e panfletos, que passaram a servir de principais veículos para um intenso debate sobre as idéias liberais e constitucionais.<sup>120</sup>

---

<sup>116</sup> Hipólito José da Costa, nasceu em 1774, na Colônia do Sacramento. Formou-se em Direito e Filosofia pela Universidade de Coimbra. Foi enviado a Londres por D. Rodrigo de Souza Coutinho para comprar livros e máquinas tipográficas. Hipólito viu-se influenciado por idéias libertárias, envolveu-se com Maçonaria em Londres e acabou sendo preso pela Inquisição ao retornar a Portugal. Em 1808, publica o *Correio Brasiliense*, que circula até 1822. Tornou-se, segundo Morel e Barros (2003), um dos criadores do “Reino da Opinião”. Foi indicado por D. Pedro I para representar o Brasil em Londres, porém morre em 1823, antes de assumir o cargo.

<sup>117</sup> MOREL e BARROS, 2003.

<sup>118</sup> MOREL e BARROS, 2003, p. 17.

<sup>119</sup> *Ibidem*

<sup>120</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. O Império do Brasil. Rio de

Os jornais eram, de acordo com estes autores, de caráter didático e recorriam com frequência aos fatos recentes ou a discussões sobre as questões da época. Não deixavam de indicar o surgimento de uma preocupação coletiva em relação ao político, na qual os acontecimentos diários tornavam-se públicos e convertiam-se em novidades. Sendo assim, os artigos desses jornais passaram a ser discutidos em novos espaços de sociabilidade, tais como cafés, livrarias, sociedades diversas, entre outros. De acordo com os autores, “espaços onde as novas concepções estendiam-se além da elite, que dominava o escrito, para atingir pelo falar ‘de boca’ os indivíduos que se situavam nas bordas dos grupos privilegiados.”<sup>121</sup>

No que se refere à imprensa na província de Minas Gerais<sup>122</sup>, esta teve seu marco inicial no ano de 1823, com o aparecimento do jornal *O Compilador Mineiro*, de Ouro Preto, na *Oficina Patrícia de Barbosa e Cia*. Em 12 de janeiro de 1824, este periódico foi substituído por um outro denominado *Abelha de Itacolomy* (1824-1825). Extinto o periódico *Abelha de Itacolomy*, em 11 de julho de 1825, esta mesma tipografia passa a publicar o jornal *O Universal* (1825-1842).

Não podemos deixar de assinalar, no entanto, que antes mesmo da instalação da imprensa régia, no Rio de Janeiro, Minas Gerais já assistia ao surgimento de uma imprensa artesanal. Em Vila Rica, por exemplo, o Padre José Joaquim Viegas de Menezes construiu uma prensa artesanal e rudimentar através da qual confeccionou um panerígico de dezoito páginas em homenagem ao governador da Capitania e sua esposa.<sup>123</sup>

Wlamir Silva (2006), em *A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais*, afirma que as primeiras experiências da imprensa periódica mineira datam do Primeiro Reinado. Segundo o autor, a imprensa era percebida como “ferramenta para a

---

Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>121</sup> *Ibidem*, p. 71

<sup>122</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

<sup>123</sup> *Ibidem*, 1999.

conquista da hegemonia política, a conquista da opinião pública e a direção da nascente sociedade civil da província mineira”.<sup>124</sup>

O autor salienta que neste período surgiram na província vários jornais liberais e também periódicos “absolutistas”, opositores aos liberais. Entre os jornais liberais estão *O Universal* (1825-1842, Ouro Preto), *O Astro de Minas* (1827-1839, São João del-Rei), *O Patriota Mineiro* (1825, Ouro Preto), *A Constituição em Triunfo* (1830, São João del-Rei), *O Mentor das Brasileiras* (1829-1832, São João del-Rei). Entre os jornais absolutistas destacam-se *O Telégrafo* (1828-1830, Ouro Preto), *O Amigo da Verdade* (1829).<sup>125</sup>

Segundo este pesquisador, os jornais mineiros traziam notícias da política nacional e estrangeira, de história, economia e administração do país, da província e do local onde eram publicados. Seus textos eram “doutrinários” e o que se buscava era:

(...) difundir conceitos liberais como os de Constituição, liberdade, pacto social etc., utilizando-se de várias formas e níveis de complexidade, ampliando o espectro de sua pedagogia política. A difusão das luzes e a dimensão civilizatória permeavam o discurso liberal, pois a instrução era entendida como condição para a formação do cidadão e, assim, a prática política e o aperfeiçoamento da sociedade e do Estado.<sup>126</sup>

É importante salientar que o periodismo mineiro, através dos discursos liberais, se destacava através do consenso pela opção monárquica; por uma construção de identidades políticas tanto liberais quanto absolutistas e, também, pela pregação da necessidade de uma ação cidadã por parte dos brasileiros que eram a todo instante chamados à vida pública.<sup>127</sup>

Na Vila de São João del-Rei, contexto estudado no presente trabalho, foram publicados, segundo os estudos de Maria Augusta do Amaral Campos (1998), doze

---

<sup>124</sup> SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842), In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs.). História e Imprensa: Representações Culturais e Práticas de Poder. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p.41

<sup>125</sup> *Ibidem*, p.42.

<sup>126</sup> *Ibidem*, p. 43.

<sup>127</sup> *Ibidem*, p.43

periódicos, entre os anos de 1827 e 1844.<sup>128</sup> De acordo com a autora, os periódicos sanjoanenses, em sua maioria, não chegavam a completar um ano de vida.<sup>129</sup> São eles:

**TABELA 1**  
**PERIÓDICOS DE SÃO JOÃO DEL-REI (1810-1844)**

PERIÓDICO	PERÍODO DE CIRCULAÇÃO	CIRCULAÇÃO
Astro de Minas	1827-1839	3. <sup>a</sup> , 5. <sup>a</sup> e sábado
O amigo da Verdade	1829-1831	_____
A Constituição em Triunfo	1830	_____
O Constitucional Mineiro	1832-1833	3. <sup>a</sup> e 6. <sup>a</sup>
O Mentor das Brasileiras	1829-1832	Semanal
O Papagaio	1832	_____
A Legalidade em Triunfo	1833	_____
Oposição Constitucional	1835	_____
O Monarquista	1838	_____
O Americano	1840	Semanal
O Despertador Mineiro	1842	Semanal
A ordem	1842-1844	4. <sup>a</sup> e sábado

Fonte: Campos (1998, p.176-177)

Ainda, segundo a pesquisadora, a imprensa se estabelece em um período em que a Vila de São João del-Rei estaria vivendo momentos importantes de debates políticos.<sup>130</sup> Nestes jornais, os líderes políticos, muitas vezes protegidos pelo anonimato, discutiam seus pontos de vista, e, aliados aos seus respectivos partidos, buscavam formar a opinião pública de seus leitores.

Sendo assim, aquela imprensa que apenas noticiava um fato assumia a partir de então

<sup>128</sup> CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. A Marcha da Civilização: as vilas oitocentistas de São João del-Rei e São José do Rio das Mortes – 1810/1844. Dissertação (Mestrado) Belo Horizonte: UFMG, 1998, p.176.

<sup>129</sup> *Ibidem*, p.176

<sup>130</sup> *Ibidem*, p.182.



um papel fundamental como difusora de idéias: mais do que informar, sua tarefa seria formar. Pensando desta forma, temos como característica dos jornais deste período o fato de serem “pedagógicos”. Especificamente, neste capítulo, interessa-nos discutir a intenção pedagógica como característica marcante da imprensa no século XIX.

Considerando que os jornais são veículos de “formação de opinião”, observamos no *Mentor das Brasileiras* uma tentativa de incorporação das mulheres no processo de produção e circulação de uma opinião pública. Desta forma, é tema também deste capítulo discutir as noções de opinião pública e opinião pública esclarecida, expressas principalmente por este periódico.

## 2.1 A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA IMPRENSA DO SÉCULO XIX

Maria Lúcia G. Pallares-Burke (1998), em seu estudo *A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX*, observa uma característica interessante dos jornais do século XIX. Segundo a autora, os jornais tinham em comum títulos que revelavam sua função de guias e educadores do povo, tais como: “Monitores, Lanternas, Despertadores, Mentores, Faróis, Auroras”.<sup>131</sup>

Estes títulos destacados pela autora nos fazem pensar um pouco mais sobre a intenção pedagógica trazida por alguns jornais do século XIX.

Os periódicos que circulavam pelo século XIX podem nos auxiliar no processo de compreensão de algumas questões relacionadas ao passado do sistema educacional. Pallares-Burke, em seu trabalho, observa que romances, jornais, revistas, sermões, teatro, pinturas não

---

<sup>131</sup> PALLARES-BURKE. Maria Lúcia Garcia. *A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX*. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.º 104, p.144-161. jul/1998. p. 147.

somente participam do processo educacional, como também podem dizer muito sobre o modo complexo pelo qual as culturas são produzidas, mantidas e transformadas.<sup>132</sup> Ainda, nestes estudos, a autora dá especial atenção aos meios educativos informais, dentre os quais, a imprensa se destaca com bastante intensidade. Para ela, a imprensa seria um meio eficaz de propagar e difundir as idéias, e teria como objetivo penetrar na opinião pública, assumindo desta forma uma função educativa. Assim, se refere:

No que diz respeito às possibilidades da educação, a imprensa periódica, no veio mais propriamente cultural do que noticioso, assumiu explicitamente as funções de agente de cultura, de mobilizadora de opiniões e de propagadora de idéias.<sup>133</sup>

Wlamir Silva (2002) em sua tese de doutoramento, *Liberais e o Povo: a construção da hegemonia liberal moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*, analisa a difusão de ideais liberais e observa que o instrumento mais eficaz para difundir conceitos e valores novos seria por meio do “comércio dos pensamentos”,<sup>134</sup> que se daria através da imprensa, teatro e festas.<sup>135</sup>

No que diz respeito à imprensa, Wlamir Silva faz referência a Gramsci, quando este teórico afirma que “a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular”<sup>136</sup>. A imprensa que age de forma a fixar idéias é um instrumento eficaz quando o que se busca é imprimir conceitos novos numa determinada sociedade.<sup>137</sup>

Entendemos, desta forma, que a imprensa constitui-se como uma entre outras possibilidades de se transmitir o conhecimento. No entanto, poderíamos nos perguntar: se a

---

<sup>132</sup> *Ibidem*. p. 145.

<sup>133</sup> *Ibidem*, p. 145-146.

<sup>134</sup> Expressão retirada do Jornal *O Universal* (Ouro Preto, n. 815 – 17/10/1832) e utilizada pelo autor Wlamir Silva em sua tese de doutoramento.

<sup>135</sup> SILVA, Wlamir. *Liberais e o Povo: a construção da hegemonia liberal moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ, 2002.

<sup>136</sup> *Ibidem*, p.130

<sup>137</sup> *Ibidem*

maioria da população era constituída de pessoas analfabetas, como poderiam ler os jornais?

Alguns estudos nos levam a considerar que não apenas os letrados tinham acesso aos escritos que circularam neste período. Existem autores que constataam a possibilidade de uma leitura desenvolvida coletivamente. Marco Morel e Mariana Barros (2003), por exemplo, salientam que, a partir de 1821, leituras coletivas, cartazes e papéis circulavam de maneira intensa pelas ruas das províncias brasileiras e incorporavam-se ao cotidiano da população.<sup>138</sup> Segundo estes autores, esta era uma época marcada pela ampliação do público leitor, por isso:

(...) o rótulo de ‘elitismo’ para a imprensa que surgia deve ser empregado com cautela, mesmo no Brasil escravista. Havia cruzamentos e interseções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas. A leitura, como nos tempos então recentes do Antigo Regime, não se limitava a uma atitude individual e privada, mas ostentava contornos coletivos.<sup>139</sup>

Robert Walsh (1985), um viajante que esteve no Brasil de 1828 a 1829, relata sobre o que era possível de se ver no Rio de Janeiro, durante o tempo que esteve na cidade:

Ao passar pelas ruas de manhã depois da distribuição dos jornais, é comum ver-se grupos de vizinhos reunidos numa loja onde um deles, sentado no balcão, lê a folha da Correspondência para os demais.<sup>140</sup>

Mesmo tendo se referido ao Rio de Janeiro, possivelmente em Minas Gerais semelhante situação poderia ocorrer. O fato é que tal viajante nos deixa perceber a existência de uma leitura coletiva por meio da oralidade.

Christianni Morais (2000) afirma também esta possibilidade ao investigar livros, leitores, leituras e bibliotecas em São João del-Rei, na primeira metade do século XIX. Assim, a autora se expressa:

---

<sup>138</sup> MOREL e BARROS, 2003, p.45.

<sup>139</sup> *Ibidem*, p.45-46

<sup>140</sup> WALSH, Robert. Notícias do Brasil. (1828-1829). Belo Horizonte. Ed. Itatiaia, São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1985, p.185.

Quanto ao não saber ler, esse empecilho de acesso ao escrito poderia ser resolvido com leituras comunitárias em voz alta, muito comuns para o período. A oralidade e a publicidade da leitura, embora comuns entre os letrados, representavam sobretudo uma alternativa para os analfabetos ou para os que entendiam apenas o português.<sup>141</sup>

Da mesma forma Wlamir Silva (2002) leva em consideração a ampliação da oralidade, por meio de leituras públicas: “as leituras públicas e, mesmo, a difusão oral das idéias liberais alcançavam analfabetos e os não letrados o bastante para escritos doutrinários”.<sup>142</sup> Conforme este pesquisador, os periódicos possibilitaram uma ampliação do acesso à leitura. Através deles, a elite liberal difundia o escrito e estimulava o letramento para atingir setores excluídos de qualquer reflexão sobre o poder.<sup>143</sup>

Em seu estudo, *A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais*, Wlamir Silva (2006) revela que era condição da “pedagogia liberal” alcançar os simples, sendo que o público não se resumiria apenas nos letrados.<sup>144</sup>

No próprio jornal em estudo, foi possível encontrar um fragmento que nos permite vislumbrar uma discussão em um local público da Vila de São João del-Rei entre duas pessoas que se referiam ao *Mentor*. Assim se refere o autor:

Tudo está perdido... tudo está perdido... e tudo está perdido... assim gritava um velho atirando os óculos sobre a mesa de uma botica e batendo fortemente com as mãos na cabeça (...) diz o velho apanhando no chão uma folha do Mentor das Brasileiras.<sup>145</sup>

Esta discussão ocorrida em uma botica na Vila de São João del-Rei deixa sinais da

<sup>141</sup> MORAIS, Christianni Cardoso. Para o aumento da instrução da mocidade da nossa pátria: livros, leitores, leituras e bibliotecas (São João del-Rei, 1824-1831). São João del-Rei, 2000, p.36.

<sup>142</sup> SILVA, 2002, p.132.

<sup>143</sup> *Ibidem*, p. 132.

<sup>144</sup> SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842), In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs.). História e Imprensa: Representações Culturais e Práticas de Poder. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 42

<sup>145</sup> O Mentor das Brasileiras, n.º23, 28 de abril de 1830, p.172-173.

existência de um espaço público para a discussão do *Mentor*, o que me leva a afirmar que, embora fosse escrito para um público específico, suas idéias não se restringiam tão somente a ele. Podemos, assim, concluir que também os “iletrados” poderiam tomar parte das discussões que estavam acontecendo e sendo veiculadas pelos periódicos, mesmo que indiretamente.

### 2.3 APRESENTAÇÃO DO JORNAL O MENTOR DAS BRASILEIRAS

*O Mentor das Brasileiras*, nossa principal fonte de pesquisa, surgiu em 1829 na Vila de São João del-Rei; era provavelmente escrito por homens e destinado ao público feminino da sociedade não somente local, mas também de vilas vizinhas e até mesmo da corte do Rio de Janeiro.

Este jornal pode ser caracterizado como sendo de tendência política liberal.<sup>146</sup> Assim, o autor Wlamir Silva (2002) se refere ao periódico *O Mentor das Brasileiras*: “*O Mentor das Brasileiras* (...) mostra não apenas um aspecto das transformações que as novas idéias imprimiram àquela sociedade, mas também uma das mais elaboradas formas da pedagogia do periodismo liberal”.<sup>147</sup>

*O Mentor das Brasileiras* era editado na mesma tipografia do *Astro de Minas*.<sup>148</sup> Tratava-se de um jornal de formato simples, não apresentando colunas ou divisões muito exatas. Cada número do jornal era composto por 8 (oito) páginas. Interessante pensar na quantidade de páginas deste periódico, uma vez que, de acordo com Maria Augusta do Amaral

<sup>146</sup> Ver: SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842), In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs.). História e Imprensa: Representações Culturais e Práticas de Poder. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

<sup>147</sup> SILVA, 2002, p.134-135.

<sup>148</sup> *O Astro de Minas* foi o primeiro jornal da Vila de São João del-Rei. Tinha como redator Baptista Caetano de Almeida, importante político da Vila e fundador da primeira Biblioteca de São João del-Rei. O período de circulação deste jornal vai de 1827 a 1839.

Campos (1998) em seus estudos sobre os jornais da Vila de São João del-Rei, em sua maioria, tais jornais possuíam em torno de quatro páginas.<sup>149</sup>

Na primeira página do jornal sempre vinha o número correspondente à semana, o ano, o preço, a data e uma epígrafe que dizia *Rendez-vous estimables pour votre sagesse, et vous moeurs*, o que na tradução quer dizer: *Tornem-se estimáveis por vossa sabedoria, e vossos costumes*. Este jornal não apresentava imagens ou ilustrações. Não aparecia também em suas folhas anúncios de vendas, algo comum em outros jornais da época. As matérias eram essencialmente de caráter informativo.

Estruturava-se de maneira não muito constante, não existindo uma frequência de títulos das seções. Embora não houvesse em todos os números uma estabilidade no que se refere às suas seções, podemos organizar suas matérias de acordo com títulos que vinham com maior frequência, tais como: *Luxo, Interior, Notícias Nacionais, Educação, Parte Histórica, Política, Anedotas, Fábulas, Variedades, Sonetos, Hinos, Correspondências*.

Vale destacar que a publicação de informações e notícias políticas do Brasil, tanto nas seções destinadas ao assunto *Política* como também nos espaços *Interior* e *Notícias Nacionais*, era mais recorrente que a publicação de outros assuntos em si, característica que marca profundamente este jornal no que se refere à transmissão de conhecimentos políticos às mulheres.

Os outros títulos, na sua maioria, não deixam também de expressar o objetivo dos leitores em transmitir ao público feminino valores relativos à Pátria. As anedotas e as fábulas tratavam quase sempre de temáticas ligadas aos absolutistas e aos liberais.

A publicação dos hinos e sonetos seria uma forma também de imprimir no leitor sentimentos de patriotismo.

Com relação a aquisição d'*O Mentor das Brasileiras*, o mesmo poderia ser adquirido por um preço avulso de 80 réis, ou por assinatura, pelo preço de 800 réis por trimestre.

---

<sup>149</sup> Campos, 1998, p.177.

Não nos foi possível a identificação de seus redatores porque a maioria dos seus artigos eram assinados por pseudônimos e outros não constavam assinaturas. Somente algumas pessoas deixavam seus nomes assinados, como exemplos temos os nomes das professoras Policena Tertuliana de Oliveira Machado, D. Jacinta Carlota Meirelles, D. Beatriz Francisca de Assis Brandão, das vilas de São João del-Rei, Santa Maria de Baependy e Ouro Preto, respectivamente.

Vale destacar que havia uma assinatura presente no jornal que nos dá pistas de um possível redator. Trata-se de José Alcibíades Carneiro, que se apresenta apenas uma vez assinando uma matéria intitulada *Viva a Liberdade*, na qual comemorava com as mulheres a vitória pela abdicação de D. Pedro I, como mostra a transcrição abaixo, retirada do número 71, de 22 de abril de 1831:

Brasileiras! o vosso Mentor não vem agora dar-vos lições de boa conduta; hoje para vós é dia feriado; ele só vem dar-vos os parabéns, pelo incomparável triunfo da Liberdade, ele vem congratular-se convosco repetindo com excessivo prazer Parabéns, Parabéns. Brasileiras, perdoai ao vosso Mentor hoje alguma falta de ligação de idéias; a sua alma está ainda perturbada pela alegria extraordinária (...) Brasileiras, minhas queridas patrícias, aceitai os parabéns do vosso Mentor, a quem o júbilo obriga a declarar que eu vosso Patrício, e sincero respeitador de vossas virtudes o cidadão

José Alcibíades Carneiro<sup>150</sup>

Segundo consta em *Efemérides Sanjoanenses*, José Alcibíades Carneiro, um dos possíveis redatores do *Mentor das Brasileiras*, era professor de gramática latina da Vila de Santa Maria de Baependi e, posteriormente, solicita transferência para a Vila de São João del-Rei. Assim, a Câmara de São João del-Rei registra, no dia 30 de dezembro de 1828, o requerimento de transferência deste professor:

A Câmara manda registrar requerimento do Professor de Gramática Latina

<sup>150</sup> O *Mentor das Brasileiras*, n.º71, 22 de abril de 1831, p. 567-568.

da Vila de Santa Maria de Baependy, José Alcibiades Carneiro, que desejava ser provido na Cadeira Pública de Latinidade da Vila de São João del-Rei.<sup>151</sup>

De acordo com dados encontrados por Mônica Yumi Jinzenji (2006) sobre a figura de José Alcibiades Carneiro, o mesmo ocupava o cargo de advogado, curador geral e colaborador do jornal *O Astro de Minas*, como sabemos, também publicado em São João del-Rei. Aos poucos José Alcibiades se integraria a várias outras instâncias da vida pública de São João del-Rei, inclusive participando da administração pública da Vila.<sup>152</sup>

A pesquisadora salienta que José Alcibiades Carneiro se envolveu intensamente com a vida política da Vila de São João Del-Rei, sendo vereador da Câmara Municipal nos anos de 1833, 1834 e 1835.<sup>153</sup>

Da mesma forma não foram encontrados registros dos possíveis leitores deste jornal. As correspondências enviadas aos seus editores e publicadas em seus números eram assinadas por pseudônimos como, por exemplo, *A Tenda de Minerva*, *Varinha de Marmelo*, entre outros. No entanto, mesmo não tendo identificado uma lista de assinaturas que nos pudesse levar aos seus possíveis leitores, podemos, através de trechos extraídos do próprio periódico, supor que sua circulação talvez não tenha se restringido somente à Vila de São João del-Rei, como mostram os trechos abaixo, encontrados no jornal:

Subscreve-se para esta folha, que sairá uma vez por semana, nesta Tipografia, no Rio de Janeiro em casa do Sr. Evaristo Ferreira da Veiga e C., em o Ouro Preto na Tipografia do Universal, na Campanha em casa do Sr. Ignácio Gomes, em Sabará em casa do Sr. Bento Rodrigues de Moura e Castro pelo preço de 800 rs por trimestre.<sup>154</sup>

Chegamos com felizes auspícios ao N. 14 de nossa Folha, a qual consta-nos

---

<sup>151</sup> Cintra, Sebastião de Oliveira. Efemérides de São João del-Rei. 2 ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982, p.539.

<sup>152</sup> JINZENJI, Mônica Yumi. A instrução e educação das senhoras brasileiras do século XIX através do periódico *O Mentor das Brasileiras*. VIII Congresso do Brazilian Studies Association. Nashville-TN, 2006.Ou: [www.brasa.org/BRASAVIII](http://www.brasa.org/BRASAVIII).

<sup>153</sup> *Ibidem*, p.11.

<sup>154</sup> O Mentor das Brasileiras: nº 1, 30 de novembro de 1829, p. 8. (grifos nossos)



ter obtido bom acolhimento pelas nossas Patrícias não só de Minas, senão também da Corte, as quais em grande numero tem assinado a presente Folha.<sup>155</sup>

As citações acima nos permitem pensar na possibilidade de circulação do *Mentor das Brasileiras* até mesmo no Rio de Janeiro.

Outra característica importante deste jornal, que era também comum a outros jornais da época, era o ato de compilar matérias publicadas em outros jornais. As suas matérias, em grande parcela, eram meras cópias de matérias editadas por outros jornais, principalmente por jornais da Corte. A tabela abaixo ilustra os jornais citados no *Mentor das Brasileiras*, assim como o número de vezes em que eram citados e a cidade de origem de cada um.

---

<sup>155</sup> O *Mentor das Brasileiras*: nº 14, 5 de março de 1830, p.106.

**TABELA 2: JORNAIS COMPILADOS PELO PERIÓDICO  
O MENTOR DAS BRASILEIRAS**

JORNAIS	N.º DE VEZES CITADOS	ORIGEM
O Espelho Diamantino	4	Rio de Janeiro
Aurora	8	Rio de Janeiro
Observador Constitucional	1	São Paulo
O Universal	5	Ouro Preto
Farol Paulistano	4	São Paulo
Nova Luz Brasileira	6	Rio de Janeiro
O Diário	4	*
Escudo da Constituição	2	Bahia
Estrela Marianense	1	Mariana
Novo Argos	3	Ouro Preto
Luz Brasileira	1	Rio de Janeiro
Astréa	2	Rio de Janeiro
Diário de Pernambuco	3	Pernambuco
Manual das Brasileiras**	12	São Paulo
O Patriota Brasileiro	2	Rio de Janeiro
Bahiano	1	Bahia ou Rio de Janeiro
O Popular	6	Pernambuco
Jornal do Comércio	1	Rio de Janeiro
Despertador das Brasileiras**	2	Bahia
O Repúblico	3	Rio de Janeiro
O Simplício	23	Rio de Janeiro
Tribuna do Povo	5	Rio de Janeiro
Voz Paulistana	1	São Paulo
O Nacional	1	Rio de Janeiro
Sentinela do Pirajá	1	Bahia
Pregoeiro Constitucional	2	Pouso Alegre
Sentinella do Serro	4	Vila do Príncipe
O Filho do Simplício	3	*
Matutina MeiaPontense	1	Goiás
A Mulher do Simplício	1	Rio de Janeiro
Eco d'Olinda	1	Olinda
Mercurio de Nueva York	1	*
Du Courier des E. U.	1	*
Jornaes de Paris	1	*

Fonte: Periódico *O Mentor das Brasileiras* (São João del-Rei, 1829-1832). Dados sobre origem dos jornais: Biblioteca Nacional – RJ.

\* Dado não encontrado.

\*\* Jornais destinados ao público feminino.

*O Mentor das Brasileiras* é uma folha que pretendia veicular “múltiplas vozes.” Mônica Jinzenji (2006) salienta que a inserção de diferentes textos para compor os números deste jornal torna-se “o resultado de uma síntese da compilação operada pelos redatores e editores”.<sup>156</sup>

O ato de compilar matérias de outros jornais também pode evidenciar a possível existência de uma rede de comunicação entre jornais de várias localidades. Marco Morel e Mariana Barros (2003), afirmam que havia uma circulação intensa de periódicos pelas províncias e pela Corte, o que produzia uma espécie de rede que interligava os círculos letrados. Segundo estes autores, através dos impressos, as pessoas se aliavam, se insultavam e se conheciam.<sup>157</sup>

Conforme Luciano Moreira (2004), autor que estudou as tipografias mineiras entre 1828 e 1842 e sua inserção no debate político, “a imprensa constituía-se em espaço para uma ‘troca de falas’. Havia um universo relacional em torno do impresso. Percebe-se um sentimento de divulgação e discussão do pensamento político”.<sup>158</sup>

Tendo-se em vista as características do jornal *O Mentor das Brasileiras*, assinaladas até aqui, a ênfase que os redatores deram para a formação da opinião das suas leitoras está entre os objetivos propostos para o item a seguir.

---

<sup>156</sup> JINZENJI, 2006, p.22

<sup>157</sup> MOREL e BARROS, 2003, p.47.

<sup>158</sup> MOREIRA, Luciano da Silva. Tipografia e espaço público na Província de Minas Gerais (1828-1842). I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial. 8 a 11 de novembro de 2004. Rio de Janeiro. p. 7

### 2.3 OPINIÃO PÚBLICA E OPINIÃO PÚBLICA ESCLARECIDA NO MENTOR DAS BRASILEIRAS

Possa o Brasil ter sempre tão dignos Representantes; possa ele Ter o seu Chefe Livre de corja de aduladores, que o cercam, para poder atender a tempo aos gritos da opinião pública!<sup>159</sup>

“Opinião Pública” era uma expressão comumente usada pelos redatores do *Mentor das Brasileiras*. O discurso utilizado por eles propunha um maior esclarecimento da opinião dos seus leitores, sobretudo das leitoras, para uma maior vigilância no sistema de governo.

Segundo Marco Morel e Mariana Barros (2003) a expressão opinião pública é polissêmica e também polêmica. De acordo com estes autores, “muitos a tratam como se fosse ‘coisa’, sujeito ou entidade, com vontade e movimentos próprios. Mas trata-se antes de tudo, de palavras - poderosos instrumentos de combate”.<sup>160</sup>

Estes autores salientam que trata-se de uma noção que desempenhou um papel de destaque na conformação dos espaços públicos a partir do século XVIII. Com o nascimento da opinião, evidencia-se um “processo pelo qual se desenvolvia uma consciência política no âmbito da esfera pública”<sup>161</sup>

Os autores sublinham que, durante os anos de 1820 e 1822, o que se via no Rio de Janeiro era mais do que o surgimento de uma imprensa periódica. Tratava-se de uma proliferação considerável de vários tipos de impressos, não-periódicos (brochuras, manifestos, proclamações, denúncias, etc.). Discutia-se, nestes impressos, por exemplo, a permanência ou não da Família Real no Brasil, após o movimento vintista de Lisboa. Pode-se considerar, segundo os autores, que discutir publicamente tal assunto, significava que a opinião começava

<sup>159</sup> O Mentor das Brasileiras, n.º 55, 3 de dezembro de 1830, sexta-feira, p.418.

<sup>160</sup> MOREL e BARROS, 2003, p.21.

<sup>161</sup> *Ibidem*, 2003, p.22.

a ganhar peso político.

À medida que as discussões na imprensa iam se tornando mais intensas, entrava em cena a opinião pública como “instrumento de debates, referência e fonte de legitimidade política, distinguindo-se, pois, da soberania do monarca”.<sup>162</sup>

No entanto, segundo estes pesquisadores, somente com a criação de um espaço de crítica, quando as opiniões políticas começavam a ser publicizadas e destacadas das opiniões do governo, é que instaura-se a “opinião pública”.<sup>163</sup>

Marco Morel e Mariana Barros destacam basicamente dois tipos de concepção de “opinião pública”. A primeira concepção é aquela em que a opinião é vista como “rainha do mundo”, ou seja, intelectualizada, fundada sobre a supremacia da razão. Os construtores dessa opinião pública são os homens da chamada “República das Letras”, homens letrados, os esclarecidos. A opinião era o resultado da reflexão de sujeitos ilustrados e se tornava pública na medida em que se propagava as luzes do progresso e da civilização.

Buscava-se, porém, defender a ordem e a moderação, prescrevendo os limites para os direitos humanos. Razão e Moderação eram necessárias, principalmente naquele momento em que os liberalismos políticos se afirmavam como reação e resposta às correntes revolucionárias e ao Absolutismo contra-revolucionário.<sup>164</sup>

Este tipo de opinião, ou seja, vista como “rainha do mundo”, prevaleceu nos momentos marcados pela proclamação da independência brasileira.

Em meio a um período conturbado do primeiro reinado, tendo em vista a abdicação de D. Pedro I em 1831, acompanhada de agitações civis e militares pelas ruas da corte e a sucessão do Imperador por uma Regência Provisória, abriu-se um espaço para a explosão da palavra pública. Não houve somente o crescimento da imprensa, mas também uma

---

<sup>162</sup> *Ibidem*, p.27.

<sup>163</sup> *Ibidem*

<sup>164</sup> *Ibidem*

proliferação de associações leigas e maçônicas, filantrópicas e patrióticas. Houve, segundo Morel e Barros (2003), a transformação dos espaços públicos.

Neste cenário, outra concepção de opinião pública se apresenta. Aquela que é vista como a vontade da maioria, coletiva, resultante de práticas de sociabilidades entre os cidadãos. Nesse sentido, a opinião seria utilizada para intervir na vida pública, nas instituições e teria um caráter pedagógico.

Em se tratando também de dar destaque à noção de opinião pública utilizada como meio de intervenção na vida pública, temos os estudos de Milton Meira do Nascimento (1989), em sua obra *Opinião pública e revolução*.<sup>165</sup> Nesta obra, o autor aborda a existência de um grupo de intelectuais revolucionários que se uniram no ano II da Revolução Francesa e criaram o *Cercle Social* e o jornal *Le Bouche de Fer*. Os principais fundadores desse grupo foram Nicolas de Bonneville, Claude Fauchet e Sebastien Mercier. Esses homens se apresentavam como porta-vozes do povo emudecido, ou seja, eram homens de letras, que emprestaram suas vozes aos oprimidos para livrá-los da opressão.

O Círculo Social pretendia constituir-se como uma “máquina de mobilização popular” que visava à formação de um poder de vigilância pública. Através do jornal *Le Bouche de Fer*, os membros deste Círculo se diziam encarregados de formar e difundir a opinião pública. Segundo Nicolas de Bonneville, principal idealizador desta organização:

O povo é uma criança que não sabe nada, nem do passado, nem do futuro. Só vive no presente e é sempre enganado quanto ao futuro. (...) seria necessário mostrar-lhe o futuro e colocá-lo diante de seus olhos, nas suas mãos, concentrá-lo ali e treiná-lo até adquirir o sentimento do poder para criar o futuro para si mesmo.<sup>166</sup>

Bonneville se vê no papel de intelectual, de pedagogo e assume a função de guia do

---

<sup>165</sup> NASCIMENTO, Milton Meira do. *Opinião pública e revolução: aspectos do discurso político na França Revolucionária*. São Paulo: Edusp, 1989.

<sup>166</sup> *Ibidem*, p.78.

povo, até que este possa caminhar por si mesmo. Ele, enquanto intelectual e homem esclarecido, enxerga o futuro e o mostra à grande massa que não é capaz de enxergá-lo.

A opinião pública é discutida no texto de Meira do Nascimento como resultado do trabalho de um grupo de homens letrados e sua função pedagógica de difundir as luzes para um povo oprimido. No entanto, o autor salienta que a força não estaria somente no discurso ou nas palavras do intelectual, mas principalmente nas pessoas que os assimilam. A intenção era fazer com que as idéias fossem partilhadas por uma grande parte da população e quando isso acontecesse não estariam mais sozinhos em suas opiniões e em seus modos de pensar. Assim, na expressão de Meira do Nascimento:

Um conselho terá toda a sua força quando se tornar a opinião de todos ou da maior parte da nação. A partir do momento que o intelectual consegue fazer suas idéias partilhadas por uma grande parte do povo, a partir do momento em que começa a obter uma resposta a seu apelo, não está mais sozinho. Sua força não provém do seu discurso, tomado em si mesmo, mas do público que o acata e assimila.<sup>167</sup>

Sebastien Mercier, membro do *Círculo Social*, assim se referia: “A verdade só é verdade quando sai da teoria e se transforma em prática”.<sup>168</sup> Pensando nestas palavras, os escritos somente terão validade se provocarem transformações na vida concreta dos homens. As transformações possivelmente ocorrerão se as pessoas se tornarem esclarecidas.

Com relação a noção de *opinião pública esclarecida*, Meira do Nascimento enfatiza que esta, por sua vez, “enquanto força racional capaz de exercer uma pressão sobre os indivíduos, exige, para se caracterizar enquanto instância julgadora, um processo de esclarecimento, um processo de formação do público (...)”.<sup>169</sup>

Entendemos que os redatores d’*O Mentor das Brasileiras* se auto definiam como

---

<sup>167</sup> *Ibidem*, p.58.

<sup>168</sup> *Ibidem*, p.59.

<sup>169</sup> *Ibidem*, p.40.

guias, os próprios “mentores” com fins ao esclarecimento das mulheres. Podemos dizer que os redatores nomeavam-se preceptores das mulheres com a finalidade de compartilhar os saberes políticos. As mulheres, por sua vez, se tornando *esclarecidas*, poderiam exercer um poder de vigilância sob as autoridades políticas. Um público esclarecido, segundo Meira do Nascimento, deveria funcionar como um mecanismo de pressão sobre o poder constituído.

Como já dissemos, o período de circulação do jornal *O Mentor das Brasileiras* é marcante para a vida política do Brasil, por se tratar de um momento de grande agitação e desordens nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, principalmente.

D. Pedro I era um monarca com comportamento ambíguo. Apesar de se dizer um monarca liberal, apresentava, na maioria das vezes, um comportamento despótico. Embora dissesse aceitar um regime de governo constitucional, ele se mostrava autoritário. Essas atitudes do Imperador geravam conflitos que se estendiam pela elite política do momento e ocasionavam vários debates através da imprensa. Tornar os leitores conscientes e “esclarecidos” dos momentos de crise política vividos pelo Brasil era o propósito dos editores dos jornais da época.

Especificamente, vemos n’*O Mentor das Brasileiras* a intenção dos editores em levar até as mulheres as informações pertinentes do momento. Esclarecendo-as com as luzes das idéias liberais elas constituiriam peças fundamentais para a vigilância do governo.

Temos no jornal *O Mentor das Brasileiras* um bom exemplo de instrumento para o esclarecimento da opinião pública das leitoras. Através das matérias trazidas em seus números sobre o Imperador D. Pedro I, os seus redatores deixam explícita a construção da imagem do Monarca. Primeiramente, as matérias trazidas por eles nos revelam a imagem de um governo adorado, querido por aqueles que eram simpatizantes com a Monarquia Constitucional, como deixa claro o fragmento a seguir retirado do número 9, de 23 de janeiro de 1830.



Resta-nos o consolo de que temos um Monarca Constitucional, que vela pelo bem geral da Nação, que sabe acudir aos gritos dos queixosos, que conhece, que o Governo Constitucional, que se não guia pela opinião pública, ou que a ignora, torna-se o flagelo da humanidade. E que o Monarca, que não conhece esta verdade, precipita-se nos abismos, e ao seu reino, ou ao seu Império em um pelago de desgraças umas após das outras. A providência concedeu ao Nosso o conhecimento desta verdade. Ele tem baseado sobre ela o seu sistema, ao qual sempre Será fiel.<sup>170</sup>

Dessa maneira, os articulistas do jornal nos apresentam um Monarca que parece zelar pela Constituição e que, por isso, merece a confiança dos seus súditos.

Aos poucos, os redatores começam a demonstrar uma certa frustração com as atitudes do governo, e os textos publicados por eles tendem a esclarecer a opinião do público leitor, para alertá-lo sobre algo errado no poder. Observemos, por exemplo, esta transcrição, retirada do número 50, de 12 de novembro de 1830.

As boas Leis de nada valem se não tem a sua pontual execução; e até elas se tornam pouco respeitadas quando o governo desprezando os seus preceitos obra de mero arbitrio, (...) A Nação grita pelos males que sofre, o governo em vez de executar as Leis, que é o pronto remédio, expede ordens contrárias a estas (...) que tristes consequências parecem augurar ao Brasil a péssima administração do governo?<sup>171</sup>

A insatisfação com o governo cresce e vemos, gradativamente, a imagem do monarca sendo desconstruída. Mais uma vez o povo e principalmente as mulheres precisam ser informados sobre as investidas absolutistas do monarca e uma “nova” opinião precisa ser formada neste momento, pois, conforme seus autores, “(...) tudo foram ilusões e o despotismo sempre reinou acobertado com as brilhantes vestiduras de magnificência do trono, cometeram-se injustiças sobre injustiças (...).”<sup>172</sup>

As matérias sobre o comportamento despótico de Dom Pedro começam a ser publicadas pelos autores do *Mentor das Brasileiras* de forma a pressionar a derrubada do

<sup>170</sup> O *Mentor das Brasileiras*, n.º9, 23 de janeiro de 1830, p.72.

<sup>171</sup> O *Mentor das Brasileiras*, n.º50, 12 de novembro de 1830, p.393.

<sup>172</sup> O *Mentor das Brasileiras*, n.º78, 10 de junho de 1831, p.617.

príncipe regente do poder, como de fato a abdicação acontece na Noite das Garrafadas<sup>173</sup> e tal ato de Pedro I é publicado por este jornal no seu número 71, de 22 de abril de 1831, assim como segue abaixo:

Usando do Direito, que a Constituição Me concede, Declaro que Hei mui voluntariamente Abdicado na Pessoa de Meu Mui Amado e Prezado Filho o Senhor D. Pedro d' Alcântara. (...) Assinado Pedro.<sup>174</sup>

A abdicação acontece, e é nomeada uma regência provisória, já que D. Pedro II era menor de idade e não poderia assumir o poder. Essa regência, que governou o país por aproximadamente três meses, era composta pelos senadores Nicolau do Campos Vergueiro e José Joaquim de Campos (Marquês de Caravelas) e pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, pai do Duque de Caxias.

Porém, as matérias sobre D. Pedro I e o seu governo não cessaram de ser publicadas pelo *Mentor das Brasileiras*. Existia ainda o receio de um possível retorno do príncipe. Mais de uma vez foram editados textos que o comparavam com Nero, ex-imperador de Roma, cujo governo foi puro exemplo de tirania e opressão. Observe o texto abaixo do número 76, de 29 de maio de 1831:

Encontramos na vida, e fim de Nero bastante paridade com Dom Pedro de Alcântara; Nero, ao princípio foi as delícias de Roma, e Dom Pedro igualmente o foi do Brasil, mas quão diferentes se tornaram ambos depois que se julgaram senhores das vontades de seus súditos!<sup>175</sup>

Na mesma matéria, os redatores tentam alcançar o seu público alvo, ou seja, as

---

<sup>173</sup> Noite das Garrafadas é o nome que se deu ao episódio que marcou a noite que antecedeu a abdicação de D. Pedro I. O conflito culminou na noite do dia 13, quando os portugueses organizavam uma grande festa para recepcionar o governante, que voltava de sua viagem a Minas Gerais. Os brasileiros revoltosos começaram um ataque com pedras e garrafas. Foi, na verdade, uma disputa entre os aliados do partido português - favoráveis ao imperador - e os liberais do partido brasileiro - opositores ao mesmo. Esse episódio teve importância primordial na crise política que resultaria na [abdicação de D. Pedro I](#) em [7 de abril](#).

<sup>174</sup> O Mentor das Brasileiras, n.º71, 22 de abril de 1831, p.561.

<sup>175</sup> O Mentor das Brasileiras, n.º76, 29 de maio de 1831, p.607.

mulheres, e, assim, se referem: “Reflitam nossas Leitoras sobre a história de Nero, e verão se temos razão de com ele compararmos o ex Monarca do Brasil (...)”.<sup>176</sup>

Este público informado e esclarecido pelas “verdades” sobre o que se passava nos gabinetes do governo funcionaria como peça fundamental para que o projeto liberal fosse bem sucedido e a Monarquia Constitucional reinasse sobre o país.

Neste emaranhado de situações, os redatores do *Mentor das Brasileiras* chamam a atenção de suas leitoras para a importância da opinião pública e mais uma vez frisam a frase transcrita a seguir.

(...) quem se não convencerá agora desta verdade que o governo, que não se guia pela opinião pública, e que a ignora torna-se o flagelo da humanidade, e que o Monarca que não conhece esta verdade precipita-se nos abismos (...)<sup>177</sup>

Esclarecendo a opinião pública dos leitores e leitoras, possivelmente estes se apropriarão das idéias que lhes forem transmitidas e passarão a intervir na vida pública, exercendo, deste modo, uma espécie de soberania popular. Como salientam Lúcia Neves e Humberto Machado (1999), seria como se o conhecimento se transformasse em uma ferramenta dos homens para organizarem a si próprios. Em suas palavras: “A palavra escrita convertia-se em arma de combate”<sup>178</sup> Estes autores afirmam que a opinião pública tinha na liberdade de expressão as garantias contra os abusos da Coroa e funcionaria como um “tribunal” que julgaria os atos do governo.

*O Mentor das Brasileiras* tenta incorporar as mulheres neste processo de construção de uma opinião pública. As mulheres, informadas sobre os acontecimentos políticos do momento e convencidas de que o constitucionalismo seria o sistema de governo ideal para o Brasil, poderiam contribuir para o progresso da Pátria, e auxiliar na instauração da ordem,

---

<sup>176</sup> O *Mentor das Brasileiras*, n.º76, 29 de maio de 1831, p.607

<sup>177</sup> O *Mentor das Brasileiras*, n.º71, 22 de abril de 1831, p.565.

<sup>178</sup> NEVES e MACHADO, 1999, p.24.

influenciando no caráter do cidadão: pai, esposo ou filho.

No próximo capítulo abordaremos questões pertinentes ao destaque dado pelo jornal quanto ao papel das mulheres no processo de produção do Estado brasileiro. Veremos como diferentes estratégias discursivas se apresentaram para convencer as mulheres de sua nova missão: mães e esposas qualificadas como as principais colaboradoras do projeto de construção da nação.

### CAPÍTULO III

#### O PAPEL DA MULHER NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO

O século XIX foi para o Brasil um século de significativas transformações, sobretudo no campo da política. A transferência da família portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808; a consequente instalação de todo o aparato burocrático para a nova sede; a independência do Brasil proclamada por D. Pedro I em 1822; a outorgação da Carta Constitucional em 1824; a abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho Pedro II em 1831; e o período regencial (1831-1840) são os grandes acontecimentos políticos que marcaram a primeira metade deste século.

Nesta época, as elites dirigentes do Brasil buscavam formar a Nação, na qual todos deveriam ter uma identidade comum. Havia, por parte deles, um grande temor de fragmentação do Brasil à época da independência, conforme havia acontecido com as colônias espanholas, que se desmembraram após a conquista da sua emancipação política.

Buscou-se, desta maneira, produzir nos brasileiros sentimentos de patriotismo e amor ao país recém-independente. Mais do que isso: foi necessário um movimento da elite política no sentido de se construir o Estado brasileiro.

Nos discursos das elites, era necessário banir da sociedade tudo que lembrasse o seu passado colonial. Por esta razão, um “projeto de civilização” foi empreendido no sentido de construir uma sociedade organizada, ordeira e “civilizada”. Seria necessária a formação do povo, e, para tal, propostas educativas foram empreendidas, no sentido de incluir hábitos e comportamentos mais adequados a uma nação que se dizia no caminho do progresso.<sup>179</sup>

<sup>179</sup> Ver a este respeito: MATTOS, Ilmar R. O tempo Saquarema...

Fazia parte deste projeto, inclusive, a educação feminina. Novas funções deveriam ser atribuídas às famílias e, principalmente, às mulheres.

A grande ênfase dada pelos redatores do jornal *O Mentor das Brasileiras* aos acontecimentos políticos vivenciados pelo Brasil no período pós-independência obrigou-nos a investigar os fatos que antecederam e também sucederam o processo de emancipação política da sociedade brasileira. Torna-se necessário, desta forma, saber qual momento político era aquele vivido pelo Brasil no período de circulação deste jornal. Sendo assim, um dos assuntos deste capítulo é a discussão de alguns aspectos importantes relacionados à formação da Nação brasileira. Abordaremos também a existência da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, na Vila de São João del-Rei, pois o jornal anunciava a participação das mulheres nesta associação, enquanto sócias. Ainda, neste capítulo, discutiremos as estratégias de difusão de conteúdo político utilizadas pelos redatores do jornal como forma de atingir o público feminino, considerando, para isso, as fábulas e a apresentação dos modelos de mulheres heroínas como os principais métodos para se transmitir tal conhecimento.

### **3.1 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO**

A transferência da família real para o Rio de Janeiro é indicada por alguns historiadores como sendo o marco inicial do processo de independência do Brasil. Para eles, a separação política de Brasil e Portugal já começava a se concretizar a partir desse fato. Marcello Basile (1990) observa que o país passou por mudanças substanciais na sua condição de colônia quando houve a transmigração da Corte Portuguesa para a cidade do Rio. Segundo este autor, esta transmigração foi motivada não apenas por causa da invasão das tropas

napoleônicas em Portugal, mas também porque já existia um “projeto reformista ilustrado” de se constituir no Brasil um grande Império Luso-brasileiro.<sup>180</sup>

Basile salienta que a vinda da realeza para o Brasil acarretou uma série de transformações dos espaços públicos na cidade do Rio de Janeiro. Trouxe consigo vários problemas relativos à urbanização, crise de abastecimento, carência de moradias, aumento dos preços dos aluguéis e dos gêneros de subsistência. Foi preciso também a instalação de todo o aparato burocrático da Coroa na nova sede da Monarquia: Ministério e o Conselho de Estado (08 de março de 1808), o Desembargo do Paço (10 de maio), a Casa de Suplicação, a Intendência da Polícia (10 de maio de 1808), a Mesa de Consciência e Ordens (22 de abril de 1808), o Erário Régio, o Conselho Real da Fazenda, a Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação (23 de agosto de 1808), o Banco do Brasil (12 de outubro), a Real Academia Militar e a Real Academia dos Guardas-Marinhas (4 de fevereiro). Várias instituições culturais foram introduzidas como, por exemplo, a Biblioteca Real (29 de outubro de 1810), o Museu Real (06 de junho de 1808), o Observatório Astronômico, o Real Jardim Botânico (13 de junho de 1809), as Academias Médico-Cirúrgicas do Rio de Janeiro e Bahia, (02 de abril e 18 de fevereiro de 1808, respectivamente), a Academia Real de Belas Artes e a Imprensa Régia (13 de maio de 1808, responsável pelo primeiro jornal produzido no Brasil, a Gazeta do Rio de Janeiro).<sup>181</sup>

Por outro lado, Lúcia Neves e Humberto Machado (1999) apontam que, apesar de todas estas mudanças provocadas no Rio de Janeiro com a vinda da Corte portuguesa, os traços característicos da cidade não se apagaram completamente. Os festejos de ruas, por exemplo, continuaram como forma de divertimento para as camadas mais pobres da população. Assim, segundo eles:

---

<sup>180</sup> BASILE, Marcelo Otávio N. de C. O Império Brasileiro: Panorama Político. In: LINHARES, Maria Yedda. (org.). História Geral do Brasil. 9. ed. Campus, Rio de Janeiro, 1990.

<sup>181</sup> *Ibidem*.

Se a civilidade, o luxo, o conforto e o gosto pelas artes, o teatro e a música enraizavam-se nas camadas da elite, costumes rudes e violentos persistiam, de modo geral, no cotidiano das populações rurais, e no próprio meio urbano, a presença da escravidão continuava a exigir o recurso indispensável da força e da violência para garantia da ordem e os privilégios da minoria branca.<sup>182</sup>

Maria Odila da Silva Dias (1986) acrescenta que, com a vinda da Corte, o Rio de Janeiro tornou-se a importante capital do Império e ocorreu, segundo a autora, o processo de *interiorização da metrópole*. Para essa autora, é fundamental pensar que a vinda da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro não se resumiu a um processo de lutas de colônia contra a metrópole, mas sim um processo interno de ajustamento às pressões, ou seja, o de enraizamento de interesses portugueses e, sobretudo, o processo de interiorização da metrópole no centro sul da Colônia.<sup>183</sup> Em seu texto *A Interiorização da Metrópole*, de 1986, Maria Odila Dias diz:

Ao contrário do que se dá na maior parte dos países da América espanhola, em que os ‘creolos’ expulsam e expropriam os espanhóis metropolitanos, nós assistimos em torno da nova Corte e da transmigração da dinastia de Bragança, o enraizamento de novas capitais e interesses portugueses, associados às classes dominantes nativas e também polarizadas em torno da luta pela afirmação de um poder executivo central que queriam fortalecer contra as manifestações de insubordinação das classes menos favorecidas, muitas vezes identificadas com nativismos facciosos ou com forças regionalistas hostis umas às outras e por vezes à nova Corte, como seria o caso do Nordeste na revolução de 1817 e a Confederação do Equador.<sup>184</sup>

Dias explica que o processo de interiorização da metrópole constitui-se ponto central nos estudos sobre a formação da nacionalidade brasileira. A classe dominante brasileira ou, nas palavras da autora, os *ilustrados brasileiros*, e os portugueses imigrados fundaram o

---

<sup>182</sup> NEVES e MACHADO, 1999, p.47.

<sup>183</sup> DIAS, Maria Odila da Silva. *A Interiorização da Metrópole (1808-1853)*. In: MOTA, C.G. (org.). 1822. 2 ed. Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1986.

<sup>184</sup> *Ibidem*, p.179.



Império Brasileiro e, com ele, criaram todo um projeto de construção da nação.<sup>185</sup>

Depois da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, Portugal passou por sérios momentos de crises. Segundo Basile (1990), o país sofria com as consequências da invasão das tropas francesas e também com a perda de privilégios de que gozava enquanto era a metrópole. Estava entregue nas mãos de uma Regência que tinha como presidente um marechal inglês e ainda tinha que prestar contas ao Rio de Janeiro de todos os acontecimentos ocorridos. Houve, na opinião do autor, uma “inversão colonial”, ou seja, uma troca de papéis entre Portugal e Brasil. O Brasil vinha conquistando cada vez mais vantagens e direitos e assumia efetivamente a condição de metrópole.<sup>186</sup>

Lúcia Neves e Humberto Machado (1999) observam que jornais clamavam contra a inversão de papéis que ocorrera entre Brasil e Portugal. Insistiam para que o centro do Império luso-brasileiro voltasse à antiga Metrópole, que não podia subsistir como simples colônia do Brasil. Portugal, segundo eles, não podia continuar a ser governado por estrangeiros, numa clara alusão aos britânicos que se estabeleceram para a expulsão dos franceses. Portugal via-se relegado a um lugar periférico dentro do sistema imperial luso-brasileiro<sup>187</sup>.

A insatisfação dos portugueses que se mantiveram em Lisboa foi sentida com a eclosão em 1820, na cidade do Porto, de movimentos liberais, os quais ficaram mais conhecidos como a Revolução do Porto. O principal objetivo desta revolução era introduzir um sistema de governo liberal em Portugal, transformando as cortes consultivas do passado em Cortes deliberativas, as quais elaborariam uma Constituição que subordinasse a Coroa ao Poder Legislativo. Esta revolução pretendia, também, promover o desenvolvimento econômico de Portugal e exigir o regresso da Corte para a antiga metrópole, restabelecendo os

---

<sup>185</sup> *Ibidem.*

<sup>186</sup> BASILE, 1990.

<sup>187</sup> NEVES e MACHADO, 1999.

antigos vínculos coloniais com o Brasil.<sup>188</sup>

Enquanto isso, na corte do Rio de Janeiro, as opiniões se divergiam quanto ao regresso de D. João VI (1767-1826) para Portugal. Existia um grupo que via na partida de D. João VI uma ameaça a seus interesses privados, as liberdades e vantagens conquistadas. Fazia parte deste grupo o Rio de Janeiro e as demais províncias do Centro-Sul. Por outro lado, as províncias do Norte e Nordeste do país viam no retorno de D. João a possibilidade de se verem livres do domínio exercido pelo Rio de Janeiro sobre elas.

Um pronunciamento militar, organizado pela Divisão Portuguesa, feito em 26 de fevereiro de 1821, no entanto, obriga D. João VI jurar a Constituição e anunciar o seu regresso à Lisboa, deixando seu filho D. Pedro I (1798-1834), no Brasil, o que de fato ocorreu no dia 26 de abril de 1821.

Ainda assim, durante a regência de D. Pedro I, conflitos e inquietações tanto aqui quanto em Lisboa eram freqüentes. Seu governo foi inicialmente marcado por um clima de incertezas e insegurança quanto às inclinações liberais e despóticas de seu comportamento, o que levou a uma série de levantes de tropas portuguesas no Rio de Janeiro.

Pressionado pelas cortes de Lisboa para voltar para Portugal, D. Pedro, apoiado por grupos que defenderam sua permanência, declara ficar no Brasil. Esse episódio ocorrido no dia 9 de janeiro de 1822 ficou conhecido como o *Dia do Fico*.

A independência do Brasil<sup>189</sup> ocorre no dia 07 de setembro de 1822 e, posteriormente, D. Pedro é coroado Imperador do Brasil.

Segundo Marcello Basile (1990), até meados de 1822, nutriam-se as esperanças de uma união do Brasil com Portugal, nos moldes de uma “Monarquia Dual”. A não aceitação

---

<sup>188</sup> *Ibidem*.

<sup>189</sup> Vale destacar, no processo de independência brasileira, a figura de José Bonifácio de Andrada (1763-1838). Este grande estadista tornou-se o principal organizador da Independência do Brasil com atuação destacada no processo constitucional. Porém, o seu autoritarismo gerou severas críticas por parte da oposição e a perda de seu prestígio frente ao imperador. Contrariado pelo monarca que assinou um decreto dando anistia a alguns revoltosos inimigos dos Andradas, acaba demitindo-se em julho de 1823.

das Cortes de Lisboa de tal projeto e a adoção por elas de uma série de medidas que restringiam cada vez mais as liberdades políticas do Brasil, aliado à união das elites intelectuais e políticas, sobretudo do Centro Sul, em torno de D. Pedro, produziram um efeito contrário ao projeto de união e ocasionou a separação dos dois reinos.<sup>190</sup> Contudo, apesar de declarada a independência, as províncias brasileiras não estavam ainda reunidas em torno de um projeto de formação do Estado-nação.

Conforme o autor, não houve, após a separação política do Brasil de Portugal, uma adesão imediata e pacífica de todas as províncias do nascente Império. Grão-Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia continuaram fiéis às Cortes de Lisboa.<sup>191</sup> O autor acrescenta que apesar de todos os conflitos e movimentos políticos que acompanharam o processo de independência, não houve ainda um sentimento de patriotismo e de identidade nacional entre os brasileiros de diferentes partes do país. Lembra o autor, que na época colonial, o Brasil era constituído por um conjunto de capitanias sem unidade política e econômica, que eram mais fiéis à Metrópole do que ao governo geral da colônia. Por isso, segundo ele, demoraria muito para que se forjassem nos brasileiros sentimentos de patriotismos regionais e uma identidade nacional.

Da mesma forma, João Camilo Torres (1956) salienta que o Brasil, ainda em seu período colonial, era formado por capitanias autônomas entre si e submetidas somente à autoridade soberana do rei de Portugal. Não existia, segundo ele, um governo comum que englobasse numa estrutura administrativa única a América Portuguesa. O vice-rei do Rio de Janeiro não exercia um poder direto sobre as demais unidades. Porém, com a vinda da família real, as coisas começam a mudar para o Brasil, que foi elevado à condição de Reino Unido a Portugal. “O Brasil, unidade política e administrativa teria um governo, seu e próprio.”<sup>192</sup>

---

<sup>190</sup> BASILE, 1990.

<sup>191</sup> *Ibidem*.

<sup>192</sup> TORRES, João Camilo de Oliveira. Instituições Políticas e Administrativas da Província. Primeiro Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte: UMG, 1956, p.143.

No entanto, ainda segundo este autor, as províncias ainda continuavam autônomas entre si e independentes umas das outras. Na sua opinião, somente houve uma movimentação no sentido de uma unidade política quando as revolucionárias cortes de Lisboa quiseram mudar a situação do Brasil, retirando-lhe o status de Reino, instaurando governos autônomos e reduzi-lo novamente à condição de colônia. As províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais se uniram e se aliaram a D. Pedro, no movimento do “Fico”, o que terminaria no Grito de Independência. Lutaram juntas pela unidade e pela conservação do status de Reino.

José Murilo de Carvalho (1999), por sua vez, acrescenta que o processo de independência já indicava dificuldades pelo caminho. Segundo este autor, quando D. João voltou para Lisboa, muitas províncias elegeram juntas governativas que se mantiveram fiéis a Portugal. Algumas delas, como o Maranhão, Bahia e Cisplatina negavam obediência a D. Pedro, que somente conseguiu apoio inicial das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.<sup>193</sup> Carvalho faz referência a August de Saint-Hilaire, botânico francês, que viajou pela colônia brasileira à época da independência, quando este relata acerca da situação do Brasil, quando ainda era colônia de Portugal. Segundo este viajante, “cada capitania tinha seu pequeno tesouro; elas mal se comunicavam entre si, muitas vezes ignoravam mesmo a existência umas das outras. Não havia no Brasil um centro comum - era um círculo imenso, cujos raios convergiam muito longe da circunferência”.<sup>194</sup>

Vimos, conforme esses autores, que o país, à época da independência, estava à beira de uma desintegração. Mas, o que ocorreu não foi exatamente isso: o Brasil emerge como uma nação única, ao contrário da América espanhola, que foi fragmentada em 18 nações na época da sua independência. Esta é uma questão que intriga muitos historiadores e é

---

<sup>193</sup> CARVALHO, José Murilo de. Federalismo e Centralização no Império Brasileiro: História e Argumento. In: \_\_\_\_\_ . *Pontos e Bordados: escritos de história e Política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

<sup>194</sup> SAINT-HILAIRE, August de. Apud CARVALHO, 1999. p.159.

considerada como o ponto chave para o entendimento do processo de formação do estado nacional brasileiro. É importante considerar este fato e pensar em como foi possível esta unidade tendo-se em vista os conflitos existentes entre as províncias no período pré e pós-independência.

Para Kátia Mattoso (1992), construir o estado brasileiro e preservar a unidade territorial não foi nada fácil. O sucesso, de acordo com esta autora, pôde ser garantido pelo triunfo das tendências conservadoras que uniram as elites políticas de todas as partes, formando um alicerce de um estado poderoso. Segundo a autora, na ocasião da Revolução Constitucionalista de 1820, quando D. João partiu para Lisboa e deixou a regência nas mãos de D. Pedro, numerosas províncias ainda estavam em fase de pacificação: Pará ainda se apegava à Metrópole e Pernambuco propunha um sistema de governo descentralizado e federativo.<sup>195</sup>

José Murilo de Carvalho (1981) busca no estudo da elite política explicações para o processo de formação do estado imperial em uma nação única e estável. O autor salienta que a transferência da família real para o Brasil não era o único motivo pelo qual tornaria viável a opção pela monarquia, nem tampouco explicaria a unificação do país, com bases em um governo estável.

Para Carvalho, havia uma formação ideológica e intelectual comum de uma elite política<sup>196</sup>. Segundo ele, a administração, no início do regime independente no Brasil, vinha de homens educados na Universidade de Coimbra, em Portugal. Lá, a educação enfatizava a obediência para com a figura real e a crença nas virtudes do poder centralizado e na “ditadura monárquica”. Estes homens, segundo o autor, administravam a burocracia do estado e desempenhavam as funções do judiciário e, como funcionários do estado, criaram a nação.<sup>197</sup>

---

<sup>195</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia, século XIX: uma província do Império. RJ: Nova Fronteira, 1992.

<sup>196</sup> CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: a elite política imperial. Vol 4. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

<sup>197</sup> *Ibidem*.

Para o autor, a existência de um grupo homogêneo de letrados formados na Universidade de Coimbra, e que acima de tudo eram treinados para agirem coesamente em torno de decisões políticas, explica o processo de formação do estado-nação no Brasil. O autor assim se refere sobre a elite política formada no Brasil à época da independência.

(...) a adoção de uma solução monárquica no Brasil, a manutenção da unidade da ex-colônia, a construção de um governo civil estável foram em boa parte consequência do tipo de elite existente à época da Independência, gerado pela política colonial portuguesa. Essa elite se caracterizava pela homogeneidade, particularmente no que se refere à ideologia e ao treinamento (...). Essa homogeneidade era fornecida principalmente pela socialização da elite que será examinada através da educação formal universitária, da ocupação e da cultura política.<sup>198</sup>

As decisões de política nacional eram tomadas, segundo o autor, por pessoas que ocupavam os cargos do executivo e do legislativo, além do Imperador, os conselheiros de Estado, os ministros, os senadores e os deputados. Estes homens, segundo Carvalho, administravam a burocracia do estado e desempenhavam as funções do judiciário e, como funcionários do estado, criaram a nação.

Numa outra perspectiva, Ilmar Rohloff de Mattos (1994) defende a existência de um grupo de fazendeiros de café do Rio de Janeiro, liderados por um grupo de políticos que se esforçavam para absorver líderes de outras regiões, formando uma classe única. Desse processo de formação de uma classe poderosa emerge um forte estado centralizado. Ilmar Mattos entende este estado não como um “aparato coercitivo”, mas sim como um instrumento de orientação intelectual e moral de incorporação dos demais grupos à civilização.<sup>199</sup>

Os estudos de Richard Graham (2001) sobre a construção da nação, no entanto, tem, a nosso ver, uma maior contribuição para a compreensão do processo de formação do estado-nação. O autor salienta que interesses materiais e econômicos levaram tanto à unidade

---

<sup>198</sup> *Ibidem*, p.21.

<sup>199</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo Saquarema. Rio de Janeiro: ACESS, 1994.

nacional quanto ao estado centralizado e que isto somente foi possível através da *política* e da *cultura política*<sup>200</sup>. Para este autor, lideranças políticas de algumas partes do Brasil, além das do Rio de Janeiro, foram agentes ativos no processo de construção da unidade nacional. Dois fatores explicam o motivo que vem por trás das ações destes grupos políticos: a ameaça da desordem social e o apelo de uma monarquia legítima.<sup>201</sup> Segundo Graham,

Líderes locais escolheram a monarquia porque, até mesmo quando a ordem social não era abertamente desafiada, eles precisavam realçar a legitimidade do seu próprio governo, tanto em relação às classes mais baixas quanto aos seus próprios olhos. O império podia apelar à legitimidade mui antiga dentro de uma ordem social hierarquizada de raízes profundas. A legitimação imperial e a efetivação da autoridade do monarca serviam aos líderes locais melhor do que poderiam fazer qualquer repúblicas fragmentadas. Portanto suas ações tiveram tanto uma proposta social (controlar as classes inferiores), quanto uma proposta política. O governo central não foi imposto às pessoas influentes ou até mesmo “vendido” a eles. Eles o escolheram.<sup>202</sup>

Acreditava-se que com a Monarquia toda a desordem social que ameaçava o país seria banida da sociedade. Assim, a Monarquia era o sistema de governo aprovado pelas elites de várias partes da sociedade brasileira. A opção pela monarquia, segundo Carvalho (1999), era a única garantia de manter a unidade e a ordem no Brasil, além de servir de árbitro nos conflitos da elite e manter a escravidão.<sup>203</sup> Este autor afirma que o temor diante da anarquia que se manifestava em várias províncias, até mesmo na Corte do Rio de Janeiro, resultou na escolha de um sistema de governo monárquico constitucional. Segundo ele:

---

<sup>200</sup> Norberto Bobbio (1986), no Dicionário de Política, conceitua *cultura política* como sendo um “conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos”. BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. 2. ed. Brasília: UNB, 1986, p.306. Para Serge Berstein (1998) trata-se de “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas”. A cultura política, segundo este autor, determina as motivações do ato político e, ao mesmo tempo, é um fenômeno coletivo, partilhado por grupos inteiros que viveram as mesmas experiências, tiveram as mesmas aspirações para o futuro e representações da sociedade. BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-Fraçois. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

<sup>201</sup> GRAAN, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: Visões novas e antigas sobre a classe, cultura e estado. In: Diálogos, Maringá, V. 5, 2001.

<sup>202</sup> *Ibidem*, p.10.

<sup>203</sup> CARVALHO, 1999.

Ela [a Monarquia] foi uma opção consciente da elite brasileira da época, à qual não faltou apoio popular. D. Pedro foi usado como instrumento do objetivo dessa elite, que era a unidade do país por intermédio da monarquia constitucional. A Monarquia acreditava-se, seria a única maneira de evitar a fragmentação do país e as guerras que assolavam os vizinhos, de evitar, portanto, também os riscos à ordem social escravocrata.<sup>204</sup>

A independência foi então proclamada com a Monarquia e não restava dúvidas por parte da elite de que o regime deveria ser constitucional.

D. Pedro I convocou uma Assembléia Constituinte, eleita no início de 1823. Porém, devido a uma forte divergência entre os deputados brasileiros e o soberano, que exigia um poder pessoal superior ao do Legislativo e do Judiciário, a Assembléia é dissolvida no dia 12 de novembro do mesmo ano.

Com a Assembléia Constituinte dissolvida, D. Pedro I nomeou um Conselho de Estado formado por 10 membros, brasileiros natos, que redigiram a Constituição, utilizando vários artigos do anteprojeto do Deputado Antônio Carlos de Andrada e Silva, irmão de José Bonifácio de Andrada e Silva. Após ser apreciada pelas Câmaras Municipais, a Constituição foi outorgada, ou seja, imposta em 25 de março de 1824.

A carta foi redigida levando-se em consideração a possibilidade de permitir a adição de futuras emendas. Como resultado, surge uma constituição unitária com um poder executivo fortemente centralizado e capacitado a manter com firmeza a união entre as províncias brasileiras.

A Constituição estabelecia um governo monárquico, voto censitário; eleições indiretas, em que os eleitores da paróquia elegiam os eleitores da província e estes elegiam os deputados e senadores<sup>205</sup>; estabelecia o catolicismo como religião oficial e também a

---

<sup>204</sup> *Ibidem*, p.162.

<sup>205</sup> Pela Constituição tem voto nas eleições primárias os cidadãos brasileiros no gozo dos seus direitos políticos e os estrangeiros naturalizados. São excluídos de votar na Assembléia Paroquial os seguintes casos: menores de 25 anos, exceto os “casados e oficiais militares que forem maiores de 21 anos, os bacharéis formados e clérigos de ordens sacras”; os filhos que ainda estiverem na companhia dos seus pais; os “creados” de servir; os religiosos;



submissão da Igreja ao Estado.<sup>206</sup> É interessante destacar que não havia impedimento do voto do analfabeto, isso se deve, provavelmente pelo alto nível de analfabetismo na época.

Através da Constituição definiram-se os poderes políticos e atribuições administrativas, em oposição à desordem administrativa da época colonial. Os poderes foram divididos em quatro: Poder Moderador, Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário.<sup>207</sup>

O Poder Legislativo era delegado à Assembléia Geral e esta se compunha de duas câmaras: Câmara dos Deputados e Câmaras dos Senadores. Competia à Assembléia Geral, segundo os artigos contidos no capítulo I da Constituição, entre outras atribuições: escolher nova dinastia, no caso da extinção da Imperante; fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revogá-las; velar na guarda da Constituição e promover o bem geral da Nação.

Em se tratando dos direitos dos cidadãos, a Constituição garantia em seu Artigo 179, parágrafo 32: “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”.<sup>208</sup>

Segundo José Murilo de Carvalho (1999), um dos desafios seria eliminar da constituição todos os resíduos absolutistas que ainda existiam e reforçar os aspectos federativos que eram presentes na mesma.<sup>209</sup>

No entanto, existia o temor de se realizar tantas reformas no Brasil, país recém-independente, com fracos laços de união e patriotismo e, sobretudo, segundo ele, o perigo estava no “estado de civilização do Brasil”. Nas palavras do autor, “o ideal de unidade da elite

---

os que não tiverem renda líquida anual de 100\$ por “bens de raiz, indústria, comércio ou emprego”. Constituição de 1824, Capítulo VI, Artigos 91 e 92. Podem ser eleitores e votar na eleição dos Deputados, Senadores e membros do Conselho de Província aqueles que podem votar nas Assembléia Paroquial, exceto: os que não tiverem renda anual de 200\$ por “bens, raiz, indústria, comércio ou emprego”; os libertos; os “criminosos pronunciados em querela ou devassa”. Constituição Política do Império do Brasil, 1824. In DANTAS JÚNIOR, J. da O. *As Constituições do Brasil*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937. Capítulo VI, Artigo 94.

<sup>206</sup> Constituição Política do Império do Brasil, 1824. In DANTAS JÚNIOR, J. da O. *As Constituições do Brasil*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

<sup>207</sup> *Ibidem*

<sup>208</sup> *Ibidem*

<sup>209</sup> CARVALHO, 1999.

esbarrava na realidade da ausência de uma tradição de governo central na colônia e na ausência de fortes laços de união, econômicos e políticos entre as antigas capitanias.<sup>2210</sup>

A situação agravava-se ainda mais quando o Brasil se viu governado por uma regência. Como já dissemos anteriormente, o governo de D. Pedro I foi marcado pela ambiguidade do seu comportamento, ou seja, um soberano ilustrado, partidário das novas idéias liberais, mas que carregava consigo a tradição absolutista. Não aceitava governar guiado por um texto constitucional demasiadamente liberal. Tal ambiguidade o marcaria, posteriormente, como um governo despótico, até que em 1831 abdica-se do trono em favor de seu filho, que tinha apenas 5 anos de idade.

Por consequência, ocorre a eleição de uma regência para a sucessão de D. Pedro I no poder. Evaristo da Veiga (1799-1837), citado por Carvalho (1999) via, em 1835, anarquia em todo o império. O Brasil, segundo este político e também jornalista, corria o risco de mergulhar na instabilidade dos países da colônia espanhola e fragmentar-se. A regência, segundo Carvalho, tinha menor força simbólica e os conflitos manifestaram-se com maior facilidade pelo Brasil. O período regencial foi, sem dúvida, marcado por grandes revoltas e levantes.

Marco Morel (2005) explica que a ausência do Imperador e a sua sucessão por uma regência provisória enfraqueceria o poder monárquico. A abdicação de D. Pedro I, segundo este autor, foi acompanhada por grandes agitações civis e militares que tomaram conta das ruas e da capital.<sup>211</sup> Foi um momento de desordens e caos na Capital e os conflitos se propagaram não somente na corte, mas também em outras províncias.

Diante de tantos conflitos, os interesses e as opiniões se dividiam, segundo Carvalho (1999), entre grupos que defendiam que a liberdade viria através de um governo centralizado

---

<sup>210</sup> *Ibidem*, p.163.

<sup>211</sup> MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. Rio de Janeiro: Hucitec, 2005, p.209.

e de grupos que, ao contrário, pensavam que a descentralização traria a liberdade.<sup>212</sup> Segundo o autor, para os conservadores, a liberdade não era um valor que superasse o valor da ordem e da unidade nacional e, assim sendo, a centralização era a única opção. Outro grupo defendia que a chave da liberdade estava na autonomia local e a solução seria a implantação da descentralização, como foi feito nos Estados Unidos. Para esse grupo, as liberdades políticas só seriam garantidas pelo desenvolvimento do *self-government* ou autonomia local. Carvalho afirma que algumas elites buscaram em Aléxis de Tocqueville<sup>213</sup>, na obra *Democracia na América* (1835-1840), a fundamentação de suas idéias.

Nesta obra, Tocqueville (1805-1859), pensador político francês, ao fazer uma reflexão sobre a civilização e a política norte-americanas, enfatiza a importância dos costumes para se manter a ordem. Para ele o povo deve estar preparado para a liberdade. É preciso dar a todos os cidadãos idéias e sentimentos que os preparem para a liberdade. Desse modo, esse pensador enfatiza que “são os costumes que tornam os americanos os únicos capazes, em toda a América, de suportar o império da democracia: são eles, ainda, que fazem das diversas democracias anglo-americanas países ordeiros e prósperos”.<sup>214</sup>

Carvalho (1999) aborda, desta forma, o problema de se adotar no Brasil, o *self-government*, onde o poder local era arbitrário, onde não havia espírito cívico e unidade nacional e, sobretudo, porque não fora introduzido o hábito da liberdade.<sup>215</sup> No número 66 do jornal *O Mentor das Brasileiras*, os autores publicam um artigo da *Voz Paulistana*, no qual o editor faz referência ao governo dos Estados Unidos e o compara com o governo de outros povos:

Os Estados Unidos d’América parece ter sido a única Nação, que descobriu

---

<sup>212</sup> CARVALHO, 1999.

<sup>213</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracia na América*. 1979.

<sup>214</sup> *Ibidem*, p.246.

<sup>215</sup> CARVALHO, 1999.

todo o mecanismo de um bom governo. A primeira base em que todo ele se firma é uma federação, que o torna respeitável, uma prudência bem entendida, que sempre se observa em todos os seus negócios, fez limitar a um pequeno círculo de anos, toda a missão do Depositário do Poder Executivo, que sendo de mais a mais sujeitas a cartas regras no exercício deste poder, se torna livre de qualquer suspeita (...) O contrário porém acontece naqueles estados, que apesar de serem livres, e possuírem uma Constituição, contudo por falta de experiência se concede mais poderes, que o necessário a um só homem (...)<sup>216</sup>

O desafio para estas elites seria a educação do povo. A existência de uma população que não estava acostumada com a idéia de liberdade seria um outro obstáculo a vencer, pois no imaginário das elites políticas da época, os brasileiros não estavam acostumados a serem livres. Sonharam com a liberdade, conquistaram-na, mas não sabiam o que fazer com ela.

Segundo Lúcia Neves e Humberto Machado (1999), nos discursos das elites dirigentes faltava ainda muito a fazer no sentido de levar a “civilização” ao povo, não acostumado com a liberdade. Assim salientam:

O Brasil, no início do século XIX, não passava de uma coleção de cinco regiões etnograficamente distintas, em que apenas a língua e a religião comum atuavam no sentido de uma aproximação. Largos espaços por colonizar, paisagens diversas, hábitos estranhos, uns aos outros, vida econômica, fora dos grandes centros, tendente à autarquia, comunicações precárias, ausência de vida social e de cultura escrita, tudo concorria para separar e distinguir.<sup>217</sup>

Era necessário, assim, uma ação eficaz do Estado sobre a educação do povo no sentido de torná-los “civilizados“. Era preciso agir sobre os costumes para que os indivíduos aprendessem a ser livres. Para Aléxis de Tocqueville, a educação do povo foi fundamental para a manutenção da democracia nos Estados Unidos, como fica registrado no texto abaixo:

Não se pode negar que, nos Estados Unidos, a instrução do povo sirva vigorosamente à manutenção da democracia republicana. Será sempre assim, creio, em todos os lugares em que não se separar a instrução, que ilumina o

---

<sup>216</sup> O Mentor das Brasileiras, n.º66, 11 de março de 1831, p.526-527.

<sup>217</sup> NEVES E MACHADO, 1999, p.97.

espírito, da educação, que ordena os costumes (...). Entretanto, a cultura verdadeira nasce principalmente da experiência, e se os americanos não fossem pouco a pouco, se habituando a governar-se a si mesmos, os conhecimentos literários que possuem não lhes serviriam em nada para serem bem sucedidos hoje.<sup>218</sup>

Estas considerações são importantes para o entendimento do movimento da educação em favor da civilização e, sobretudo, para a compreensão dos investimentos do Estado em prol da educação feminina. Especificamente, nesta pesquisa, compreender as estratégias discursivas que ampliavam a educação das mulheres no sentido de uma educação política, como observamos no *Mentor das Brasileiras*.

A falta de unidade política entre as províncias, a ausência de sentimentos de patriotismo e, sobretudo, o medo de um possível regresso ao passado no qual o Brasil era colônia de Portugal, estão entre os principais fatores que justificaram uma ação do Estado visando a “civilização” do povo. De acordo com os editores do jornal, para que o projeto de civilização pudesse ser bem sucedido necessitava-se, entre outras coisas, da contribuição das mulheres, embora admitamos que nem todas as pessoas possuíssem a mesma opinião a este respeito. Era preciso forjar nestas mulheres sentimentos de amor ao país e, principalmente, amor ao sistema constitucional que regia a sociedade. Estas mulheres, por sua vez, influenciariam seus pais, irmãos, maridos e filhos.

### **3.2 SOCIEDADE DEFENSORA DA LIBERDADE E INDEPENDÊNCIA NACIONAL DE SÃO JOÃO DEL-REI**

A Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional foi criada no Rio de Janeiro por iniciativa de Antônio Borges da Fonseca, político proveniente do grupo exaltado,

---

<sup>218</sup> TOCQUEVILLE, 1979, p.251.

mas foi controlada pelos liberais moderados. Com data de criação de 13 de março de 1831, surgiu durante os conflitos de rua resultantes da saída de D. Pedro I do poder. Essa sociedade foi, segundo Morel (2005), uma espécie de “governo paralelo”,<sup>219</sup> uma forma encontrada pelos diversos agentes políticos de coibirem movimentos que ameaçavam a ordem então estabelecida.

Segundo Xavier da Veiga (1998), essa agremiação teve até 1836 como principal liderança, Evaristo da Veiga, político de tendência liberal moderada. O objetivo de tal sociedade patriótica era a união de todos que desejassem “a paz e a liberdade regrada, a fim de mutuamente se fortalecerem contra os anarquistas.”<sup>220</sup>

Segundo Marco Morel (2005), foram criadas no total 89 “sociedades” em diversas províncias e, especificamente, em Minas Gerais foram criadas 28.<sup>221</sup>

Na Vila de São João del-Rei, sua fundação ocorreu também em 1831 e a instalação foi assim divulgada pelos autores do *Mentor das Brasileiras*, no seu número 95, de 7 de outubro de 1831: “No dia 2 do corrente nas casas da Câmara desta Vila instalou-se a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, para a qual tem concorrido não pequeno número de sócios.”<sup>222</sup>

A Sociedade Defensora de São João del-Rei possuía um livro de Estatuto próprio que continha 35 artigos e essa associação, de acordo com o artigo 2.º do seu estatuto, tinha por finalidade:

(...) sustentar por todos os meios legais a Liberdade e Independência Nacional: 1.º Desenvolvendo o auxílio da ação das autoridades públicas todas as vezes, que se faça preciso a bem da ordem e tranqüilidade pública: 2.º usando do direito de petição para as medidas que não tiverem ao seu alcance, e ainda quando se julguem indispensáveis medidas maiores,

---

<sup>219</sup> MOREL, 2005.

<sup>220</sup> Xavier da Veiga, *Efemérides Mineiras*, 1998, Imprensa Oficial, p. 504-505.

<sup>221</sup> MOREL, 2005, p.277.

<sup>222</sup> O *Mentor das Brasileiras*, nº95, 7 de outubro de 1831, p.755.

reclamando-a somente pelos meios legais.<sup>223</sup>

Para se tornar membro desta sociedade era preciso “ser cidadão brasileiro, e estar no exercício dos seus direitos, não se ter mostrado inimigo da Liberdade e Independência Nacional; ter bons costumes, e meio honesto de subsistência”.<sup>224</sup>

Possuía, além do Livro de Estatuto, dois outros livros. Um contendo os nomes dos sócios, conta corrente e as despesas da sociedade. Ao tesoureiro competia “receber a entrada que serão de 2\$000 réis de cada sócio e a cota mensal de 100 réis, ficando livre a qualquer sócio o poder ofertar maior quantia”<sup>225</sup> O outro livro tratava de ofícios e correspondências expedidas e recebidas, trocados com outras Sociedades Defensoras da província mineira e até mesmo de outras províncias.

A existência da Sociedade Defensora funcionaria como uma arma no combate aos conflitos e desordens de grupos ligados ao anarquismo<sup>226</sup>, que perturbavam o sossego público. Tais grupos buscavam derrubar a regência. No próprio jornal *O Mentor das Brasileiras*, as notícias sobre conflitos ocorridos após a abdicação de D. Pedro I eram constantes, como observamos no seu número 78, de 10 de junho de 1831.

Pensávamos nós que ninguém havia presentemente, que ousasse a perturbar a ordem dos nossos negócios públicos; enganamo-nos, porque no Rio de Janeiro se tem desenvolvido um partido de facciosos, que de nada se contentam, os quais tendem a desorganizar o sistema (...)<sup>227</sup>

---

<sup>223</sup> Artigo 2.º do Livro dos Estatutos da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. São João del-Rei, 1831. ACMSJDR.

<sup>224</sup> Artigo 17 do Livro dos Estatutos da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. São João del-Rei, 1831. ACMSJDR.

<sup>225</sup> Artigo 15 do Livro dos Estatutos da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. São João del-Rei, 1831. ACMSJDR.

<sup>226</sup> Vale destacar que o uso da palavra anarquismo pelos redatores do jornal *O Mentor das Brasileiras*, não faz referência à corrente do movimento revolucionário dos operários durante a segunda metade do século XIX e início do século XX. Os autores com esta palavra fazem alusão à anarquia no sentido de desordens, bagunça e caos.

<sup>227</sup> *O Mentor das Brasileiras*, nº78, 10 de junho de 1831, p.619.

As notícias de desordens na Corte passaram a ser publicadas pelos autores deste jornal, porém, não era somente no Rio de Janeiro que esses grupos intitulados “anarquistas” atuavam de modo a deixar as autoridades incomodadas. Conforme os autores do *Mentor das Brasileiras*, “Pernambuco, Pará, Espírito Santo tem sido o teatro de cenas ensanguentadas, aonde o partido rusguento apesar de não contar com a vitória tem posto tudo em desassossego.”<sup>228</sup> A Província de Minas Gerais, segundo eles, não teria sofrido, até aquele momento, algum tipo de ataque, que se devia “graças ao gênio pacífico dos mineiros”.<sup>229</sup>

No Livro de Ofícios e Correspondências da Sociedade Defensora de São João del-Rei, acompanhamos a discussão em torno de rebeliões e desordens ocorridos no Rio de Janeiro. Veja, por exemplo, nesta correspondência entre a Defensora de São João del-Rei com a da Vila de Campanha, a notícia de um conflito na Capital Imperial.

Tendo-se manifestado na Corte do Rio de Janeiro um partido faccioso e desorganizador que intenta por todos os meios transformar a ordem pública projetando arrancar da Regência do Império e do Ministério os membros da maior confiança nacional para substituí-los pelos chefes e agentes do mesmo faccioso partido (...)<sup>230</sup>

Para este momento de crise, Marco Morel (2005) aponta para o crescimento da imprensa periódica e não periódica (cartazes, folhas manuscritas e outros impressos) e, também, para a proliferação de várias associações leigas, maçônicas, filantrópicas e patrióticas, aos moldes da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional.<sup>231</sup>

O jornal *O Mentor das Brasileiras* servia como uma espécie de voz para anunciar as atividades desta Sociedade. Eis aqui, na transcrição abaixo, uma atividade cabível à Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, publicada pelo *Mentor das Brasileiras*,

---

<sup>228</sup> O *Mentor das Brasileiras*, nº97, 21 de outubro de 1831, p.769.

<sup>229</sup> O *Mentor das Brasileiras*, n.º97, 21 de outubro de 1831, p.769.

<sup>230</sup> Livro de Ofícios e Correspondências da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. São João del-Rei, 1831. ACMSJDR.

<sup>231</sup> MOREL, 2005.



em seu número 97, de 21 de outubro de 1831.

(...) as Sociedades Defensoras da Liberdade e Independência Nacional podem vigiar sobre estes agentes dos anarquistas fazendo tolher seus planos, e se for possível denunciando-os às Autoridades públicas para que sejam punidos (...)<sup>232</sup>

*O Mentor das Brasileiras* fez ostensiva campanha na divulgação dessa Sociedade, conclamando as mulheres para se filiarem como sócias, uma vez que abriu-se, nos Estatutos, um artigo adicional, no qual dava-lhes permissão para participarem de tal empreendimento. Assim, se refere tal artigo, “Considerar-se-hão seus sócios honorários todas as senhoras que se oferecerem a prestar qualquer auxílio à sociedade. Sua entrada e quota mensal será igual a dos sócios”. E, ainda, “a sua admissão será feita com as mesmas formalidades com que se procede às dos sócios (...)<sup>233</sup>

As mulheres inscritas nesta sociedade não foram poucas e seus nomes eram inclusive divulgados no jornal. Assim, em seu número 97, de 21 de outubro de 1831, temos o seguinte anúncio:

É com maior prazer que aqui transcrevemos os nomes das Senhoras, que já se assinaram como sócias honorárias<sup>234</sup> da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Tremam os perturbadores da ordem pública à vista de semelhantes atos do bello sexo brasileiro, que tão empenhado se mostra pelo bem de seu país, considerem o fim desta Sociedade, e vejam os fortes baluartes em que ela se sustenta e desenganem-se por uma vez, que o espírito de desordem não é compatível com um povo verdadeiramente amigo da paz.<sup>235</sup>

<sup>232</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n.º97, 21 de outubro de 1831, p.773.

<sup>233</sup> Artigo adicional do Livro dos Estatutos da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. São João del-Rei, 1831. ACMSJDR.

<sup>234</sup> É valido destacar que o título de sócio honorário era dado somente às mulheres. Os homens eram imediatamente aceitos como membros desta sociedade. Lembrando que ser sócio honorário de determinada entidade, significa que a pessoa somente desfrutará do prestígio que tal empreendimento proporciona, não possuindo, no entanto, direito de participação como, por exemplo, votar.

<sup>235</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n.º97, 21 de outubro de 1831, p.772-773.

Foram no total 43 mulheres inscritas.<sup>236</sup> A primeira mulher que se filiou como sócia desta sociedade foi D. Policena Tertuliana d'Oliveira, primeira professora de aulas públicas para meninas da Vila de São João del-Rei.<sup>237</sup> Esta professora possuía vários discursos proferidos nos atos dos seus exames públicos para meninas divulgados pelo *Mentor das Brasileiras*.

Embora não tenhamos tido acesso a fontes que nos levem a afirmar quais eram as atividades desta “sociedade defensora“, localizada em São João del-Rei, entendemos que a presença de mulheres inscritas nesta associação seria uma forma de se mostrarem adeptas ao movimento de defesa da Constituição e também de se manterem mais ativamente participantes junto aos homens nesse empreendimento de cuidar e zelar pela Liberdade conquistada.

Sendo assim, ao contrário de Maria Augusta Amaral Campos<sup>238</sup> (1998), que considera a participação das mulheres na Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, na Vila de São João del-Rei, apenas como uma forma de encontros de sociabilidade com outras do mesmo sexo,<sup>239</sup> consideramos que havia um objetivo maior, ou seja, o de socialização política das mulheres e o engajamento no movimento de defesa da Liberdade e Independência que estava sendo empreendido pela Vila de São João del-Rei. Chegamos a essa conclusão, sobretudo, pela ênfase dada pelo jornal à participação das mulheres nessa agremiação.

---

<sup>236</sup> Livros da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional e Independência Nacional. São João del-Rei. 1831-1833. ACMSJDR.

<sup>237</sup> Livros da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional e Independência Nacional. São João del-Rei. 1831-1833. ACMSJDR.

<sup>238</sup> A autora, em sua dissertação *A Marcha da Civilização: as vilas oitocentistas de São João del-Rei e São José do Rio das Mortes – 1810/1844*, faz referência à Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, da Vila de São João del-Rei.

<sup>239</sup> CAMPOS, 1997, p.158.

### 3.3 ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO POLÍTICA PARA AS MULHERES

*Quando a Nação periga, elas também saem dos  
tocadores para defendê-la....*

Tendo em vista a relevância do jornal *O Mentor das Brasileiras* na proposta de formação política para as mulheres, podemos nos perguntar: que ensinamentos políticos são esses? Que lições eram transmitidas para as leitoras deste jornal? De que forma se dava essa transmissão?

Primeiramente, destaca-se que a proposta do jornal em levar conhecimentos políticos às mulheres se justifica pelo fato de os seus autores acreditarem no potencial das suas leitoras, como nos é revelado no trecho a seguir: “este sexo é bem capaz de conceber idéias sublimes, e de dar um realce não pequeno à marcha, e bom andamento do Sistema de Governo, que nos rege.”<sup>240</sup>

De acordo com os seus editores, os conhecimentos a serem divulgados pelo jornal se limitariam a “sucintas notícias do que se passar (e for interessante) nos Tribunais, nas Assembléias, e nos Gabinetes Nacionais e Estrangeiros, por ser a política hoje um dos objetos da moda, e com que se nutre a maior parte das conversações no meio da sociedade.”<sup>241</sup>

Observe que com estas palavras os autores pretendiam uma socialização política feminina naquela época. Não bastava que as mulheres ficassem em casa, alheias aos acontecimentos políticos do seu país, o que para eles significava até mesmo falta de patriotismo. No entanto, afirmavam, ao mesmo tempo, que não queriam cansá-las com ensinamentos pesados de política, por isso, segundo eles, a intenção não era:

---

<sup>240</sup> O Mentor das Brasileiras, n.º 1, 30 de novembro de 1829, p.2-3

<sup>241</sup> O Mentor das Brasileiras, n.º1, 30 de novembro de 1829, p.3-4

enfadá-las com princípios fundamentais de direito, e nem com um total conhecimento das Leis dos Estados; nosso fito é dar-lhes leves lições de uma simples teoria, de que se possam utilizar nas suas conversações, para que não fiquem mudas, quando se acharem em sociedades com pessoas de maior merecimento (...)<sup>242</sup>

O discurso de que as mulheres precisavam ter algum conhecimento de política, para não fazerem “feito” em suas conversações, era constante no periódico. As leitoras precisavam ser informadas de todos os acontecimentos políticos vividos pelo país. Para isso, em vários números do jornal, os redatores abriam um espaço para uma seção denominada *Política*. Nesta seção, buscavam transmitir às mulheres os conceitos políticos que pretendiam difundir. Conceitos como *Constituição* e *Liberdade*, por exemplo, foram trabalhados durante a publicação do jornal.

No número 5, de 30 de dezembro de 1829, por exemplo, os autores buscaram definir a palavra *Constituição*. Constituir, segundo eles, significa “estabelecer, organizar, reger, firmar por estatutos uma certa ordem de coisas, uma Constituição pois tomada genericamente nada mais contém que esta harmonia de idéias”.<sup>243</sup> Os autores continuam esta matéria traçando algumas características do sistema constitucional. Assim, explicam ao *bello sexo* que:

(...) os homens guiados pela experiência formaram Códigos Fundamentais, convenções recíprocas, e estabeleceram uma melhor forma de governo, a que chamaram Constitucional, neste repartiram os deveres e encargos a certos poderes, que não podiam ultrapassar os limites de suas atribuições sem se constituírem responsáveis perante a mesma sociedade que estava sempre vigilante sobre eles para coibirem os abusos, marcaram-se as garantias dos cidadãos, que nada mais respeitavam senão ao preceito da Lei.<sup>244</sup>

---

<sup>242</sup> O Mentor das Brasileiras, n.ºn.5, 30 de dezembro de 182, p.34.

<sup>243</sup> O Mentor das Brasileiras, n.º5, 30 de dezembro de 1829, p.34

<sup>244</sup> O Mentor das Brasileiras, N.º 5, de 30 de dezembro de 1829, p.35-36

Com relação à palavra Liberdade, os autores transmitem a seguinte lição: “A Liberdade é o primeiro direito do homem, é o direito de obedecer senão às Leis, e de não temer senão a elas”.<sup>245</sup>

Interessante também destacar as lições transmitidas às mulheres sobre os grupos absolutistas e liberais. Em vários de seus números, trazem ensinamentos de como as mulheres poderiam diferenciá-los. Utilizavam-se várias vezes dos termos *corcunda* e *servis* para identificar aqueles que eram adeptos do absolutismo. No artigo abaixo, intitulado *Sinais característicos dos Corcundas e Liberais*, extraído do número 10, de 1 de fevereiro de 1830, os autores evidenciam alguns sinais referentes ao estado físico e moral dos homens, para dizerem se são ou não liberais.

Os corcundas ou servis são pela maior parte de um temperamento melancólico, e atrabiliário, e por isso de idéias obscuras, juízos falsos, raciocínios errados; suspeitosos de todo o mal, porque em nenhuma outra coisa pensam tanto, aleivosos, e amigos de toda a sorte de intriga com que dão pasto a seu espírito, que vive encarcerado em um corpo mal organizado, de quem a natureza parece se ter inteiramente descuidado.

Os liberais, ou Constitucionais são dotados de um temperamento sanguíneo cálido, de uma fisionomia animada, de uma configuração bem regulada, e bem dispostas suas partes orgânicas e, por isso, são em tudo moderados, e sóbrios, de um bom natural, francos, animosos, vivos, dóceis, alegres (...)<sup>246</sup>

Percebe-se que os “corcundas” eram sempre caracterizados pelos autores de forma negativa, por exemplo, indivíduos “melancólicos”, de “corpo mal organizado”. Já os liberais, segundo eles, eram indivíduos alegres, de “configuração bem regulada”. Com este artigo, os autores intencionavam transmitir às mulheres a idéia da importância de elas reconhecerem entre os homens quais eram aqueles que possuíam traços absolutistas ou traços liberais, para que no papel de mães pudessem “imprimir em seus filhos os elementos da sã moral (...)”.<sup>247</sup> A intenção era acabar de vez com todas as possibilidades de se ver no Brasil traços do

<sup>245</sup> O Mentor das Brasileiras, n.º107, 29 de dezembro de 1831, p.852.

<sup>246</sup> O Mentor das Brasileiras, n.º10, 1 de fevereiro de 1830, p.74.

<sup>247</sup> O Mentor das Brasileiras, n.º 10, 01 de fevereiro de 1830, p.78.

absolutismo.

No que se refere às estratégias de transmissão do conhecimento às mulheres, consideramos basicamente que os redatores do *Mentor das Brasileiras* se utilizavam de dois métodos: O primeiro se daria através de fábulas, sempre acompanhadas de uma grande lição de moral. O outro se daria por meio da publicação de modelos de mulheres dignas de imitação.

As fábulas, que tem origem no mundo clássico, podem ser analisadas como instrumento educativo, de caráter moralizante. Com Jean de La Fontaine,<sup>248</sup> no século XVII, as fábulas se tornaram universalmente conhecidas.<sup>249</sup>

Paulo Matos Peixoto, um dos tradutores das fábulas de La Fontaine, as caracteriza como sendo ensinamentos que envolvem “linguagem agradável, irônica, de rara beleza descritiva, simples, precisa, pura e fascinante”.<sup>250</sup>

*O Mentor das Brasileiras* possui trinta fábulas publicadas, além de vinte anedotas, dois apólogos, uma parábola e um conto moral. Todos estes títulos possuíam a mesma finalidade: educar as leitoras de forma mais “agradável”. Através das fábulas, principalmente, os autores deste jornal faziam as possíveis reflexões e passavam lições de moral ao “bello sexo”. Interessante pensar nesta estratégia de transmitir o conhecimento às mulheres, porque era uma forma fácil de trabalhar os assuntos políticos que estavam em evidência no momento. Com as fábulas e as respectivas lições que as seguiam, denominadas “moralidades”, eles abordavam temas como absolutismo, reis déspotas, liberdade, entre outros.

A fábula *O Chafariz e o tanque*, por exemplo, transcrita a seguir, trata da derrubada de D. Pedro I, em consequência de seu governo despótico.

---

<sup>248</sup> Jean de La Fontaine, oriundo de família burguesa, nasceu em 1621, na província de Champanha, na cidade de Chateau-Thierry, França. Viveu até 1695. O fabulista compôs suas fábulas por um período de 30 anos.

<sup>249</sup> CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

<sup>250</sup> La Fontaine, Jean de. Fabulas. São Paulo: Paumape, 1993 (introdução)

Em uma quinta formada com todo o primor d'obra um chafariz se erguia às nuvens, e levava os olhos dos espectadores; e suas águas espumosas, derramando-se por toda a parte, aqui desfaziam-se em aljofares, ali em rubins, e acolá em diáfanos globos rociavam as flores. O nosso chafariz, vendo-se assim elevado (costume antigo dos tolos) começa a dar chascos, e a insultar em sua linguagem ao humilde tanque, donde aliás tirava a todo momento a substância que o mantinha, e fazia brilhar. Vê, lhe diz arrogante, este pomposo aparato, para o qual nem ousas levantar os olhos; atentas para estas adragonas de prata, que eu contraponho aos raios do sol; e do que sorves tu, miserável agua dormente? Ao mesmo tempo que eu me remonto aos céus tu estúpido elemento, jazes silencioso na escuridade: tua vizinhança me molesta, e muitas vezes os lugares que eu aformoseio. Assim ia parolando o nosso D. Chafariz: eis que um dos canais se rompe; a força d'água abre caminho para fora do tanque, e d'improviso a onda insurdece, decresce, vai se deslizando, esgota-se. Exalaram-se os rubins, desapareceram as adragonas, e as pérolas tem se desencaramelado. O orgulhoso começa a conhecer-se: já se abate, já cai, não corre gota, e seca.<sup>251</sup>

Nesta fábula os autores pretendiam transmitir a seguinte lição: D. Pedro de Alcântara foi elevado à condição de imperador perpétuo do Brasil, pelo voto da maioria dos brasileiros, foi sustentado pelo riquíssimo império e quando estava nas alturas, todo soberbo, começou a praticar atos de opressão contra aqueles que o tinham levantado. Mas, esgotada a paciência dos povos, todos os canais foram rompidos e o monarca caiu de sua magnitude.<sup>252</sup>

Outra fábula interessante publicada pelo jornal em seu número 98, denominada *As rãs pedindo um rei*, revela o período vivido pelo Brasil, na época da regência.

As rãs que vagavam livremente pelas lagoas, quase que aborrecidas desta liberdade com uma grande gritaria pediram a Júpiter um Rei, que com energia refreasse seus costumes dissolutos. O pai dos deuses riu-se de uma tal petição, mas procurando contentá-las mandou-lhes uma varinha, a qual caindo sobre a lagoa fez um tal estrondo, que as rãs se espantaram, e se foram esconder na lama. Entretanto elas respeitavam o seu rei sem o conhecerem (...) Porém, uma das rãs mais curiosa, deita para fora do tanque a cabeça, pesquisa quem seja o rei, e por fim conhece se um objeto inanimado; alegre chama as suas companheiras, as quais perdendo o susto, e por consequência o respeito, fazem o Rei de pau toda a sorte de insultos, e com um novo alarido mandam a Júpiter novas embaixadas para que lhes mande um outro Rei, visto que aquele era inútil. Então o Deus toma o negócio em tom mais sério, e já de alguma sorte indignado envia-lhes uma cobra, que apenas entrou no charco começou a exercer o império com os cruéis dentes; as rãs inermes debalde procuram escapar da morte, que a toda

<sup>251</sup> O Mentor das Brasileiras, n.º74, 13 de maio de 1831, p.586.

<sup>252</sup> O Mentor das Brasileiras, n.º74, 13 de maio de 1831.

a parte se lhes prepara; o medo impede-lhes a fala; apenas às escondidas rogam à Mercúrio, para que solicite do poderoso Júpiter um outro Rei, menos cruel do que aquele, que as pretendia extinguir uma por uma; Júpiter dá-lhes esta única resposta: já que não quisestes sofrer o primeiro Rei, que vos dei, que era bom, sofrei agora sem remédio este que é mal.<sup>253</sup>

Esta fábula transmite ao leitor duas lições de moral. A primeira pretende ensinar os povos que é conveniente se contentar com o governo que se tem, pois a Nação que reclama por mudanças no governo pode cair nas garras de um governo tirano, como a cobra da fábula narrada acima. Temos para essa época, no Brasil, várias facções que, insatisfeitas com o poder nas mãos da regência, tentavam a todo custo derrubá-la. Desta forma, os liberais tinham medo de cair novamente nas mãos do absolutismo. Outra lição pretendida pelo autor ao contar esta estória é mostrar que o governo não pode ser tão inerte como a varinha, nem usar de tanta violência quanto a cobra.<sup>254</sup>

Outra estratégia de transmissão do conhecimento utilizada pelos autores do *Mentor das Brasileiras* seria, como já dissemos anteriormente, mostrar atos heróicos praticados por mulheres. Para isso, os autores lançavam mão de toda uma história de heroínas desde a antiguidade até exemplos de mulheres comuns da época. Veja, por exemplo, este fragmento transcrito abaixo retirado do número 7, de 11 de janeiro de 1830:

(...) a coragem de Judith arrancando a cabeça de Holofernes para salvar o seu povo sitiado é um exemplo autorizado pela mesma Escritura, a Europa no calamitoso tempo da invasão de Bonaparte foi defendida em muitos assaltos pelo valor feminino; o forte de Saragoça teve por defensores as mulheres dirigidas pelo grande Palfos, uma forneira de Aljubarrota nesta época com suas proezas imortalizou seu nome (...)<sup>255</sup>

Em seguida, o autor continua o texto mostrando exemplos de mulheres brasileiras que tiveram presença marcante nas grandes revoluções pela liberdade.

---

<sup>253</sup> O *Mentor das Brasileiras*, n.º98, 28 de outubro de 1831, p.779.

<sup>254</sup> O *Mentor das Brasileiras*, n.º98, 28 de outubro de 1831,

<sup>255</sup> O *Mentor das Brasileiras*, n.7, 11 de Janeiro de 1830, p.49.



(...) cá mesmo temos uma D. Quitéria de Jezus, natural da Bahia, que em trajes de soldado combateu contra o ímpio General Madeira a pé firme nos dois assaltos na Ilha de Itaparica, pelo que recebeu em prêmio aquela heroína o posto de Alferes, conferido pelo Nosso Imperador Constitucional.<sup>256</sup>

Temos, ainda, no *Mentor das Brasileiras* várias passagens em que algumas mães entregam seus filhos para o serviço da Pátria. Observe o caso da “ilustre mineira,” D. Bernarda Canuta da Silveira, que deu os seus dois filhos para a defesa do Império:

D. Bernarda Canuta da Silveira ofereceu para o serviço e defesa do Império seus dois filhos Antônio Bernardino Fernandes da Silveira e Luiz Pedro Fernandes da Silveira, que em breve se apresentarão nesta Corte, e aceitando o Mesmo Augusto Senhor com agrado esta singular demonstração de zelo pela Causa do Império, Manda pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra assim participar ao sobredito Presidente para que o signifique a oferente, louvando-a em Seu Imperial Nome.<sup>257</sup>

Indo um pouco mais longe, os autores divulgam exemplos de mães que, orgulhosamente, tinham o filho morto por defender a Pátria, como mostra o texto abaixo, do número 4, de 23 de dezembro de 1829.

Anunciando-se a uma matrona da Grécia a morte de um seu filho, que tinha acabado em um combate, defendendo valorosamente a liberdade da Pátria, ela respondeu com muita tranquilidade - Quando eu o dei ao mundo, não foi de certo para outro fim (...) <sup>258</sup>

Como vemos, mulheres que lutaram em defesa do seu país ou que entregam seus filhos para assim também o fazerem são tomadas como modelos pelos autores do *Mentor das Brasileiras*. Os atos patrióticos de todas as mulheres citadas servem para justificar a intenção dos autores do jornal em levar o conhecimento às suas leitoras. Pretendia-se, com tais

---

<sup>256</sup> O *Mentor das Brasileiras*, n.7, 11 de Janeiro de 1830, p.49-50.

<sup>257</sup> O *Mentor das Brasileiras*, n.9, 23 de Janeiro de 1830, p.70.

<sup>258</sup> O *Mentor das Brasileiras*, n.4, 23 de dezembro de 1829, p.32.

modelos, imprimir nas brasileiras um sentimento de amor ao seu país. Esta prática é considerada por nós como uma forma de educar civicamente o “bello sexo”.

As figuras de mulheres heroínas e que são as “glórias” de sua Pátria, retratadas nestes fragmentos nada mais são do que o ideário de mulher pretendido por boa parte das elites dirigentes do Brasil do século XIX. As mulheres passavam assim a contribuir para a difusão de um “imaginário” de Nação, no exercício de sua nova função de mães e esposas zelosas, amantes da Constituição e da Pátria.

## CONCLUSÃO

Alguns Pais de famílias ha que apenas julgam que uma Senhora nada mais deve saber que o regime doméstico de uma casa, o qual consiste em administrar escravos, arranjar uma caixa de roupa, cozer uma camisa, e tratar seus enfeites; ora é verdade que estas prendas muito concorrem para formar uma Senhora digna de um feliz himeneu; mas não é nisto só que consiste todo seu merecimento, muitas outras circunstancias a devem caracterizar como uma Senhora perfeita.<sup>259</sup>

Como demonstraram vários autores, a educação das mulheres no Brasil até o século XIX, no que está relacionado ao acesso às formas escolarizadas de conhecimentos sistematizados como saber ler, escrever e contar, não era uma prática comum em nossa sociedade. O que se tinha, era uma preocupação maior com a formação doméstica e cuidados com a honra feminina. Quando alguns pais consideravam importante o aprendizado dos saberes relativos à instrução elementar, contratavam professoras particulares ou as enviavam para os poucos colégios particulares que existiam no período.

É importante ressaltar que não se atribuía à educação das meninas a mesma importância dada à educação dos meninos, não por negligência ou por falta de interesse dos poderes públicos, mas, talvez por não considerar a necessidade de se escolarizar as mulheres.

Os recolhimentos e os conventos eram tidos também como opções educacionais para as mulheres do período, embora o principal objetivo destas instituições fosse “zelar” pela honra e virtude femininas. Ainda assim, estes eram um dos poucos espaços institucionais nos quais as mulheres poderiam receber algum tipo de instrução.

Nos recolhimentos, as educandas tinham uma educação mais direcionada para a formação da moral cristã e a instrução propriamente dita se restringia a alguns conhecimentos relativos às primeiras letras e doutrina cristã, acrescidos do aprendizado de trabalhos com

---

<sup>259</sup> O Mentor das Brasileiras, n.º2, 7 de dezembro de 1829, p.11.

agulha.

Percebemos, portanto, que no período colonial o principal objetivo da educação das mulheres, principalmente, as da elite, era formá-las para o desempenho de suas funções restritas ao mundo doméstico, como a administração da casa, o cuidado com o marido e os filhos. Por sua vez, as mulheres pobres ou mesmo das camadas intermediárias, em conformidade com as intensas atividades comerciais e urbanas existentes na capitania de Minas Gerais, poderiam ter tido algum tipo de aprendizagem mais direcionada para a subsistência, como costuras ou mesmo ler e contar.

Contudo, no século XIX houve importantes iniciativas governamentais no sentido de um desenvolvimento da educação escolar das mulheres, a começar pela edição da Lei Imperial de 15 de Outubro de 1827.

Embora o Estado tenha estabelecido esta lei que mandava “criar escolas de primeiras letras, em todas as cidades e vilas e lugares mais populosos do Império” e em seu artigo 11, pela primeira vez contemplava a educação feminina, a escolarização das meninas era alvo de desconfiança e resistência por parte das famílias. Enviar as filhas para as escolas significava a circulação destas por espaços públicos freqüentados também por homens.

Vários motivos justificam a resistência dos pais em enviar suas filhas às escolas, variando de acordo com o lugar social das famílias. Entre eles estão: o risco que a educação oferecia às mulheres, pois poderiam fazer “mau uso” da arte e colocar em risco o controle dos pais e maridos sobre as mesmas; a falta de recursos para o envio das filhas às escolas; o trabalho doméstico exercido pelas mulheres remunerado ou não; os papéis sociais atribuídos à mulher adulta que não demandavam saberes relativos à instrução, e o suposto desinteresse ou ignorância dos pais ou responsáveis.

Conforme os relatos dos governantes e dos letrados de época, era necessária uma mudança na “mentalidade” dos brasileiros para que as leis destinadas ao ensino das meninas

pudessem obter resultado. Evidentemente este era um pensamento partilhado pelos autores de *O Mentor das Brasileiras*, senão vejamos:

É portanto muito necessário, que desde a infância comecem as meninas a ser educadas nas escolas públicas para que melhor se possam desarraigar os erros introduzidos em seus espíritos ainda débeis; sua imaginação se irá fortificando com idéias verdadeiras, longe dos prejuízos que muitas vezes os domésticos costumam insinuar nas jovens filhas.<sup>260</sup>

Foram recorrentes, no século XIX, os discursos das elites brasileiras sobre a necessidade de se educar as mulheres. Embora estivessem presentes também em séculos anteriores, não tiveram a mesma força daqueles que circularam pelo século XIX. Observa-se que o principal enfoque do século XIX foi o de propagar uma educação com fins a produção de um feminino que pudesse contribuir para o “ordenamento social” necessário ao desenvolvimento de uma nação civilizada. A mulher instruída teria influência direta sobre o caráter dos maridos e filhos.

Assim, o jornal *O Mentor das Brasileiras*, em circulação na Vila de São João del-Rei de 1829 a 1832, pode ser tomado como exemplo das iniciativas empreendidas pelas elites para reformar a educação do “bello sexo”.

Os autores deste periódico se propuseram a educar as mulheres por meio de diferentes conteúdos, com destaque para as questões morais e políticas. Em relação aos princípios morais, questionavam alguns hábitos prejudiciais para a formação de uma nova mulher, tais como o apego à ociosidade, ao luxo e à vaidade. Criticavam também a educação que os pais habitualmente davam às suas filhas como a permissão de leituras de novelas e de romances inadequados às jovens brasileiras. Ainda no âmbito da divulgação de uma nova concepção de mulher, condenavam o aleitamento realizado por escravas e a necessidade de as mulheres assumirem esta tarefa como função materna.

---

<sup>260</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n.º15, 12 de março de 1830, p.114.

Porém, o que de mais importante se verifica neste periódico é o fato de os responsáveis por sua edição trazerem consideráveis matérias sobre política. Em uma época em que as iniciativas de educação para a população feminina ainda “engatinhavam”, o fato de os autores se proporem a transmitir ensinamentos políticos para as mulheres, tratava-se de algo significativamente singular.

Vale ressaltar que mais do que levar informações políticas para as mulheres, o que se pretendia era formar a opinião deste público leitor, até então alheio aos assuntos do âmbito público. Era um chamado à participação da vida pública do país.

Os autores se viam na missão de educar e civilizar o sexo feminino, tornando este público leitor esclarecido para contribuir no processo de construção e afirmação de uma identidade nacional.

Destaca-se que o apelo dos editores do jornal se fez num período de grande agitação política no Brasil. A começar pela vinda da família real para o Rio de Janeiro em 1808, que provocaria transformações significativas na vida dos brasileiros e, mais tarde, concorreria para mudar a situação brasileira, culminando no processo de separação entre os dois reinos - Portugal e Brasil.

Período conturbado por várias revoltas e desordens, a primeira metade do século XIX foi propícia para o crescimento rápido da imprensa que se estabelece com sua função pedagógica de “formar” e instruir o leitor. Chama-nos a atenção também para a proliferação de várias sociedades e associações leigas, maçônicas e patrióticas, dentre elas, a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional.

O temor diante da possibilidade de fragmentação do Brasil à época da independência fez com que as elites políticas de várias partes da sociedade brasileira unissem suas forças em torno de um projeto de construção da nação. Imaginaram para o Brasil uma nação única, com um regime de governo monárquico constitucional, porém o que não faltavam também eram

discursos de que o povo não estava preparado para exercer os seus direitos de liberdade com o advento desse novo tempo.

As representações de que o brasileiro era um povo inculto, bárbaro e incapaz de viver a liberdade política de que então desfrutavam constituíram-se parte do discurso das elites políticas da época para justificar o plano de ação educativa que empreenderiam para o Brasil.

Para a afirmação do Brasil enquanto sociedade civilizada, tendo como modelo cultural os países da Europa, estas elites “criaram” um projeto de civilização que pudesse dar conta de mudar os hábitos e os costumes dos brasileiros. Através da educação, buscaram “civilizar” o povo.

Várias iniciativas educacionais foram empreendidas pelas elites dirigentes para melhorar o estado de civilização do povo. No que se refere à escolarização das mulheres, os discursos vinham no sentido de tirá-las do estado de ignorância em que se encontravam.

Acreditava-se que através das mulheres poderiam regenerar a espécie humana. Delas, os homens recebiam os primeiros ensinamentos, aqueles que iriam levar para a vida toda. As mulheres se tornam, desta forma, objetos de preocupação por parte dessas elites e alvo de políticas de ordenamento social, pois, se delas dependeriam a formação dos filhos, seria necessária, em primeiro lugar, uma reforma em sua educação. Mulheres educadas e virtuosas significavam maridos e filhos também educados e virtuosos.

Especificamente, neste período de afirmação do estado brasileiro, buscou-se imprimir nos brasileiros sentimentos de amor à Pátria e as mulheres seriam fortes colaboradoras deste projeto, uma vez que, poderiam influenciar os maridos e os filhos neste mesmo propósito.

No jornal *O Mentor das Brasileiras*, o ideal de mulher “patriótica” perpassa todo o período de sua publicação. Neste jornal, está contido um discurso no qual as mulheres deveriam amar a Pátria e cumprir os seus deveres de mães e esposas dos cidadãos. Ou nas

palavras de seu editor:

Eia pois amáveis patricias, vos que tendes a maior influencia nos corações humanos, vos que sabeis atrair por vossa maneira a vontade do maior Stoico, vos que sois em fim a alma da Sociedade, não perca de vista as verdadeiras máximas, que vos podem constituir além das raias, que os homens misantropos vos haviam marcado. Estudai a virtude, mas isenta da hipocrisia, sede obedientes mas sem servilismo, sede livres mas sem sintomas de anarquia. Educai vossos filhos no amor a Pátria, sem o que jamais poderão ser virtuosos, fazei vossos maridos respeitar a Constituição e as Leis. Se fordes instruídas nas verdadeiras máximas de uma sã moral, vos lhes ganhareis o coração e lhes sabereis dar até lições de virtude e patriotismo. A pátria algum dia vos será grata pelos benefícios que fizerdes à sociedade a que pertenceis (...).<sup>261</sup>

As representações produzidas em torno de um ideal feminino difundidas neste periódico, provavelmente, escrito por homens, deixam evidente a tentativa de se instituir uma “nova” mulher nesta sociedade, aquela que deveria ser portadora de bons costumes e de uma moral exemplar, mas principalmente possuidora de sentimentos patrióticos.

Assim, o grande destaque evidente neste periódico encontra-se no fato de que ao trazer informações políticas para as mulheres, os autores inauguram a iniciativa de incorporá-las no processo de produção e circulação da opinião dos leitores. Este novo público, até então alheio a quaisquer formas de participação no espaço transitado basicamente por homens, é convidado a se envolver nos assuntos políticos da Pátria. Vemos, por exemplo, que concomitantemente às iniciativas de educação política proporcionadas pelos autores deste jornal ao sexo feminino, temos também a sua admissão como sócias honorárias na Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, fundada em 1831, na sociedade de São João del-Rei.

Estes fatores instigam-nos a concluir que, mesmo não se sabendo até que ponto se dava a participação feminina pelos espaços públicos e inclusive, na Sociedade Defensora, o

---

<sup>261</sup> O Mentor das Brasileiras, n.º5, 30 de dezembro de 1829, p.37



mais importante é a iniciativa empreendida por alguns homens letrados da época de querer que as mulheres se envolvam nos assuntos políticos do seu tempo. Entendemos que se trata, principalmente, de pretender uma socialização política para essas mulheres.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### LIVROS, ARTIGOS, TESES E DISSERTAÇÕES

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: mulheres da colônia – condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edumb, 1993.

ARAUJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. Enciclopédia Einaudi: Antropos Homem. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1985.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. 4 ed. São Paulo: Atica, 1990.

BASILE, Marcelo Otávio N. de C. O Império Brasileiro: Panorama Político. In: LINHARES, Maria Yedda. (org.). *História Geral do Brasil*. 9. ed. Campus, Rio de Janeiro, 1990.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A Marcha da Civilização: as vilas oitocentistas de São João del-Rei e São José do Rio das Mortes – 1810/1844*. Dissertação (Mestrado) Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. Federalismo e Centralização no Império Brasileiro: História e Argumento. In: \_\_\_\_\_. *Pontos e Bordados: escritos de história e Política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Vol 4. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

Cintra, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. 2 ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa, In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DIAS, Maria Odila da Silva. *A Interiorização da Metrópole (1808-1853)*. In: MOTA, C.G. (org.). 1822. 2 ed. Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1986.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais, In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Meninas nas salas de aula: dilemas da escolarização feminina no século XIX. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). *A Infância e sua Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GRAHAM, Richard. *Construindo uma nação no Brasil do século XIX: Visões novas e antigas sobre a classe, cultura e estado*. In: Diálogos, Maringá, V. 5, 2001.

JINZENJI, Mônica Yumi. *A instrução e educação das senhoras brasileiras do século XIX através do periódico O Mentor das Brasileiras*. VIII Congresso do Brazilian Studies Association. Nashville-TN, 2006.

LA FONTAINE, Jean de. *Fabulas*. São Paulo: Paumape, 1993.

LENHARO, Alcir. *As tropas da Moderação (O abastecimento da corte na formação política do Brasil – 1808-1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula, In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MARTINS, Ângela Magalhães. Século XIX: Estrutura ocupacional de São João del-Rei e Campanha. *V Seminário sobre a economia mineira*. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1990.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-1835. *V Seminário sobre a economia mineira*. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1990.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: ACESS, 1994.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província do Império*. RJ: Nova Fronteira, 1992.

MORAIS, Christianni Cardoso. *Para o aumento da instrução da mocidade da nossa pátria: livros, leitores, leituras e bibliotecas (São João del-Rei, 1824-1831)*. São João del-Rei, 2000.

MOREIRA, Luciano da Silva. Tipografia e espaço público na Província de Minas Gerais (1828-1842). *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro, 2004.

MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. Rio de Janeiro: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, Imagem e Poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, DP&A: 2003.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Um toque de Gênero: História e Educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

NASCIMENTO, Milton Meira do. *Opinião pública e revolução: Aspectos do discurso político na França Revolucionária*. São Paulo: Edusp, 1989.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.º 104, p.144-161. jul/1998.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

QUINTANEIRO, Tânia. *Retratos de Mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajeros do século XIX*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul./dez. 1990.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Educação feminina e educação masculina no Brasil colonial. *Revista de História da Usp*. São Paulo, v.109, nº55, 1977, p.149-164.

SILVA, Wlamir. *Liberais e o Povo: a construção da hegemonia liberal moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ, 2002.

SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842), In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs.). *História e Imprensa: Representações Culturais e Práticas de Poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracia na América*. 1979.

TORRES, João Camilo de Oliveira. Instituições Políticas e Administrativas da Província. *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: UMG, 1956.

VEIGA, Cynthia Greive. Infância e Modernidade: ações, saberes e sujeitos. In FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). *A Infância e sua Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

## FONTES IMPRESSAS

*Mentor das Brasileiras (O)* (1829-1832)

*Astro de Minas (O)* (1827-1839) - n.º217, 07 de abril de 1829

Brasil. Constituição Política do Império do Brasil, 1824. In DANTAS JÚNIOR, J. da O. *As Constituições do Brasil*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

Brasil. Lei Imperial de 15 de outubro de 1827

Bíblia Edição Pastoral. 51 ed. São Paulo: Paulus, 2004 - Carta de São Paulo aos Efésios, capítulo 5, versículos 22-25, p. 1506; Carta de São Paulo a Timóteo. Capítulo 2, versículos 9-11;15, p. 1531

BARRETO, Luiz Carlos Moniz. *Tratado de Educação Fysica e Moral das crianças de ambos os sexos*. Lisboa, 1787.

FENELON, François. *As Aventuras de Telêmaco*. Paris: s/ed, 1837

WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. (1828-1829). Belo Horizonte. Ed. Itatiaia, São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1985.

## FONTES MANUSCRITAS

Arquivo da Câmara Municipal de São João del Rei (ACMSJDR): Cartas e Editais da Câmara (CAED 68)

Livro de Correspondências e Ofícios da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional (Vila de São João del-Rei)

Livro dos Estatutos da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional (Vila de São João del-Rei)